



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 031 - SÁBADO, 21 DE MARÇO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)

3º SECRETÁRIO
Mão Santa- (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO
Patrícia Saboya - (PDT-CE)
Suplentes de Secretário
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maoria (PMDB/PP) - 20	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PRB/PSB/PC DO B) - 21	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27
<p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p>Líder Mário Couto - PSDB</p> <p>Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 14 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos Antônio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes</p> <p>Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p> <p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Patrícia Saboya</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma</p>

EXPEDIENTE

<p>José Alexandre Lima Gazineo Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 31ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE MARÇO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 139/2009, de 18 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2001 (nº 5.564/2001, naquela Casa), e seu envio a sanção.....

05919

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa ao Projeto de Resolução nº 9, de 2009.....

05919

1.2.3 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 214/2009, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.352, de 2008, do Senador Mozarildo Cavalcanti.....

05919

1.2.4 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde

Nº 196/2009, de 13 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 910, de 2008, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Anexada cópia das informações no processado do Aviso nº 102, de 2007).....

05919

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que determina a inclusão automática na malha fina das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores de mandato eletivo.....

05920

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Execução do programa Luz para Todos e instalação de telecentros comunitários no Estado de Mato Grosso, dentre outras iniciativas do Governo Federal. Premência quanto à definição do traçado da Ferronorte. Federalização das rodovias.

05921

SENADOR ADELMIR SANTANA – Elogios à iniciativa de submeter à administração de cartões de crédito ao controle do Banco Central.

05925

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Realização, na cidade de Montevidéu, de reunião

do Parlamento do Mercosul. Defesa da instituição do Espanhol como segunda língua no Brasil. Expectativa quanto à expansão do Mercosul.

05928

SENADOR MOZARILDO CAVANCANTI – Consideração acerca da demarcação contínua das terras da reserva indígena Raposa Serra do Sol. ..

05931

SENADOR HERÁCLITO FORTES – A crise econômica internacional. Desmandos no Estado do Piauí. Importância do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Anais do Senado Federal.....

05939

SENADOR VALDIR RAUPP – Aperfeiçoamento das administrações municipais no Estado de Rondônia durante a gestão de S.Ex^a. Atuação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

05944/

SENADOR MÃO SANTA – Relato de visita ao Congresso Venezuelano. Preocupação com a redução de recursos repassados aos municípios.

05947

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Efeitos da crise econômica mundial. O analfabetismo e o desemprego no Brasil.....

05951

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Destaque do Estado de Goiás como o maior gerador de empregos formais no mês de fevereiro. Crescimento do Turismo em Goiás.....

05956

SENADOR PEDRO SIMON – Defesa de mudanças no Parlamento. Proposta de reunião mensal dos senadores para definir pauta de trabalho.

05957

1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Violência de trotes universitários.....

05964

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Agenda cumprida pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, no dia 20-3-2009.

05966

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS DO PARLAMENTO

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 31^a Sessão Não Deliberativa, em 20 de março de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior

*(INICIA-SE A SESSÃO ÀS 9 HORAS,
E ENCERRA-SE ÀS 13 HORAS E 48 MINUTOS)*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sexta-feira, 20 de março de 2009, 9 horas. Este é o Senado da República do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta é a 31^a sessão deste ano, não deliberativa.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. N° 139/09/PS-GSE

Brasília, 18 de março de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador Heráclito Fortes
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei n° 5.564, de 2001, do Senado Federal (PLS n° 157/01 na Casa de Origem), o qual “Denomina Governador Mário Covas o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Estado do Ceará.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O expediente lido vai à publicação.

Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução do Senado n° 9, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera dispositivo da Resolução n° 43,

de 2001, do Senado Federal, no intuito de modificar o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– N° 214/2009, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento n° 1.352, de 2008, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

– N° 196, de 13 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento n° 910, de 2008, de iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

As informações foram juntadas ao processado do requerimento que vai ao Arquivo.

Foi anexada cópia das informações no processado do Aviso n° 102, de 2007, que retorna à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, seguindo posteriormente, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 99 , DE 2009**Determina a inclusão automática na “malha fina” das declarações do imposto de renda dos contribuintes detentores mandato eletivo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 74 do Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 74

.....

§ 4º Sem prejuízo da aplicação de outros critérios pela administração fiscal, será obrigatoriamente analisada, dentro do rigor da “malha fina”, a declaração anual dos membros do Poder Legislativo, dos chefes do Poder Executivo, seus ministros, os membros do Poder Judiciário e os Ordenadores de Despesas em todos os órgãos da administração pública.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os agentes estatais sujeitam-se a uma série de deveres não aplicáveis ao cidadão comum. O conjunto de restrições à esfera de autonomia desses agentes e os mecanismos de fiscalização de sua conduta justificam-se em virtude de estarem eles investidos em funções de administração de bens pertencentes à coletividade e de serem dotados de poderes decisórios que, na ausência de controles, podem ser usados indevidamente.

A Constituição de 1988 deu especial atenção ao peculiar status dos agentes públicos, ao prever, dentre tantas medidas dirigidas ao controle da Administração Pública e de seus agentes, a edição de lei que punisse com severidade os atos de improbidade administrativa. Em cumprimento à determinação constitucional, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 8.429, de 1992, que, em seu art. 9º, VII; considera ato de improbidade administrativa a aquisição, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, de bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente. A mesma Lei condicionou, em seu art. 13, a posse do agente público à apresentação, junto ao órgão ou entidade

onde vier a ter exercício, de sua declaração de bens, que deverá ser anualmente atualizada, sob pena de demissão do agente.

Nos últimos anos, têm sido constantes as denúncias de malversação de dinheiro público, bem como de enriquecimento ilícito de agentes políticos. Sempre que novo escândalo ganha as páginas dos jornais, a pesquisa da evolução patrimonial dos suspeitos figura entre as primeiras medidas cogitadas pelos órgãos encarregados de investigar os ilícitos. Entendo que tal investigação deveria ser feita de praxe pela administração fiscal, observados os limites de sua competência. A inclusão automática e obrigatória, na chamada “malha fina”, das declarações anuais do imposto de renda de parlamentares, chefes do Poder Executivo e seus ministros, magistrados, membros dos tribunais de contas, bem como o cotejo regular da variação patrimonial com o nível de renda, poderiam evitar que muitas irregularidades praticadas só viessem a ser descobertas anos após os atos de improbidade terem sido praticados e os desfalques terem assumido grandes proporções.

O Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, dispõe sobre a cobrança e a fiscalização do imposto de renda. Em seu art. 74, regula a revisão das declarações de renda pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. No projeto que ora apresento, proponho a inserção de parágrafo no citado dispositivo, determinando que se sujeitem a revisão, independentemente de se enquadrarem em outros critérios motivadores de sua inclusão na “malha fina”, as declarações anuais do imposto de renda dos agentes políticos.

Certo de contar com o apoio dos senadores e senadoras e entendendo que a alteração legislativa contribui para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e fiscalização da conduta dos agentes políticos, submeto o presente projeto à apreciação do Senado.

Sala das Sessões, 20 de março de 2009. – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI N° 8.429. DE 2 DE JUNHO DE 1992**

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

CAPÍTULO II

Dos Atos de Improbidade Administrativa

Seção I

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

VII – adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;

CAPÍTULO IV

Da Declaração de Bens

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. (Regulamento)

§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no caput e no § 2º deste artigo.

DECRETO-LEI N° 5.844,
DE 23 DE SETEMBRO DE 1943

Dispõe sobre a cobrança e fiscalização do imposto de renda

CAPÍTULO II

Das Revisão das Declarações

Art. 74. As declarações de rendimentos estarão sujeitas à revisão das repartições lançadoras, que exigirão os comprovantes necessários.

§ 1º A revisão, será feita com elementos de que dispuser a repartição esclarecimentos, verbais ou escritos solicitados aos contribuintes, ou por outros meios facultados neste decreto-lei.

2º Os pedidos de esclarecimentos deverão ser respondidos dentro do prazo de 10 dias contados da data em que tiverem sido recebidos:

§ 3º O contribuinte que deixar de atender ao pedido de esclarecimentos ficará sujeito ao lançamento ex-officio de que trata a alínea b do art. 77.

(Às Comissões de Constituições, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projeto lido vai à publicação e será encaminhado às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

A Senadora Serys Slhessarenko está inscrita e pede cessão ao primeiro orador, Senador Pedro Simon, que está chegando.

A Senadora Serys Slhessarenko é Vice-Presidente da Casa e Senadora pelo Partido dos Trabalhadores pelo Estado de Mato Grosso.

V. Ex^a, regimentalmente, poderá usar a palavra por 20 minutos, mas jamais cortarei a palavra de V. Ex^a, em respeito ao grande Estado que representa e à professora que V. Ex^a significa.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, que neste momento preside a nossa sessão.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, eu, como quase sempre, vou falar um pouco do meu Mato Grosso. Antes, Senador Mão Santa, Senador Ademir Santana e Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu gostaria de dizer que, na quarta-feira passada, antes de ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, eu fui Relatora do Projeto de Lei do Deputado Clodovil Hernandes. Uma semana antes, Senador Ademir

Santana – na hora eu disse até que parece uma coisa mais ou menos do destino –, na quarta-feira anterior, ele estava presente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, e eu era Relatora do projeto, como sempre fui – projeto que autoriza a dar o nome do padrasto e da madrasta a filhas ou filhos adotivos. Ele estava lá, muito empolgado, dizendo que aquele era um projeto de uma dívida da vida inteira dele, inclusive para com a mãe dele, que sempre quis que ele tivesse o sobrenome dela, e ele não conseguiu ter. Muito animado, ele pedia que eu fizesse o relato. O projeto estava na pauta, e eu acabei não podendo relatá-lo, porque, por um equívoco, o meu nome não estava na lista da CCJ naquele dia, uma vez que estavam sendo renovados os nomes. Naquele momento, combinamos, eu e ele, que na quarta-feira seguinte, anteontem, eu faria o relato. Ele ainda insistiu, rindo, brincando, com o bom humor que lhe era peculiar, Senador Mão Santa: “Senadora, a senhora vem fazer o relatório. Este é o meu projeto! Este é um projeto muito importante para minha pessoa”, dizia Clodovil. E eu prometi a ele que eu viria, como vim na quarta-feira. Infelizmente, ele não veio, faleceu na terça-feira. Nós, na Comissão de Constituição e Justiça, na quarta-feira, lemos o relatório, com parecer favorável, que foi aprovado por unanimidade. Naquele momento, fiz também uma homenagem a ele.

Eu quis registrar isso na tribuna do Senado para que fique gravado aqui, nos nossos Anais, que esse fato ocorreu. Temos que procurar fazer as coisas no tempo e na hora devida, porque, muitas vezes, se passar um pouquinho, perde-se o tempo apropriado. Essa foi uma lição muito grande para mim. Não tive responsabilidade, é claro! O meu nome não estava na lista, eu não podia ser Relatora, mas, realmente, vimos que aquele momento em que ele lá estava era o momento apropriado para termos feito a votação; no entanto, ficou para o outro dia, e, no outro dia, ele não chegou.

Srs. Senadores, como eu disse, venho, mais uma vez, a esta tribuna contar um pouco do meu Mato Grosso, que, como todos sabem, é imenso e em franca ocupação. Ocupação no sentido não só da sua extensão territorial, da sua extensão geográfica, que é muito grande, com densidade demográfica pequena, mas, como sempre falamos, no sentido de que, em Mato Grosso, encontramos brasileiros dos mais diversos recantos do Brasil, todos com intenção firme de fazer do nosso Estado um celeiro na produção de alimentos para o mundo.

Tem crise e tem crise. Mato Grosso produz muito para exportação. Claro que vem sofrendo com o proble-

ma da crise em termos da questão da exportação, mas, por outro lado, continua avançando celeremente.

Estive viajando de 12 a 16 de março. Saí daqui, de Brasília, com o Ministro de Assuntos Estratégicos, Ministro Mangabeira Unger, e com diversas outras autoridades e estivemos no nosso grande e exuberante Município de Sinop. Lá, estivemos com outras autoridades, como o Governador Blairo Maggi; o Diretor Geral do Dnit, Dr. Luiz Antônio Pagot; o Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, Dr. Paulo Sérgio Oliveira Passos; o Secretário de Política Nacional de Transportes, Marcelo Perrupato, além de um técnico representante do Ministério da Agricultura; muitos prefeitos – umas três dezenas de prefeitos – e lideranças, vereadores, vereadoras, muitas lideranças municipais da região. Fomos lá, Srs. Senadores, para discutir a coordenação das ações dos Governos federal, estadual e municipal. Para quê? Para viabilizar a racionalização e recuperação da malha de estradas vicinais, principalmente as localizadas no entorno das rodovias BR-163 e BR-158, com base no Plano Amazônia Sustentável. Além disso, também discutimos a implementação conjunta de políticas públicas voltadas à intensificação do sistema produtivo, com ênfase em um novo modelo agropastoril para aquela região.

Estamos trabalhando para garantir o desenvolvimento das regiões no entorno dessas rodovias, que são eixos estruturantes, fundamentais para o escoamento da nossa produção em Mato Grosso. Penso, Sr. Presidente, que não basta apenas asfaltar. “Temos que fazer um trabalho de integração entre sociedade e Governo, e encontros como esses são importantes para reforçar essa discussão.” Nesse sentido, elogio a iniciativa do nosso querido Ministro Mangabeira Unger, que, aos poucos, vai se tornando também um mato-grossense. Por lá, Mangabeira Unger já andou; ele já chegou de avião, ele já chegou de carro, já andou por regiões de difícil acesso, por aquele Mato Grosso afora. Então, eu brinco com o Ministro Mangabeira Unger que ele já está se tornando um mato-grossense de verdade, daqueles que pega, realmente, pra valer, para conhecer os problemas, conhecer a realidade de Mato Grosso, porque só quem conhece comprehende, e só quem conhece e comprehende é capaz de transformar no rumo correto.

Nesse mesmo dia, eu fui para Bom Jesus do Araguaia, com os companheiros, da Eletronorte, Gustavo Vasconcelos, e da Rede Cemat, o engenheiro Robson. Estava também no evento o representante do Ministério de Minas e Energia, Dr. Helio Morito Shinoda, representante do Ministro Lobão, que estava em Mato Grosso para fazer inaugurações do grande programa Luz Para Todos.

Agora, Bom Jesus do Araguaia é o mais novo Município mato-grossense a receber o projeto de eletrificação rural do Governo Federal, o Luz para Todos. Para que os senhores entendam, Bom Jesus do Araguaia é um Município muito novo, é um Município que não tem um metro de asfalto, mas o Luz para Todos já chegou lá, Senador Adelmir; o Luz para Todos está lá, iluminando homens e mulheres que moram na área rural. Foram mais de 100 ligações de residências na área rural nesse Município.

Esse programa foi feito principalmente no assentamento Jacobim, na área rural do Município de Bom Jesus do Araguaia. Um investimento de R\$930 mil, que garantirá a chegada da luz ao lar de mais de 500 pessoas. A chegada da energia representa mais conforto, melhoria da qualidade de vida, novas oportunidades e geração de emprego e renda para as famílias atendidas, diminuindo os índices de pobreza e fome.

Lá estava, inclusive, na grande reunião da qual participamos, o pastor de Jacobim, que, emocionado, falou, manifestando os sentimentos das famílias que moram naquela localidade.

Percorri também, Sr. Presidente, no fim da semana passado, nove Municípios das regiões sul e médio norte do Estado. Na sexta-feira, dia 13, reuni-me com o Prefeito Diá e com lideranças de Ribeirão Cascalheira; em Água Boa, com o Prefeito Maurição; e, em Nova Xavantina, com nosso querido Prefeito do Partido dos Trabalhadores, assim como em Cascalheiras; e com vereadores, lideranças da sociedade organizada, muita gente realmente que veio trazer seus problemas. Especialmente, eu estava percorrendo as regiões para ver como está o Luz para Todos em cada Município, uma vez que o Presidente Lula e a Ministra Dilma Rousseff exigem que, até dezembro de 2010, todas as residências na área rural tenham energia.

Estou fazendo esse trabalho no meu Estado, indo de Município a Município, para discutir essa questão, para ver se estão todos cadastrados, porque isso é importante. O prazo é até dezembro de 2010, mas as pessoas têm que estar inscritas no programa.

No sábado, dia 14, estive em Pontal do Araguaia, Poxoréu e Dom Aquino e, no domingo, na nossa querida Jaciara.

São nessas viagens para o interior que a gente consegue vislumbrar as demandas das regiões. "Conhecendo de perto a realidade de cada comunidade, fica mais fácil para trabalhar as reivindicações." É o contato com a realidade de cada Município, passada pelos seus moradores, que facilita minha ação como Senadora.

Em Ribeirão Cascalheira, o encontro com a comunidade e com lideranças aconteceu junto à Igreja

Católica. Já em Água Boa, houve um ato público com autoridades e lideranças – como eu já disse, na Câmara Municipal. Em Nova Xavantina, visitei obras do Governo Federal e participei de uma atividade que muito me orgulhou. No Lar do Idoso, fui homenageada com uma placa de reconhecimento pelos meus serviços ao Município e à região.

No sábado, pela manhã, participei do encontro regional do PT/médio norte, em Pontal do Araguaia. Para o encontro regional do médio norte, em Pontal do Araguaia, houve representação de 17 Municípios: Água Boa, Araguaiana, Araguainha, Barra do Garças, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Santo Antônio do Leste e Torixoréu, além de Pontal do Araguaia.

Faço questão de listar esses Municípios na tribuna do Senado, porque eles têm muitas dificuldades, Senador Mão Santa. V. Ex^a já foi Prefeito e vive falando – e acho importante que fale – que ser prefeito é uma função das mais relevantes. Concordo, porque é junto ao prefeito que a comunidade está; é junto aos vereadores e às vereadoras, aos prefeitos, aos vice-prefeitos e às vice-prefeitas. A população que mora na localidade sabe das suas necessidades, dos seus problemas, e ela tem a quem recorrer: aos vereadores e às vereadoras, aos prefeitos e às prefeitas ou aos vice-prefeitos ou vice-prefeitas. E essa valorização tem que ser feita, mas tem que ser feita buscando descentralizar políticas públicas e também recursos, para que eles possam, realmente, fazer as coisas acontecerem com mais facilidade.

Estive também no meu querido Município de Poxoréu, num ato público na Câmara, com meus companheiros petistas, com o Prefeito, com vereadores e com lideranças de assentamentos, para entrega de maquinários agrícolas. À noite, eu já estava em Dom Aquino, onde participei, juntamente com o Prefeito Eduardo e vereadores, da inauguração do telecentro no Distrito de Entre Rios; depois, participei de reunião com lideranças na Câmara Municipal.

Senadores, Senador Mão Santa, Entre Rios é um Distrito de Poxoréu, pequeno, com pouca gente, mas V. Ex^a precisava ver a alegria e o brilho nos olhos dos jovens, das crianças e das pessoas daquele Município ao receberem um telecentro. Quer dizer, eles entraram no mundo. Aquelas pessoas não tinham um telefone de orelhão! Tiveram, um dia, mas deixaram de ter, porque o orelhão pifou, estragou, e não conseguiram mais fazê-lo funcionar. Agora, elas têm um telecentro. Quer dizer, estão contatados com o mundo. Há um professor, formado pela nossa Universidade Federal, que vive lá

na comunidade, que é da comunidade e que está lá agora para instruir, ajudar os nossos jovens, nossas crianças, a população de um modo geral a saber o que vai pelo mundo em tempo imediato.

Isso é de uma importância! Acho que só o Presidente Lula, ao pensar num projeto desse para o Brasil inteiro, a instalação dos telecentros comunitários, realmente poderia imaginar essa importância. Nós víamos, realmente, as pessoas com o olho brilhando, dizendo: "Agora estou em contato com o mundo; agora posso saber o que vai pelo mundo". Às vezes, até sem entenderem direito; mas, com certeza, vão entender muito bem a partir do momento em que estiverem fazendo uso dele.

Já no domingo, em Jaciara, participei do encontro regional do PT/região sul, onde reunimos cerca de onze Municípios: Campo Verde, Juscimeira, Dom Aquino, Poxoréu, Rondonópolis, Pedra Preta, Alto Taquari, Alto Araguaia, Itiquira e Guiratinga. Retornei a Cuiabá no final da tarde e, já cedinho, na segunda-feira, dia 16, participei de reunião sobre a retomada das obras da Ferrovia Senador Vicente Vuolo, no auditório da Federação das Indústrias de Mato Grosso.

Vicente Vuolo foi Senador, ocupou essas tribunas e à época dizia que a ferrovia precisava chegar em Mato Grosso. E, Srs. Senadores, lá, em Mato Grosso, uma época, faziam piada dessa questão. Quando a gente falava em alguma coisa difícil de ser conquistada, Senador Mão Santa, as pessoas falavam: "Isso aí é a ferrovia do Senador Vicente Vuolo". Mas ele foi persistente, foi insistente, determinado e conseguiu fazer avançar o projeto. Infelizmente, ele faleceu antes de fazermos o primeiro trajeto, Alto Taquari-Alto Araguaia, no início do Governo do Presidente Lula, de 100 quilômetros, de trem, ao se inaugurar a primeira parte da Ferronorte, a Ferrovia Senador Vicente Vuolo.

Eu não estava aqui, ontem, na hora da fala; eu estava aqui, no Senado, mas não estava dentro do plenário, na hora em que os Senadores Jayme Campos e Gilberto Goellner falararam sobre essa questão. É uma questão ainda difícil. A LL é a empresa que está encarregada de tocar essa obra, de Alto Araguaia até Rondonópolis.

Precisamos, com certeza, de um empenho muito grande, especialmente de todos os políticos mato-grossenses, para conseguirmos definir, de uma vez por todas, o traçado dessa Ferronorte, pelo menos até Cuiabá. Depois, a gente vai ver para que rumo ela segue em direção à subida, vamos dizer assim, do mapa do nosso Mato Grosso.

A Ferronorte está chegando, está se aproximando de Cuiabá, mas precisamos não só definir o traçado como também obter as tais das licenças do Ibama. O

Ibama, realmente, é uma coisa encantada, não no bom sentido; encantada no sentido de que não consegue fazer as coisas acontecerem, pelo menos no tempo necessário, ágil, para que a população seja contemplada com obras tão importantes, como é o caso da nossa Ferronorte.

Em 2008, percorri 106 Municípios dos 141 Municípios mato-grossenses. Em 2009, continuarei na minha andança, conversando com a sociedade mato-grossense, como sempre fiz, na busca de ajudar a encontrar os caminhos para o meu Estado andar mais depressa nesse processo de desenvolvimento, mas de desenvolvimento com sustentabilidade.

Precisamos, regularmente, avaliar nosso trabalho, buscando novas formas de atuação. Esses encontros regionais são de extrema importância não só para que a população possa chegar junto aos parlamentares, para que a população realmente conheça o nosso trabalho, mas, principalmente, para que a população demonstre aquilo que é mais necessário para ela no momento.

Na segunda-feira, reunimos em Cuiabá mais de 200 pessoas, sob o comando do Vereador Vuolo, Vereador por Cuiabá, que coordena o fórum da ferrovia. Para nós, de lá, por enquanto é só a Ferronorte, mas, no futuro, pretendemos ter outras chegando a Mato Grosso, como a Norte-Sul. Por enquanto, temos sómente a Ferronorte, que é da maior relevância. Então, a partir dessa reunião é que poderemos trazer subsídios para conversar aqui, em Brasília, e tentar, realmente, deslanchar esse programa de ferrovias para o meu Estado de Mato Grosso.

Assim também é com as estradas, a federalização das nossas estradas. Temos, lá, mais quatro mil quilômetros de estradas federalizadas, e eu gostaria de dizer que tanto eu quanto o Senador Jayme Campos temos nos empenhado muito; e de render sempre homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que se sentava ali, à minha esquerda, e que ajudou muito nesse processo também.

Eu costumo dizer sempre que dou a César o que é de César. Jonas Pinheiro, que nos deixou, deixou a população de Mato Grosso realmente muito consternada, porque foi um político, apesar de sermos adversários de partido, que sempre deu uma grande contribuição para o Estado de Mato Grosso. Essa questão da federalização das estradas é uma das contribuições que ele deixou, às vésperas do seu falecimento; sendo que, uma semana após o seu falecimento, eu defendia um dos projetos de federalização do Senador Jonas Pinheiro. Continuamos buscando fazer esse trabalho conjunto, agora somada a participação do Senador Gilberto Goellner.

Quero ainda, rapidamente, dizer que não sei, e eu gostaria até de conversar com alguns dos Srs. Senadores de outros Estados, para ver como está o programa Luz para Todos em cada Estado. Em Mato Grosso, temos praticamente 80% já cumpridos. Essa é uma missão que estou levando com total determinação, para que, realmente, em 2010, a gente não tenha nenhuma casa na área rural sem energia, não só para iluminar as casas, o que por si só já é muito importante, mas para que as pessoas que vivem lá na roça, que vivem no campo e, principalmente, para que aquelas que vivem da pequena propriedade, da agricultura familiar, tenham, realmente, potencial, condições, possibilidades de fazer as suas pequenas empresas, desde a farinheira, a pequena fábrica de ração, enfim, aquelas possibilidades que venham a melhorar a sua qualidade de vida.

Muito obrigada, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com os nossos cumprimentos, acabamos de ouvir a Senadora Serys Slhessarenko, apresentando as ações do Governo no seu Estado de Mato Grosso.

Este é o Senado da República do Brasil. Entendo que é o único Senado do mundo aberto às sextas-feiras. Aqui, a debater esse tema de importância para o País, já se apresentaram, inscritos, os Senadores Tião Viana, Heráclito Fortes, Geraldo Mesquita Júnior, Adelmir Santana, Mozarildo e Serys, que acabou de usar a palavra.

Entendam, e eu entendo bem, ô Senador Heráclito Fortes, o que está se passando no Senado da República. Isso eu vi na história do mundo, na nossa Igreja de Cristo.

Todos nós somos cristãos, Senador Adelmir Santana. Quem não sabe, na época medieval, das inquisições, dos líderes políticos constituindo família, dos pais, das vendas de lugares no céu, da pressão contra a pesquisa científica – nós, cirurgiões, ô Mozarildo, quanto sabemos! Aí, veio um cristão, Lutero, fez a reforma e está aí a Igreja de Cristo do mundo.

O mesmo problema é o do Senado. Isso existe, mas este é o melhor Senado da história da República do Brasil, pelas figuras presentes aqui. Eu atesto e as conheço.

O erro somos todos nós. Temos de entender, todos nós, que o Governo não é o Luiz Inácio. O Governo somos nós, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo, e nós somos os mais importantes. Nós somos pais da Pátria e mães – em respeito a Serys. Quero dizer que tanto é verdade, Mozarildo, que, abra a Constituição: ela coloca o Poder Legislativo como o primeiro a ser citado. Essa é a verdade.

Nós vamos vencer essa dificuldade com aquilo que Rui Barbosa nos ensinou. Só tem um caminho e uma salvação: a lei, a justiça e o trabalho.

E todos nós estamos trabalhando. Eu digo a esta Casa e ao Brasil que nós não vamos decepcionar. Aqui, tem três membros da Mesa Diretora – a Serys, o Heráclito Fortes e eu –, todos estamos, mas a Mesa Diretora está consciente de que vamos vencer essa etapa e não vamos decepcionar o Brasil, como nunca decepcionamos.

Se nós estamos na democracia, o único responsável é o Senado da República. Querem e há uma população que quer... Respeitamos as tendências ideológicas de Cuba, da Venezuela, que liderou outros países, mas este Senado da República garantiu que, neste País, vai ter a alternância da democracia. Isso contraria muita gente, que quer ver este Senado fechado, como eu vi fechado na Venezuela. Eu estava lá e vi. Fecharam. É o primeiro caminho de quem quer continuar e ser rei, porque a democracia acabou com o continuísmo, com os reis. Caíram os reis, alternância do poder, e é este Senado que garante que haja divisão.

Convidamos, para usar a palavra, o Senador Adelmir Santana, que mostra tanto a sua grandeza, que ele é suplente da Mesa mas está presente – além dos sete, os quatro. Então, são onze. Ele, sem dúvida nenhuma, é um Senador de muita importância e traduz a grandeza desta Casa, a variedade, o pluralismo. Ele representa, sem dúvida nenhuma, os empresários vitoriosos, os empresários de sucesso em administração. É um líder também. Além de político, é um líder empresarial.

Ele é cobiçado e disputado pelo Maranhão e pelo Piauí, a sua naturalidade, mas ele representa, no Senado da República, o povo do Distrito Federal. Então, ele vai ter os eleitores do Piauí que aqui moram, do Maranhão e, com certeza, os de Brasília.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Já estou me sentindo reeleito para o Senado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, finalmente, o meu brado insistente e até repetitivo foi ouvido: o Governo do Presidente Lula decidiu baixar medidas para que a indústria de cartões de crédito seja regulada pelo Banco Central. Essa medida estará incluída num pacote que vem em boa hora, destinado à redução do spread e à desobstrução do crédito bancário.

Vai acabar a impunidade das empresas que exploraram os cartões e que agem livremente, onerando milhões de consumidores. Vai acabar, também, o susto dos contribuintes que não contam com regras claras no controle desse serviço e se surpreendem com despesas assustadoras.

Pode parecer exagero de minha parte, mas não dá para aceitar juros de 12% ao mês e taxas cobradas por cada venda no percentual de até 5%. A população brasileira não tem, hoje, a quem recorrer, pois certamente não é um assunto a ser abordado no Procon.

Enquanto aplaudo essa iniciativa, protesto contra a falta de atenção do Palácio do Planalto em relação ao Parlamento e, especialmente, ao Senado.

Digo isso porque existe Projeto de Lei Complementar meu (o PLC nº 678/2007), em tramitação nesta Casa, justamente com essa intenção. Nem mais nem menos, exatamente a mesma proposta que o Governo quer lançar agora. A propósito, o relator desta matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é o próprio Líder do Governo, o Senador Aloizio Mercadante.

O Projeto que apresentei em 2007 tem por objetivo principal incluir, dentre as instituições financeiras, as empresas que atuam no mercado de cartões de crédito e débito. Com isso, essas empresas se obrigam a obedecer às mesmas regras das demais instituições financeiras. Em particular, passam a se submeter ao mesmo órgão regulador: atualmente, o Banco Central. Por incrível que possa parecer, a legislação atual não explica nenhum órgão responsável pela regulamentação do setor.

É importante explicar quais são os participantes da indústria de cartões de crédito e débito. Nessa indústria, há dois tipos de sistemas: o fechado e o aberto. No sistema fechado, como o *American Express* e o *Hipercard*, a bandeira é responsável por toda a cadeia produtiva, da emissão do cartão ao consumidor, ao credenciamento do estabelecimento comercial. Já nos sistemas abertos, como o *Visa* e o *Mastercard*, além das bandeiras que fornecem a marca do cartão, há os bancos emissores, que são a interface do sistema com o consumidor final, emitindo os cartões; e os adquirentes, ou credenciadores, que são a interface do sistema com o estabelecimento comercial.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Adelmir, quero, primeiro, dar o meu testemunho, realmente, das iniciativas e da luta de V. Ex^a nesse assunto que aflige muita gente e que, como V. Ex^a disse, nem é assunto de Procon e, às vezes, não se sabe nem para quem apelar. Valeria até aquela máxima popular: “só se for reclamar para o bispo”. Recentemente, tive um problema, veio um valor na fatura do meu cartão e eu quis identificá-lo. Só que o ônus da identificação tem que ser comigo, porque eles não têm como identificar. Então, V. Ex^a tomou a iniciativa, e eu lamento – como V. Ex^a colocou aí – que o Poder Executivo, isto

é, o Presidente da República e seus Ministros sempre se apropriam da iniciativa do Parlamentar, e, portanto, nós, que tomamos a iniciativa de corrigir algum erro e apontar caminhos, ficamos – vamos dizer assim – deslocados do foco. Mas V. Ex^a tem esse mérito. E quero, aqui, inclusive registrar outro problema sério. Há muito tempo, há exatamente sete anos, eu apresentei um projeto tratando da viação regional. O que estamos atravessando agora? A Embraer demitindo funcionários, as empresas brasileiras não compram aviões da Embraer. E o que eu propunha no meu projeto? O fortalecimento da administração regional, para se comprar avião da Embraer. Agora, o Governo quer fazer isso por medida provisória. Quer dizer, o meu projeto, que já passou no Senado e está na Câmara mofando, não serve; o projeto de V. Ex^a sobre a questão dos cartões de crédito, também não vai servir, vai servir a medida do Governo. Quer dizer, isso não pode. Realmente, temos que acabar com essa hipertrofia do Poder Executivo em tudo.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Concordo plenamente que é impossível continuarmos aceitando esses tipos de procedimentos. Há uma série de projetos nossos nessa direção, entre eles há inclusive um que chegou à Câmara dos Deputados, aprovado aqui no Senado, mas que não prossegue.

Continuando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por que as empresas participantes da indústria de cartões de crédito e débito necessitam sujeitar-se às normas e fiscalização de uma agência? Há vários motivos para isso.

O primeiro é que a indústria de cartões, em função de fortes economias de escala e dos altos investimentos iniciais, tende a ser concentrada. Mesmo em mercados mais maduros, como nos Estados Unidos, a participação das três maiores bandeiras supera 80% do mercado. No Brasil, a concentração é ainda maior: não somente as três maiores bandeiras abocanham uma parcela maior do nosso mercado – acima de 90% –, como também existe praticamente um monopólio na atividade de credenciamento.

O segundo motivo é a elevada taxa de crescimento do setor. De 2000 até 2007, o número de transações com cartões de crédito em nosso País pulou de R\$900 milhões para R\$5,1 bilhões, com um volume financeiro que passou de R\$59 bilhões, em 2000, para R\$310 bilhões, em 2007.

Volto a frisar que o Governo pode e deve valer-se do projeto já em tramitação aqui no Senado Federal que dá ao Banco Central poderes para fiscalizar essas instituições vinculadas às bandeiras de cartão de crédito, porque, na verdade, elas se regem hoje pela

autorregulação. E essa autorregulação tem trazido, na nossa visão, custos adicionais aos consumidores brasileiros.

Por falar em custo adicional, tive a satisfação de aprovar aqui no Senado o Projeto de Lei Suplementar nº 213, de 2007, pelo qual as empresas poderão descontar das compras à vista as taxas hoje cobradas pelos cartões de crédito. E essas taxas algumas vezes ultrapassam a faixa dos 5%, que é excessiva, sem falar que o prazo de ressarcimento dessas compras ultrapassam 30 dias. O PSL nº 213, de 2007, está hoje em tramitação na Câmara Federal, e pode ser uma importante mudança neste setor tão pouco coberto pela legislação nacional.

A propósito, Srs. Senadores, a falta de regulamentação na economia é um trauma do presente.

Vemos que a crise econômica internacional nasceu da ausência do Estado na fiscalização dos negócios financeiros, levando especuladores a onerarem o mundo com suas estratégias desonestas.

Desde 2007, venho executando verdadeira cruzada para mudar o relacionamento dos cartões de crédito com o empresariado brasileiro. Agora sinto-me fortalecido ao constatar que, nos Estados Unidos, onde as distorções são bem mais suaves, desenvolve-se uma campanha semelhante.

No nosso País, as taxas sobre vendas feitas com cartão de crédito ou de débito, muitas vezes ultrapassam o percentual de 5%. Em terras norte-americanas esse acréscimo é pouco superior a 2%, sem falar que o ressarcimento dessas vendas tem prazo extremamente reduzido. Mesmo assim, os empresários de lá estão mobilizados para reduzir seus custos, que pesam mais do que nunca após a crise econômica.

Precisamos evoluir rapidamente nesse setor, sob pena de penalizar a sociedade brasileira em todos os níveis, pois, sabemos que os cartões de crédito e débito estão hoje disseminados em todas as faixas sociais e em todas as regiões brasileiras.

Tenho muitas outras propostas relacionadas com os cartões no Brasil, mas, neste momento, admito que vale a pena estabelecer como foco a regulação do setor via Banco Central. De preferência, Sr. Presidente, se o Governo queimar etapas e quiser, realmente, queimar etapas e assumir o PLC nº 678, de minha autoria, que já está amadurecido na abordagem do tema, a partir da experiência que adquiri nas duas últimas décadas como líder de diversos segmentos empresariais.

O Brasil não pode perder mais tempo em relação aos cartões de crédito e débito. As dificuldades econômicas que o nosso povo enfrentará ao longo deste ano poderão ser minimizadas se os cartões estiverem sob controle rigoroso do Poder Público.

Aqui, faço um apelo às fontes do Governo para que encampem esses projetos em andamento, que já avançaram aqui no Senado. Um deles já se encontra na Câmara e foi objeto de vários encontros por este Brasil afora, de seminários, de encontros com técnicos da Casa. Portanto, os projetos estão amadurecidos, não havendo necessidade de novas mensagens. Assim, que todos nos incorporemos na luta pelo andamento desses projetos nas várias comissões desta Casa. Esta é a nossa palavra e o nosso apelo: que encontremos rapidamente mecanismos de regulação dessa matéria no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Após brilhante pronunciamento desse extraordinário Senador Adelmir Santana, que representa o Distrito Federal, mostrando as suas ações em desenvolvimento pelo Brasil rico e próspero, convidamos para usar da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior. O Senador é do PMDB grandioso, de pureza, autêntico. Geraldo Mesquita Júnior tem uma tradição política familiar, seu pai foi extraordinário Governador do Acre; ele tem a bravura do povo acreano, povo lutador, que se libertou, constituiu o País e aderiu à grandeza do nosso Brasil. Geraldo Mesquita Júnior simboliza aqui a verdade do Brasil que tem o Estado Democrático de Direito. Ele revive aqui a firmeza jurídica de Rui Barbosa.

Queremos anunciar a presença desses nossos amigos de Roraima, que estão aqui. São da Associação dos Excluídos da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Jefferson é o presidente, o vereador é o Edivan e Francisco Carlos. Mas V. Ex's estão incluídos na luta e no coração desse bravo Senador que é Mozarildo. Mozarildo ganhou uma grande batalha. Em nome do Senado da República nós reconhecemos. Ele aqui traz o mapa, Senador Geraldo Mesquita, e mostra. O IBGE já aceitou. Nós tivemos uma mudança na ortografia da Língua Portuguesa, Senador Heráclito, e agora temos uma mudança na estrutura geográfica do nosso País. Aprendi que o Brasil era do Oiapoque ao Chuí, do Amapá do nosso Presidente Sarney, que está lá comemorando o São José. Anuncio ao Brasil a verdade geográfica, trazida, lutada, mostrando a grandeza do País, que aumentou 60 quilômetros rumo ao norte. Essa é uma luta do Senador Mozarildo, do PTB de Roraima. O Brasil é do Caburaí, Roraima, ao Chuí, Rio Grande do Sul. Então, nós, Senadores, atendemos ao convite e vamos pessoalmente visitar. O Brasil, hoje, vai de Caburaí, Roraima, ao Chuí, no Rio Grande do Sul, um trabalho do extraordinário Senador Mozarildo, que já foi aceito pelo IBGE e é aqui divulgado, hoje, pelo Senado da República do Brasil nesta oportunidade.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita. V. Ex^a use pelo tempo que achar conveniente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores presentes, eu também recebi do Senador Mozarildo e ia fazer aqui também o comercial, feito já por V. Ex^a. Quero apenas repisar que se corrige assim, digamos, um equívoco, não erro. O Senador Mozarildo, com esforço, provou, de fato, que o Monte Caburaí, cruzando direto para o Chuí, é a linha reta maior que se tem no País.

A expressão que a gente se habituou a ouvir, do Oiapoque ao Chuí, que é objeto até de música, sambas e tal, devemos agora pensar de outra forma e aceitar o fato de que o Monte Caburaí é, realmente, o ponto mais extremo norte do nosso País.

Mas, Senador Mozarildo, Srs. Senadores, eu venho, mais uma vez, prestar contas aqui de mais uma missão que cumpri juntamente com colegas aqui do Senado e da Câmara Federal, todos membros do Parlamento do Mercosul. No início desta semana que transcorre, estivemos, mais uma vez, em Montevidéu, Senador Mão Santa. V. Ex^a precisa ir lá. Vou levá-lo de uma próxima vez, para que V. Ex^a também se intire do que passa ali. É um projeto de integração regional muito importante. Estivemos, mais uma vez, reunidos. O nosso Parlamento do Mercosul, que é uma criança ainda, digamos, recém-instalado, dá passos tímidos ainda, modestos, no sentido de se firmar, de se consolidar como um organismo legislativo regional, peca ainda pelo fato de não ter competência legislativa vinculante. Ou seja, no nosso Parlamento suas decisões não são vinculantes ainda, Senador Mão Santa, mas essa é a aspiração do Parlamento do Mercosul, e um dia chegaremos lá. Estamos nos organizando para que isso um dia seja uma realidade. Creio que, assim sendo, o Parlamento do Mercosul dará uma contribuição mais expressiva a toda a região, a esse grandioso projeto de integração regional.

Senador Mão Santa, aqui creio que já deixei fixada e muito clara a minha opinião sobre a integração de toda essa nossa região. Eu não vejo outro caminho. Nós vivemos uma grave crise, e crise leva-nos à reflexão, à preocupação, mas, como disse em seu discurso no Parlamento do Mercosul o Senador Inácio Arruda, é um momento também de oportunidades. A crise, já dizia alguém há muito tempo, é a parteira da história. Sendo assim, devemos nos debruçar sobre as questões circunstanciais, eventuais, diria até passageiras, que constroem esse quadro de crise, mas devemos também pensar a médio e longo prazo. Devemos pensar no momento em que estaremos saindo dela. E eu

enxergo, com muita segurança, que a integração dos países situados aqui, na América do Sul, a consolidação de um grande bloco político, social, econômico nessa nossa região, hoje, que tem a denominação de Mercosul, é um caminho consistente, é um caminho sólido para o futuro das nossas gerações, Senador Mozarildo.

Durante mais de quinze anos, o Mercosul teve em seu contexto quatro países: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Estamos agora num processo de aceitarmos como membro permanente a Venezuela. E aqui, sem entrar no mérito, eu considero de fundamental importância esse ingresso do país Venezuela, do povo venezuelano, pelo esforço que fazem no sentido de viver, produzir, independentemente, Senador Mão Santa, do governo de plantão, digamos assim. Eu acho importante o ingresso da Venezuela, porque esse fato abre uma porta, escancara uma porta para o ingresso de outros países.

E o Mercosul leva a todos. Quando falamos em Mercosul, a tendência é a de que raciocinemos com acordos, tratativas, da região situada no sul do nosso País. É o que a expressão nos induz a pensar. Mas aspiro, sonho, por exemplo, com o ingresso da Bolívia, do Peru, países que fazem uma fronteira franca, inclusive, com o meu Estado, o Acre. Acho que seria um momento importante, para mostrarmos à população brasileira que o Mercosul não diz respeito aos interesses apenas dos Estados fronteiriços do Sul, mas interessa e deve interessar a todo o País.

Eu queria até usar uma imagem física, Senador Mão Santa. O Mercosul era como uma mão de quatro dedos. O ingresso da Venezuela compõe uma mão. Veja a força que tem uma mão, Senador Mão Santa. Imagine o ingresso de mais quatro, cinco países, além da Venezuela. Além de uma mão, teríamos duas, Senador Mozarildo. Com elas poderemos fortalecer-nos; com elas poderemos integrar-nos; com elas poderemos estabelecer, nessa região, Senador Mão Santa, um grande pacto de desenvolvimento, uma grande coalizão cultural e política, um bloco forte não só economicamente, mas culturalmente. A gente anda por essa América do Sul, por essa América Latina, Senador Mozarildo, e encontra muito mais identidade do que aquilo que, eventualmente, possa separar-nos. Andei com o Senador Heráclito pelo Caribe, no ano passado, numa missão do Senado Federal, e ali também encontramos muito mais identidade do que qualquer coisa que eventualmente nos possa distinguir, separar.

Eu concedo a V. Ex^a, Senador Mozarildo, com muito prazer, um aparte.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Geraldo, V. Ex^a faz uma análise muito signifi-

cativa da importância do Mercosul para a América Latina, principalmente para a América do Sul. Mas há um ponto que, realmente, até certo ponto me deixa numa situação de saia justa, porque não há nenhum Estado do Brasil que esteja, geograficamente falando, tão ligado à Venezuela quanto Roraima, que está encravado dentro da Venezuela, colocado dentro da Venezuela. E a economia do Estado depende muito da Venezuela. A energia que temos vem da Venezuela. Embora o Presidente Lula seja insensível e não tenha atendido ao pleito do ex-Governador Ottomar de, por meio da Petrobras, fazer importação da gasolina, conforme o Presidente Chávez se dispôs a fazer a preços subsidiados, para a população do Estado de Roraima... E o Presidente Lula não quis. Nós pagamos uma gasolina caríssima para a Petrobras, por birra dela. Agora, fico muito preocupado, quando for votar essa questão desse acordo. Não tenho dúvidas: olhando-se o país, a parte geográfica, econômica e social, a Venezuela é importantíssima dentro desse contexto. Acho que, inclusive, foi uma atitude muito importante ela sair da Comunidade Andina e vir para o Mercosul. Porém, preocupo-me muito com a situação que está na Venezuela hoje, preocupo-me mesmo. Como humanista, como pessoa que vai várias vezes – fui passar minhas férias recentes de julho lá na Ilha Margarita e estive em Caracas, no Parlamento, inclusive visitei o Parlamento da Venezuela – acho que temos de abrir um diálogo com os Parlamentares e com o Governo da Venezuela, porque, tudo bem, não queremos ter ingerência nos assuntos internos da Venezuela, mas democracia não é um assunto que se relativize ao ponto de dizermos que a democracia do país tal é desse jeito, a democracia do país tal é daquele jeito, a democracia de Cuba é daquele jeito. Acho que temos de procurar um entendimento. Eu quero votar a favor da Venezuela, porque até, veja só, não há como o meu Estado ficar longe da Venezuela. O que meu Estado quer realmente é aumentar o intercâmbio com a Venezuela, porque hoje o intercâmbio da Venezuela com o Brasil é muito bom, mas é: Caracas com São Paulo, Caracas com o Nordeste, mas com Roraima é só o Estado Bolívar, que faz fronteira com Roraima, e a energia que vem com a hidrelétrica de Guri. Quero realmente entender que é importante para o desenvolvimento do Brasil e mais ainda para o meu Estado. Mas não podemos passar por cima desses pré-requisitos que estão previstos na própria Carta do Mercosul. Queria, então, portanto, registrar isso, porque quero chegar realmente a um convencimento e ter a minha consciência tranquila de que vamos votar esse acordo, aqui, de maneira muito positiva.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mozarildo Cavalcanti, não retiro uma vírgula do que V. Ex^a falou, se porventura eu precisasse falar. De fato, é preocupante: procuro enxergar um cenário lá na frente, mas a gente não pode descolar da realidade atual. De fato é preocupante. Agora, a torcida, o entusiasmo é para que o povo da Venezuela encontre, de fato, o seu caminho de realização, de desenvolvimento, mas no leito democrático. E veja, Senador Mozarildo isso é raciocínio do Senador Heráclito, inclusive. Segundo ele, após a constituição do Mercosul, países que viviam engalfinhados em golpes, convivendo com ditaduras, algumas sangrentas, inclusive, superaram esse momento e enveredaram pelo caminho da democracia.

O Mercosul também teve esse condão, não é? Esse condão político, esse viés político importantíssimo, de fixação e consolidação da democracia, nessa parte do nosso continente. Raciocíno nesse sentido, com relação ao ingresso da Venezuela. E até pediria, aqui, aos acreanos que estão me ouvindo que lembrassem o que V. Ex^a falou a respeito da proximidade com a Venezuela. Isso pode acontecer também conosco, lá no Acre, em relação à Bolívia, ao Peru. Sonho, por exemplo, com uma moeda única em toda a nossa região, com um grande banco regional, forte, sólido, a financiar o nosso desenvolvimento. Sonho com a possibilidade, Senador Mão Santa, de circularmos por essa América do Sul, por essa América Latina sem qualquer restrição, sem qualquer barreira, sem qualquer dificuldade, como ainda hoje temos para circular. A burocracia ainda é enervante.

Incrível, Senador Heráclito, para irmos daqui para Montevidéu, sede do Parlamento do Mercosul, ainda temos de preencher um rol de papéis, uma papelada absurda, inoportuna, insensata. Isso tem de acabar.

Assim como o cidadão europeu transita na Europa como se qualquer lugar em que estivesse fosse a sua pátria, o seu lugar, é um absurdo que haja ainda restrições à circulação de pessoas no âmbito do Mercosul. É por isso que clamo, prego a necessidade de expandirmos o Mercosul para outros países dessa grande região, para, enfim, consolidarmo-nos, Senador Mão Santa, como um grande bloco econômico, político, cultural, social.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita, saindo da formalidade, queria participar, porque acredito: está aí a União Europeia, como melhorou, como nasceu a paz. A moeda facilitou a vida de todos. E nós sempre copiamos a civilização europeia na nossa evolução. Os Estados Unidos copiaram a Inglaterra, e nós aqui.

Eu perguntaria: qual é a posição do Chile?

A meu ver, o Chile é a melhor civilização cultural, econômica. Eles até dizem: "Nós somos a Inglaterra da América do Sul". Santiago é Londres, pela formação cultural. O Chile, porque não está também como um dos líderes...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador, que venha o Chile, que venha a Colômbia, que venha o Equador, enfim, que venham todos os países da América Latina, da América do Sul, porque esse projeto só se consolidará nesse momento, nesse instante, Senador Mão Santa. Por enquanto, estamos claudicando, avançando lentamente, com muita dificuldade.

Acredito que esse projeto de integração regional só se consolidará com a vinda do Chile, com a vinda da Colômbia, com a vinda do Peru, com a vinda do Peru, da Bolívia, do Equador, enfim, de todos os Países que nos cercam, que fazem parte desse grande continente.

Portanto, Senador Mão Santa, estou aqui cumprindo, mais uma vez, a formalidade de prestar contas. Estive em Montevidéu, juntamente com outros companheiros do Senado e da Câmara Federal, em mais uma sessão do Parlamento do Mercosul que, como eu digo, devagarzinho vem-se consolidando. E espero que, num futuro próximo, a gente possa deliberar naquele parlamento de forma vinculante. Eu acho essencial. Um parlamento que não tem suas decisões tomadas de forma vinculante, Senador Mão Santa, não é um parlamento inteiro, não é um parlamento na sua integralidade. O povo brasileiro está aí na expectativa. Provavelmente, Senador Mão Santa, teremos eleição para parlamentares do Mercosul já no próximo ano.

O Parlamento do Mercosul hoje é constituído de delegações dos países em números iguais. Todos os países têm 18 parlamentares atuando naquele Parlamento. A ideia é consolidarmos a discussão acerca da proporcionalidade. Ou seja, as bancadas serem proporcionais aos tamanhos econômicos, sociais e políticos dos países. O Brasil passaria de 18 para algo próximo de 60, 70 parlamentares. A Argentina também cresceria. Enfim, a Venezuela entrando, os demais países... Esta é a regra básica e fundamental dos parlamentos: a proporcionalidade. A Câmara é assim. O Parlamento do Mercosul tende a se dirigir para esse momento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E o Parlamento Europeu, como é?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – O Parlamento europeu obedece à regra da proporcionalidade, é fiel à regra da proporcionalidade. Temos o Parlamento Europeu como um grande parâmetro. Agora estamos discutindo, dentro das nossas circunstâncias e das nossas características próprias a

adoção do critério da proporcionalidade. Se sobre isso o martelo for batido, Senador Mão Santa, até o mês de abril, possivelmente estaremos aqui discutindo, no plenário do Senado e da Câmara, a mudança na nossa própria legislação eleitoral, quem sabe, até na própria Constituição, para prever a eleição de parlamentares do Mercosul já no próximo ano. Então a população brasileira precisa entrar nessa discussão, estar atenta a esse fato, porque será um fato relevante, um fato novo inclusive no cenário político e eleitoral do País.

Dito isso, Senador Mão Santa, fico na expectativa de que o Parlamento do Mercosul repercuta de forma mais intensa, mais profunda no nosso Senado Federal, na nossa Câmara dos Deputados. Infelizmente ainda é um assunto que não entrou na veia, digamos assim, dos Parlamentares, da maioria dos Parlamentares pelo menos – alguns se interessam, alguns participam. Mas é um assunto de fundamental importância. O Brasil não pode passar ao largo dessa discussão. O Brasil, dado a sua importância, o seu tamanho, é uma expressão forte na constituição desse grande bloco que está aí se constituindo, se formando e avançando na sua consolidação.

Portanto, o Parlamento Brasileiro tem que está sintonizado, mais próximo dessa discussão, porque grandes decisões ainda serão tomadas e elas não podem ser tomadas com um parlamento ainda frio com relação a essa questão, um parlamento ainda um pouco ausente com relação a esse grande tema.

Faço votos, Senador Mão Santa, de que o Mercosul, de fato, cresça, traga para o seu leito outros países, outras nações para, como eu disse, fazermos dessa nossa região um grande bloco econômico, político, cultural. Penso até, Senador Mão Santa, que devemos tomar algumas providências pontuais no nosso País.

A segunda língua, por exemplo, adotada nas nossas escolas é o inglês. Por que não o espanhol?

A segunda língua, Senador Mozarildo, no nosso País deveria ser o espanhol. Que se aprenda também inglês, de forma opcional, mas a nossa segunda língua aqui, tendo em vista a nossa vocação para essa integração regional, terá que ser o espanhol. Nesse sentido, penso até em apresentar, provocar o nosso Parlamento, para que alteremos o rumo das coisas, no sentido de que adotemos como segunda língua, no nosso País, nas escolas de todo o País, o espanhol.

Imagine, Senador Mozarildo, daqui a quinze, vinte anos, se uma medida dessa é tomada hoje, isso facilitará sobremaneira o processo de integração, que daqui a vinte anos estará muito mais avançado, e com a facilidade do domínio do idioma isso se tornará muito mais factível.

Portanto, rogo, torço para que este grande bloco se consolide cada vez mais, porque, sinceramente, Senador Mozarildo, sozinhos não vamos a lugar nenhum. Juntos, poderemos ir aonde quisermos. E possivelmente fazer o que bem entendermos. Acredito nisso, com toda convicção. Por isso sou ardoroso defensor da consolidação do Mercosul e da afirmação cada vez maior do Parlamento deste grande bloco que ora está em curso nos seus trabalhos com sede lá em Montevidéu. Consolidação do Parlamento do Mercosul, consolidação do Mercosul como um grande bloco regional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita Júnior sobre o nascimento e fortalecimento do Parlatino na América do Sul, chamaremos para usar da palavra o orador inscrito Mozarildo Cavalcanti, pelo PTB de Roraima, e vem de uma grande vitória em índice geográfico. Ele provou ao IBGE, ao Brasil e ao mundo que os limites do Brasil não são como nós aprendemos no passado, do Oiapoque, no Amapá, ao Chuí. Ele provou que está a sessenta quilômetros adiante no norte, em Caburaí, Roraima. Então, a extensão do Brasil vai, do seu ponto mais avançado ao norte, Caburaí, em Roraima, ao Chuí, no Rio Grande do Sul.

Nossos cumprimentos e nossos parabéns.

Ele também é um extraordinário líder maçônico. E lamentamos o seu ponto de vista na distribuição de terra não ter sido vencedor, mas continuamos com a sua tese: nós achamos que este País não é de índio, não é de negro, nem de português; este País é de todos nós, brasileiros. O amor aproximou brancos, pretos, índios, e todos somos uma família. Rui Barbosa – ilumine o Poder Judiciário – disse que a Pátria é a família amplificada, e a família se consolida com amor. O amor já uniu índio com branco, branco com preto, preto com índio, e tudo. Então, nós estamos com a tese de V. Ex^a. Haveremos de vencer! A Pátria somos todos nós. Não tem mais isso; isso já era, era coisa do passado. O amor nos uniu.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelas palavras elogiosas. Quero realmente hoje abordar a questão do julgamento do STF que terminou ontem, pelo menos no seu ponto fundamental, central que era o da homologação da demarcação, embora existam vários pontos que devem ser ainda esclarecidos.

Mas, antes de entrar nesse assunto, Senador Mão Santa, devo dizer que ontem fiz um requerimento, junto com o Senador Augusto Botelho, de homenagem e de apresentação de voto de pesar pela morte do Sr. Said

Salomão, que foi um dos pioneiros do Estado de Roraima, principalmente no comércio. S.S.a morreu aos 94 anos. Eu tenho também a satisfação de dizer que a filha dele, Dra^a Sumaia, médica é a minha segunda suplente. E, portanto, quero aqui, através do Senado, mandar a todo o Estado de Roraima, mas especialmente à família do Sr. Said, o meu abraço e a minha solidariedade.

Sr. Presidente, ontem nós assistimos ao término do julgamento da questão da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Há tantos anos, nós estamos lutando aqui neste Senado para que saísse uma demarcação, sim. Nós sempre quisemos uma demarcação, mas uma demarcação que fosse justa, não excludente, que não precisasse expulsar de lá 500 famílias, como estão sendo expulsas – portanto, cerca de duas mil pessoas –; que não se separasse famílias de índios casados com não índios, que estão presentes naquela região há pelo menos cinco gerações.

E aqui estão três representantes da Associação dos Excluídos da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol: o seu presidente, Jefferson; o Vereador Edivan, do Município de Normandia, um dos Municípios atingidos pela demarcação; e o Francisco Carlos. Então, eles estão aqui e vieram assistir ao final do julgamento. Aparentemente, digamos assim, as ONGs, principalmente as ONGs internacionais, ganharam uma batalha. Eu diria que tiveram uma vitória de Pirro, porque, na verdade, essa é uma vitória – se é que se pode ser considerada uma vitória – uma vitória contra o Brasil.

Não é preciso sequer estar muito por dentro dessa questão para analisá-la. No meu Estado, só no meu Estado, nós temos agora 36 reservas indígenas demarcadas. Temos, portanto, a metade do Estado de Roraima, que é de 225 mil km² destinada a 30 mil índios. E onde estão os 30 mil índios, Senador Geraldo Mesquita? Nas aldeias? Não; eles estão nas cidades, 90% deles estão nas cidades; são funcionários públicos. Dos três Municípios atingidos, em dois Municípios os Prefeitos são índios; em outro, o Vice-Prefeito é um índio. Escolarizados, portanto. A maioria dos Vereadores do Município de Uiramutá é índio. Aliás, se se fizer um DNA naquela região, vai ser difícil encontrar mesmo alguém de pele clara que não tenha ascendência indígena. E o que é pior: muitos dos índios que estão lá não só não querem, não só não queriam essa demarcação dessa forma... E por quê? Porque a imprensa, infelizmente, levada pela Igreja Católica que secularmente é mestra nesse negócio de formar jargões, pechas, carimbar e estigmatizar as pessoas... No tempo da Inquisição, quem discordava da Igreja era herege, era bruxo, ia para a fogueira. Fazia-se sumariamente um processo inquisitorial e levava-se as pessoas

para a fogueira. Modernamente, eles não fazem mais isso: excomungam. Excomungaram agora o médico, a mãe e a equipe que fez um aborto legal numa jovem de nove anos, estuprada pelo padrasto, que não tinha sequer condições médicas para levar a gestão a cabo, porque morreriam ela e os filhos. Mas não! A Igreja Católica tem uma lei escrita por seres humanos, que eles dizem que é a lei de Deus. A lei de Deus que eu conheço são os Dez Mandamentos que estão lá. Mas, quando a lei de Deus diz "Não matarás", não entrou no detalhe genérico, porque há uma confusão de que querer separar ciência e religião; ciência e fé, porque religião é coisa abaixo da fé. Ciência não é uma coisa de Deus? Não foi dada por Deus? Não foi dada para melhorar a condição de vida das pessoas? Foi.

Mas vamos aqui à Igreja Católica nessa questão da Raposa Serra do Sol. Plantou lá, primeiramente, o Padre Giorgio Dall Bem, que ficou numa comunidade indígena durante décadas preparando um trabalho de guerrilha. E o Conselho Indigenista de Roraima foi criado pelo Conselho Indigenista Missionário e passou a pregar o ódio dos índios da comunidade Maturuca contra os não índios.

Eu nunca disse, como médico, que não deva haver uma questão humana no trato das minorias. Pelo contrário, como médico, eu não distingo entre uma pessoa de pele escura e pele clara, indígena, afrodescendente ou descendente de japoneses, de italianos. Não distingo; para mim são seres humanos.

E o foco principal do nosso trabalho aqui na Comissão Temporária Externa do Senado, cujo Relator foi o Senador Delcídio Amaral, foi o de esclarecer exatamente, de maneira muito honesta, aquela questão da reserva indígena Raposa Serra do Sol. E – repito – já havia sido demarcada uma superreserva ianomâmi, que foi outra farsa. Colocaram o nome ianomâmi para dizer que é uma etnia só, mas não é; são mais de cinco etnias que se matam entre si. Eles se matam até por causa de mulher. Quando falta, por exemplo, mulher numa tribo, eles atacam outra para roubar a mulher dos outros. Sabem por que isso acontece? Porque as mulheres engravidam na primeira menstruação, quando ainda não têm proporção, Senador Mão Santa – e V. Ex^a sabe bem do que estou falando –, não têm proporção feto-pélvica, isto é, a bacia dessa mulher não está formada ainda para parir, para ter um parto. Assim, há uma mortalidade materna muito grande, o que provoca uma carência de mulheres cada vez maior. E há, portanto, essa briga entre eles até por isso.

Mas brigam também por espaço. E eles têm 4 milhões de hectares. São 4 milhões de hectares, maior do que a Raposa Serra do Sol. Mas isso se engoliu calado, e na região de fronteira com a Venezuela, pe-

gando dois Estados brasileiros: Roraima, o maior, e o Amazonas.

Aí, como essa entrou, veio depois a Reserva São Marcos, pegando toda a rodovia BR-174, que vai até a Venezuela, de um lado e de outro. Tiraram centenas de pessoas que moravam lá; e, como não houve reação, partiu-se para a Raposa Serra do Sol.

É aquela história, como disse o grande poeta: no primeiro dia, eles vêm e pisam a grama no nosso jardim, e nós não dizemos nada; no segundo dia, vêm e roubam a nossa rosa, e não dizemos nada; no terceiro dia, eles vêm, matam o nosso cão, e também não dizemos nada; no quarto dia, vêm e cortam a nossa garganta, e aí já não podemos mais dizer nada. É o que aconteceu em Roraima, é o que vem acontecendo silenciosamente no Brasil todo.

Essa Comissão Temporária Externa do Senado não foi só lá a Roraima, não. Foi a Rondônia, ao Mato Grosso, a Santa Catarina. E o que nós constatamos? Em Santa Catarina, Senador Geraldo Mesquita, a Funai levou índios do Paraguai para poder ter índios em Santa Catarina, retirando colonos. E Santa Catarina é um Estado minifundiário. Não só é pequeno em extensão, como é dividido em minifúndios, e não em latifúndios. Mas plantaram lá índios vindos do Paraguai para criar um fato indígena de que havia, portanto, índios naquela região.

Mas e a demarcação da Raposa Serra do Sol? Nós constatamos aqui, na Comissão Temporária Externa, que contou com o apoio da Consultoria Legislativa do Senado e de juristas, que, em primeiro lugar, o laudo antropológico que fundamentava a demarcação era falso, era fraudulento, era criminoso. E, aí, a Ministra Ellen Gracie deu uma liminar suspendendo a demarcação.

Quando o Governo Lula viu que ia perder a questão no Supremo, o seu Ministro da Justiça à época, Thomaz Bastos, que já foi advogado da CNBB, pegou e fez uma artimanha jurídica. O que fez? Revogou num dia a portaria que havia delimitado a Reserva Raposa Serra do Sol, passou a informação para o Ministro Relator Carlos Ayres Britto, sem ter publicado a portaria. E o Ministro Carlos Ayres Britto, induzido a erro, portanto, pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, levou a matéria a plenário e considerou prejudicadas as ações porque a portaria não existia mais.

A Portaria nº 534, que ele editou em substituição – como eu disse, não publicada –, serviu para que o Presidente assinasse o decreto de homologação; portanto, com vícios insanáveis, completamente errada do ponto de vista jurídico. Alertamos para isso, mas, como disse o Ministro Marco Aurélio no julgamento, a Funai, a Advocacia-Geral da União, o Ministério da Justiça e

a Assessoria que está perto do Presidente Lula – Alvarez e companhia, que têm uma ideologia sobre a questão social enferrujada, ultrapassada – levaram o Presidente a assinar o decreto de homologação.

Nós contestamos. Contestamos com base nos mesmos argumentos.

A área foi demarcada em 2005 e, nesse interregno, o Presidente Lula determinou duas operações da Polícia Federal que custaram milhões de reais, e para quê? Acompanhar a Funai, entrando de casa em casa com metralhadoras na mão, como se aqueles brasileiros que estão lá, ou que estavam lá alguns deles, fossem criminosos, a fim de avaliar unilateralmente as benfeitorias. Como aterrorizaram psicologicamente essas pessoas, elas acabaram aceitando a indenização.

E que reassentamento eles tiveram? A lei manda que seja uma terra equivalente. Quem tinha, por exemplo, quinhentos hectares lá no Mutum, na fronteira com a Guiana, deveria ter quinhentos hectares noutra região fora da reserva indígena. Mas não. O que fizeram? Pegaram essas famílias e lavaram para um assentamento de clientes da reforma agrária, que nada têm a ver com a situação deles. Eles não eram sem-terra; eles eram possuidores de terras há quatro gerações. Tudo isso foi escamoteado, foi encoberto. Procurou-se forjar, dentro do jargão que a Igreja Católica, as ONGs e essa esquerda enferrujada usam, uma briga entre meia dúzia de fazendeiros ou arrozeiros e os índios – como se todos os índios que estão lá quisessem esse tipo de coisa, e a maioria não quer.

Eu quero ler aqui, inclusive, uma matéria publicada hoje no Jornal *Folha de Boa Vista*, da minha terra: "Sodiur [Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima] alerta para conflito entre índios".

Já alertei várias vezes aqui: o conflito vai se dar entre índios, porque lá uma minoria, que é do Conselho Indígena de Roraima (CIR), uma entidade corrupta comandada pela Igreja Católica, quer implantar uma espécie de *apartheid*, um modelo comunista até, e os outros não o querem. Os outros não são ligados à Igreja Católica, são ligados aos evangélicos ou não têm religião e querem viver de forma diferente. Eles dizem:

Mesmo antes de o Supremo Tribunal Superior (STF) concluir o julgamento da ação que pedia a revogação do decreto que definiu a demarcação contínua de 1,7 milhão de hectares da reserva Raposa/Serra do Sol, lideranças indígenas ligadas à Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios do Norte de Roraima) [e há outras, como a Arikom e a Alidcir, mas lá a Funai vende para a imprensa a imagem de que só há o CIR] alertam para o possível conflito entre índios na disputa pela terra.

A opinião é do tuxaua da comunidade do Flexal, município de Uiramutã, Abel Barbosa, secretário-geral da Sodiur. Ele procurou A Folha para rebater as declarações do coordenador-geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Dionito José de Souza.

Olha aí: discussão entre um grupo de índios e outro grupo de índios. Portanto, desmascara-se a história de que existe só um pensamento de um grupo uniforme de índios, o que não é verdade. Infelizmente, o Supremo foi induzido a erro pelo Governo, porque creio que os Ministros, de boa-fé, acreditaram nas informações oficiais que deram a Funai e a Advocacia-Geral da União (AGU). O próprio Ministério Público foi induzido a erro; lá existe, por exemplo, a Dra Duprat, Procuradora que, em vez de ser uma agente do Ministério Público, é uma militante da causa indigenista e que não está preocupada com o direito, mas, sim, com a ideologia. Então, essas pessoas procuram encontrar argumentos jurídicos para embrulhar, como disse o Ministro Marco Aurélio, esse pacote da forma como foi embrulhado.

O Ministro Marco Aurélio, no seu voto preliminar, listou algumas questões que não podiam sequer permitir que aquele julgamento terminasse, porque existiam vícios jurídicos insanáveis. Nem estou falando dos vícios administrativos, do laudo mentiroso e fraudulento que motivou essa demarcação. O Ministro disse que teria de sanear alguns pontos para que o processo pudesse continuar e pudesse ser julgado. São palavras dele:

Então, cumpre sanear o processo, providenciando-se:

- a)** a citação das autoridades que editaram a Portaria nº 534/05 e o Decreto que a homologou [Quem são essas autoridades? O Presidente da República e o Ministro da Justiça, que não foram citados];
- b)** a citação do Estado de Roraima e dos Municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia [não foram citados; o Governo de Roraima entrou depois no feito por conta própria, mas não foi citado no andamento desse processo];
- c)** a intimação do Ministério Público para acompanhar, desde o início, o processo;
- d)** a citação de todas as etnias indígenas interessadas.

O Ministro Marco Aurélio teve o cuidado de ver que lá existem cinco etnias que pensam diferentemente, Senador Mão Santa. Às vezes, até dentro de uma etnia mesmo, existe um grupo de índios que pensa de um jeito e outro grupo de índios que pensa de outro. E

o que se está pretendendo ali é colocar esses índios no abandono, para, amanhã, o CIR comandar todo mundo, mas eles não aceitam.

Concluo as outras providências que, segundo o Ministro, devem ser tomadas: "e) a produção de prova pericial e testemunhal; f) a citação dos detentores de títulos de propriedades consideradas frações da área envolvida, em especial dos autores de ações em curso no Supremo".

Vejam bem que há mais de trinta ações e que foi analisada só a ação movida por mim e pelo Senador Augusto Botelho. Não analisaram sequer a ação movida pelas próprias comunidades indígenas que não concordam com o CIR.

Há uma máxima que diz: "Decisão do Judiciário não se discute, cumpre-se". Não! Vamos cumprir, mas vamos discutir. Vamos entrar, eu e o Senador Augusto Botelho, com uma ação competente – não sou advogado, mas acho que são embargos declaratórios –, para que o Supremo explice coisas que não ficaram muito claras, como, por exemplo, a situação das famílias que são miscigenadas. Como ficam essas famílias? E aqueles que tinham títulos anteriores ao chamado Fato Indígena, que é de 1934, ou, mais ainda, o Fato Indígena mais legal, que é de 5 de outubro de 1988, como aliás o Supremo acatou? Então, isso tem de ser esclarecido. E mais, Senador Geraldo Mesquita, disse o Ministro Marco Aurélio: "Que o Colegiado não silencie sobre essas matérias!". Infelizmente, eles silenciaram.

Até entendo que os Ministros que votaram contra nossa opinião tentaram buscar um meio-termo, uma solução que pudesse atender a ambas as partes ou a todas as partes. Não são só duas partes, são dois ou três tipos de índios pelo menos que pensam de maneira diferente, são os miscigenados que estão lá, são os não indígenas que estão lá há quatro gerações, como é o caso dos três que estão aqui representando os excluídos da Raposa Serra do Sol, que formam a quarta geração de pessoas que foram para lá. É a quarta geração de pessoas que foram para lá.

E tudo isto nós estamos fazendo, Senador Geraldo Mesquita, no Brasil: expulsando, desterrando brasileiros das suas próprias terras. E que terras? Uma terra na faixa de fronteira com a Guiana e com a Venezuela. Coisa parecida só se viu no tempo de Hitler, na Alemanha, e de Stalin, na Rússia. Isso está sendo feito pelo Brasil. E o Brasil, segundo o *slogan* do Governo Lula, "é um País de todos". Mas que todos são esses? Eles não fazem parte desse todo? Não fazem parte desse todo? Parece que não. Para os xiitas da ideologia enferrujada desse mecanismo chamado indigenato, eles não fazem parte disso. Nem sequer os

índios que pensam diferente dessa tese também fazem parte disso.

Mas, Senador Mão Santa, tive a preocupação, antes do julgamento, de enviar aos Ministros sugestões, já que sou autor, junto com o Senador Augusto Botelho, da ação que estava sendo apreciada, para que, pelo menos, ao decidir, alguns pontos fossem levados em consideração.

Primeiro, é preciso respeitar as diversas etnias e suas organizações, que devem ter liberdade para se organizarem, trabalharem e viverem conforme suas decisões, observados os limites legais, isto é, não pode haver lá a implementação de uma espécie de república do CIR e esmagar todos os que pensam de forma diferente. É preciso permitir que a Sodur, a Alidcir, a AriKom, as diversas comunidades indígenas tenham suas próprias decisões, que não estejam lá subordinadas a uma espécie de imperador chamado Dionito, que, por sinal, não mora na reserva, Senador Mão Santa, mora em Boa Vista, na Capital. Anda muito bem de carro para cima e para baixo. Aqui, ontem, ele estava de cocar na cabeça; lá, ele anda muito bem vestido, como qualquer não índio bem vestido.

O segundo ponto é o seguinte: é preciso retirar, isto é, excluir da reserva as vilas de Mutum – na linha de fronteira com a Guiana –, de Socó, de Água Fria e de Surumu, esta no limite externo da reserva, já fazendo fronteira não com a Guiana, mas com o próprio Brasil, vamos dizer assim. Isso também não foi acatado. Estão riscando do mapa quatro pequenas cidades centenárias. Quem está riscando? É algum estrangeiro, Senador Mão Santa? Houve uma invasão ao Brasil? Não, é o Governo Lula que está fazendo isso. É o homem do "Brasil de Todos".

Em terceiro lugar, é preciso haver a reavaliação judicial dos que tiveram suas propriedades avaliadas unilateralmente pela Funai, para justa indenização das famílias que sejam excluídas da reserva.

Em quarto lugar, deve-se proceder à manutenção dos proprietários com documento de posse anteriores à Constituição de 1934. Por que falei aqui de 1934? Porque a Constituição de 1934 foi a primeira do Brasil que se referiu ao direito indígena. Antes disso, não havia essa questão. E, no Supremo, também ficou estabelecido o que eles resolveram chamar de Fato Indígena, que as terras seriam demarcadas. Aliás, ao pé da letra, não podiam demarcar mais nada, porque a Constituição deu o prazo de cinco anos para o Governo demarcá-las, mas já se passaram vinte anos. Portanto, ao pé da letra da Constituição, não poderia haver mais nenhuma demarcação no Brasil.

O quinto ponto é o seguinte: deve-se dar prazo de um ano para os que tiverem de ser excluídos da

reserva se retirarem. Um ano? Não se está retirando apenas animais de lá. Estão se retirando seres humanos que têm sentimentos, que têm família. Não é a propriedade pura e simplesmente! Eles nunca serão indenizados do aviltamento dos sentimentos gerados pela situação em que estão sendo vítimas.

Em sexto lugar, é preciso fazer uma análise da recomendação das comissões externas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre a demarcação da reserva.

Em sétimo lugar, deve-se dar atenção para a questão da soberania nacional na tríplice fronteira onde se encontra a reserva, isto é, com a Guiana e com a Venezuela.

Sr. Presidente, é verdade que alguns desses pontos foram acolhidos nos dezenove itens que o Supremo resolveu colocar como recomendações adicionais, que, no meu entender, valem, porque isso deveria estar explicitado em lei, Senador Geraldo Mesquita. Mas o Presidente Lula não deixa o Congresso legislar; é só ele que legisla! Se aprovamos alguma matéria aqui, ela vai para a Câmara e não tem andamento, porque lá ele conta com uma maioria esmagadora, fiel demais até. Então, não se muda nada.

Apresentei uma emenda constitucional aqui, em 1999, propondo que toda reserva indígena passasse pela apreciação do Senado. Quer dizer, a Funai fazia a demarcação, mas nós apreciávamos. Afinal de contas, o que é uma reserva indígena? É retirar terra do Estado e dizer que esta passa a ser federal. E o Senado, que representa os Estados, não é ouvido? É um absurdo isso!

A emenda foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e veio para o plenário, onde teve cinco sessões de discussão. Na quinta sessão, o Senador Aloizio Mercadante, que então era Líder do Governo Lula, pediu que a matéria voltasse à CCJ para reexame. E aí botou-a na gaveta. Espero ressuscitá-la agora.

Não vou ler os dezenove itens, vou pedir que eles sejam transcritos, mas quero chamar atenção para algumas coisas que são avanços. Houve um avanço, pelo menos: é vedada a ampliação de terra indígena já demarcada. Pelo menos quem está perto daquela reserva em Roraima pode dormir sossegado, pois não haverá amanhã outra expansão de área. Pelo menos isso foi uma grande vitória.

Em segundo lugar, os índios não podem explorar os minérios, o potencial energético. É o que essas ONGs querem, e é o que vão fazer, porque o Governo do Brasil não tem capacidade de fiscalizar uma área daquele tamanho naquela fronteira. Vão fazer isso, sim, como já fazem hoje. O descaminho hoje é de diamante,

de ouro; amanhã, vai ser de urânio, de nióbio, porque não há fiscalização naquela fronteira, como não há fiscalização na reserva Ianonami, nem nas reservas indígenas da Amazônia toda.

Então, quero pedir, Senador Mão Santa, que esses dezenove itens sejam transcritos.

Quero chamar a atenção, Senador Heráclito, para outro fato. Há outra reserva no sul do Estado dos índios Waimiri-atroaris, que fecham uma rodovia federal às seis horas da tarde. E o domínio da rodovia federal foi excluído da reserva, não é reserva, mas eles a fecham, e fica por isso mesmo. Agora, o Supremo diz claramente que não pode haver barreiras ou cobrança de pedágio de qualquer forma.

Espero que, portanto, tenhamos tido uma vitória parcial, é verdade. A reserva indígena Raposa Serra do Sol, portanto, meu Estado, está servindo de "boi de piranha" para salvar outras demarcações que estão em curso, ao estilo da Funai, ao estilo dessa instituição que deveria ser extinta, porque está contaminada, está completamente vendida.

Então, acho que demos um passo. Já pedi audiência com o Ministro Ayres Britto e com o Presidente do Tribunal Regional Federal. Aliás, o Supremo delegou ao Presidente do Tribunal Regional Federal a execução das medidas de retirada, porque, se deixar isso nas mãos da Polícia Federal, que obedece às ordens desse Ministro também meio desorientado, que é o Ministro Tarso Genro, é capaz de ele mandar acorrentar todo mundo lá e expulsar na marra. Aliás, a Funai fez, há poucos dias, não uma licitação, mas um edital para contratação de operadores de máquinas pesadas. Para quê? Para derrubar a casa das pessoas que estão lá? Para rebocar todo mundo de lá?

Senador Mão Santa, vou pedir ao Presidente Sarney que me designe para acompanhar esse trabalho de perto. Vou falar com o Presidente do Tribunal Regional Federal, vou falar com o Ministro Carlos Ayres Britto, porque o mínimo que se pode exigir agora é que haja respeito à dignidade dessas pessoas, para que essas pessoas sejam, pelo menos, indenizadas materialmente, já que indenizadas espiritualmente, sentimentalmente, jamais serão. A pessoa não pode ser obrigada a morar onde não quer. Eles escolheram morar lá há quatro gerações e vão ter de sair, sob a falsa bandeira de que os índios querem isso. Não o querem. Está aqui. Vou pedir para transcrever este documento também. Os índios não o querem. Há uma ação no Supremo movida pelos índios, que não o querem. Mas não adiantou. Vale o que a Funai quer.

Aliás, o Ministro Gilmar Mendes disse uma frase que merece ser repetida aqui, Senador Geraldo Mesquita e Senador Mão Santa: demarcação de terra

indígena é uma coisa muito séria para ficar nas mãos da Funai. Não pode ficar mesmo, Senador Heráclito! Essa demarcação de terras indígenas é um negócio muito sério para a soberania nacional, muito sério para a questão da defesa do território nacional, muito sério para os índios. E o que a Funai faz é demarcar terra e esquecer os seres humanos lá, ao Deus dará. Essa é que é a realidade.

O General Heleno, ex-Comandante da Amazônia, disse muito bem: a política indigenista do Brasil é um caos, é desumana com os índios! Não é desumana só com os não índios que estão por perto, não. É desumana com os índios. E assino embaixo a declaração do General, como assino embaixo a do Ministro Gilmar Mendes de que esse assunto de demarcação de terras indígenas é assunto muito sério para ficar na mão só da Funai. A Funai precisa, inclusive, ser investigada, passada a limpo, porque, há muito, é comandada por grupos que não estão muito preocupados com os interesses nacionais. Não estão muito preocupados com isso.

Então, quero deixar hoje, aqui, registrado, Senador Mão Santa, primeiro meu respeito à decisão do Supremo, mas minha discordância. Vou entrar com embargos de declaração, para que o Supremo explique melhor certas coisas que ficaram nebulosas na minha cabeça e na cabeça de muita gente. Vou, ao mesmo tempo, acompanhar a ação do Governo Federal naquela região. Agora, lá, há dois tipos de cidadãos: cidadãos estaduais e cidadãos federais. Mas ai dos cidadãos federais que estão lá, que são os índios e as índias, se não fosse o Estado de Roraima dar escola, posto médico, transporte! Na verdade, o que o Governo Federal faz é só charme ao dizer que demarcou terra indígena.

Lamento muito, Senador Mão Santa, que um homem como o Presidente Lula, que veio da pobreza, um homem cuja trajetória de sofrimento será mostrada em um filme a ser lançado, não esteja vendendo o sofrimento dessas pessoas. Lamento muito que ele tenha chancelado isso. Ele vai ficar na história mesmo como um homem que não se preocupou com todos, de jeito nenhum. Talvez, ele tenha se preocupado com todos os cupinchas dele, com todos os que dizem amém para ele. Aliás, tenho dito aqui: o Presidente Lula não aprendeu, em dois mandatos, que ele tem de ter oposição e tem de prestar atenção ao que a oposição diz, porque tudo que a oposição diz ele e os cupinchas dele encaram como se estivessem falando mal dele, como se ele não merecesse crítica, como se ele não errasse, como se ele fosse uma espécie de professor de Deus.

Quero dizer aqui: realmente, o Estado de Roraima fez muito bem quando, na eleição passada para

Presidente, derrotou o Presidente Lula no primeiro e no segundo turno. Derrotou-o fragorosamente. Por quê? Porque o Presidente Lula, inclusive na conversa que tivemos, com o ex-Governador Otomar presente, chegou a perguntar, em tom de blague, quantos eleitores havia em Roraima, como quem diz: "Estou 'c' e andando para duzentos e poucos mil eleitores. Vou à USP, em que há mais de mil eleitores, e me questionam sobre essa reserva. Vou à OEA, e me questionam". Aí eu disse para ele: "Presidente, por favor, não trate Roraima considerando o número de pessoas, considere a dignidade e o respeito por essas pessoas". Se fosse assim, o que ele foi fazer em países como, por exemplo, a Guiana, que tem 800 mil habitantes, que tem menos habitantes que o Amazonas, que o Pará, que Rondônia? O que ele foi fazer lá? Pelo número de pessoas, ele não deveria ir lá. Aliás, o Presidente Lula gosta muito de Roraima. Ele já foi à Guiana, já foi ao Suriname, já foi à Venezuela várias vezes, passando por cima de Roraima, mas não vai a Roraima. Ele não vai a Roraima. E espero que o povo de Roraima continue com esse brio que tem e dê a resposta aos áulicos do Governo Lula, que não levam em conta o que dizem aqui, no Senado, os que não "puxam o saco" do Governo e também os Deputados Federais que têm ficado rouscos de tanto falar e não são ouvidos.

Quero também prestar minha homenagem à Assembleia Legislativa do Estado, que nomeou uma comissão para me acompanhar nos trabalhos que fizemos. Foram cinco Deputados Estaduais designados pelo Presidente Messias.

Presto homenagem a todo o povo de Roraima, que está cansado de sofrer nas mãos deste Governo, que, agora, às vésperas da eleição do ano que vem, está mandando recados, por seu líder no Senado, de que vai resolver isso, aquilo e aquilo outro. Assinou um decreto de transferência de terra. É um decreto que tem uma cláusula, Senador Geraldo Mesquita, que diz assim: "Tem de usar a terra assim, assim e assim, sob pena de revertê-la para a União". A terra não é da União. A Constituição está dizendo, nas Disposições Transitórias, que o Estado de Roraima compreende-se no limite geográfico do ex-Território. Portanto, nada mais cristalino que o fato de que tudo que está dentro daquele limite é do Estado. Mas o Presidente Lula assinou esse decreto, condicionando a questão. É como se eu desse um pirulito para uma criança e dissesse assim: "Se você fizer isso, eu tomo o pirulito". Entrei com decreto legislativo aqui para tirar essa expressão, porque não tem de reverter à União coisa alguma. Ele não fez favor algum em assinar esse decreto; aliás, demorou demais, assinou agora porque talvez ele queira a reeleição do líder do Governo lá, em Roraima, para

continuar Senador aqui. Mas tenho certeza de que o povo de Roraima vai saber distinguir muito bem as coisas. Por que algumas coisas estão sendo feitas agora e não foram feitas desde o início do Governo Lula? Por que estão sendo feitas agora e não foram feitas quando ele foi reeleito, embora ele tenha perdido em Roraima? E espero que os candidatos dele em Roraima percam de novo.

Senador Mão Santa, quero pedir a transcrição das matérias que li, às quais fiz alusão, porque, hoje, quero dizer para meus conterrâneos, não só aos três que representam aqui os excluídos da Raposa Serra

do Sol, mas a todos que estão me ouvindo em Roraima, que a luta não parou. Vamos acompanhar até o final a execução da ordem que o Supremo deu para o Tribunal Federal Regional. E espero que a dignidade e o direito sejam respeitados. E vou fiscalizar.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DISPUTA DE TERRAS

Soudiur alerta para conflito entre índios

Tuxaua Abel Barbosa prevê conflito na reserva Raposa Serra do Sol

Mesmo antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) concluir o julgamento da ação que pedia a revogação do decreto que definiu a demarcação contínua de 1,7 milhão de hectares da reserva Raposa Serra do Sol, lideranças indígenas ligadas à Sodir (Sociedade de Defesa dos Índios do Norte de Roraima) alertam para o possível conflito entre índios na disputa pela terra.

A opinião é do tuxaua da comunidade do Flexal, município de Uiramutã, Abel Barbosa, secretário-geral da Sodir. Ele procurou a Folha para refutar as declarações do coordenador-geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Dionísio Góes de Souza. O coordenador criticou o voto do ministro Marco Aurélio Mello, que disse que índios usam escavar as fazendas de arroz e descansar a terra por três anos antes de trabalhar nela.

“Se eu chegar na sua casa e quiser mandar a senhora não vai avistar, né? Assim também vai ser com a gente. Nós (Flexal) queremos ser o governador da Raposa, vai querer mandar, mas não será do jeito que ele está pensando. Vai ter batalha de arroz e outra coisa, vai ter desmatamento de sanguê, porque a gente não vai avistar isso”, disse Abel Barbosa, de Brasília, no intervalo do julgamento no STF.

“Vai chamar um ministro de maior Corte do País de incompetente e ‘babaca’. Abel Barbosa disse que hoje não tem respeito. Ele, como autoridade, precisa ter cuidado com as palavras, porque é uma autoridade máxima do País. E precisa respeitar os outros e isso não é oferecido. O ministro, como brasileiro, quer que todos os indígenas vivam em paz”, disse.

Se todo o tuxaua os indígenas voltaram seu olhar todos os momentos da exposição que discorriu na área, confirmou arrebatado que os moradores da Suposta Serra do Sol ainda não se sentem ameaçados de invadir ou invadir a terra e pescaria.

Abel Barbosa informou que essa não é a realidade, que os indígenas da tribo em questão, que mais assim “trazem cultura, tem filhos estudando na Ufrr, fazendo faculdade. Quando vêm, o desenvolvimento é só deles, só os outros. A gente que só plantar, comprar e vender não produzir”, defendeu o tuxaua.

Senador: mozarildo

Então, cumpre sanear o processo, providenciando-

se:

- a) a citação das autoridades que editaram a Portaria nº 534/05 e o Decreto que a homologou;
- b) a citação do Estado de Roraima e dos Municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia;
- c) a intimação do Ministério Público para acompanhar, desde o início, o processo;

d) a citação de todas as etnias indígenas interessadas;

e) a produção de prova pericial e testemunhal;

f) a citação dos detentores de títulos de propriedade consideradas frações da área envolvida, em especial dos autores de ações em curso no Supremo.

Que o Colegiado não silencie sobre essas/
matérias!

AOS EXCELENTESSÍSSIMOS SENHORES MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REF. PET 3388

SUGESTÕES POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO PROCESSO SOBRE A RESERVA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL - RORAIMA

1 - RESPEITAR AS DIVERSAS ETNIAS INDÍGENAS E SUAS ORGANIZAÇÕES, QUE DEVEM TER LIBERDADE PARA SE ORGANIZAREM, TRABALHAREM E VIVEREM CONFORME SUAS DECISÕES, OBSERVADOS OS LIMITES LEGAIS;

2 - RETIRAR (EXCLUIR) DA RESERVA AS VILAS DO MUTUM - NA LINHA DE FRONTEIRA COM A GUIANA - SOCÓ, ÁGUA FRIA E SURUMU - NO LIMITE EXTREMO DA RESERVA;

3 - REAVALIAÇÃO JUDICIAL DOS QUE TIVERAM SUAS PROPRIEDADES AVALIADAS UNILATERALMENTE PELA FUNAI, PARA JUSTA INDENIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE SEJAM EXCLUÍDAS DA ÁREA DA RESERVA;

4 - MANUTENÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM DOCUMENTOS DE POSSE ANTERIORES À CONSTITUIÇÃO DE 1934;

5 - PRAZO DE 01 (UM) ANO PARA OS QUE TIVEREM QUE SER EXCLUÍDOS DA RESERVA SE RETIREM DA MESMA;

6 - ANÁLISE DAS RECOMENDAÇÕES DAS COMISSÕES EXTERNAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL SOBRE A DEMARCAÇÃO DA RESERVA;

7 - ATENÇÃO PARA A QUESTÃO DA SOBERANIA NACIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA ONDE SE ENCONTRA A RESERVA.

Senador MOZARILDO CAVALCANTI

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Senador Mozarildo Cavalcanti revive aqui a frase do grande líder militar francês, Napoleão Bonaparte: “Perdi uma batalha, mas não perdi a guerra”. E o próprio General, meditando na sua última prisão, dizia: “O francês é tímido, mas, com um grande comandante, ele vale por cem e por mil”. E o povo de Roraima tem esse grande comandante: o Senador Mozarildo Cavalcanti.

E quero dizer que lamento ler no *Jornal do Brasil*: “Índios ficam com 46% de Roraima”. Isto inexiste na geografia do mundo!

E queremos registrar que veio, ouviu a sua palavra e veio se solidarizar o ex-Senador de Roraima, João França Alves, que disse ser uma luta antiga.

E externamos a nossa solidariedade à Associação dos Excluídos da Reserva Raposa Serra do Sol, que está presente, nas pessoas do seu Presidente, o Jefferson, o Vereador Edivan e o líder Francisco Carlos.

Convidamos para usar da palavra o Senador do Piauí, Democrata, Heráclito Fortes, que é o 1º Secretário da Mesa Diretora e está mostrando toda a sua dedicação e obstinação na administração do Senado da República. Damos esse testemunho e estamos com ele lutando para reerguermos o Senado da República, o pilar maior da democracia deste País.

V. Ex^a hoje pode ficar à vontade. Ontem, eu estava assim porque havia vários outros oradores, inclusive o Suplicy, mas V. Ex^a conseguiu enquadrá-lo, e ele participou do discurso de V. Ex^a. Nossos aplausos pelas medidas de austeridade, o que não me surpreende. Nós o conhecemos como executivo. Heráclito Fortes foi extraordinário Prefeito da cidade de Teresina, daí a razão de, por várias vezes, o povo do Piauí tê-lo mandado como representante na Câmara Baixa e, agora, na Câmara Alta do País. É o maior líder municipalista do meu Estado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, e esse meu pronunciamento tem muito a ver com o municipalismo, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise econômica internacional chegou ao Brasil em caráter definitivo. Hoje, lemos péssimas notícias nos jornais, como o contingenciamento de mais de 20 milhões no Orçamento de 2009. E o que é pior: a queda na arrecadação de impostos administrados pela Receita Federal. Ambos divulgados ontem.

Mas isso é preocupante principalmente para os Municípios, Senador Mão Santa – digo como V. Ex^a: atentai bem –, e para Estados que dependem da transferência do Fundo de Participação dos Municípios e

da transferência do Fundo de Participação do Estado – FPE.

Recorro à análise do meu colega de Partido e ex-Prefeito do Rio de Janeiro César Maia. Abro aspas para ele:

A crise econômica está aí. As doses de seus impactos sobre os estados e municípios dependerão das circunstâncias locais. A grande maioria dos municípios e alguns estados não têm equipes técnicas para fazer avaliações e traçar cenários. E menos ainda acompanhar esse processo e seus reflexos em suas administrações. Sendo assim, vamos começar a assistir a atrasos sequenciais nas folhas de pagamento.

O sistema tributário brasileiro é um complexo onde os estados e municípios mais pobres dependem muito dos fundos de participação federais em base ao Imposto de Renda e IPI. Quando o Governo Federal os usa para incentivar a produção e não compensa os fundos; metade da conta é paga pelos estados e municípios mais pobres. O ISS é receita importante para as grandes cidades. As informações que tem o Governo Federal sobre serviços financeiros etc. podem ajudar o planejamento.

O ICMS, quando diminui, tem efeito diferenciado no tempo [V. Ex^a, que foi Governador, Senador Mão Santa, sabe muito bem disso]. Num primeiro momento, afeta a todos os municípios proporcionalmente à suas cotas de participação, já que o índice de distribuição é dado. Mas, quando for recalculado para o ano subsequente, os índices municipais mudam, e, se mudarem, vários municípios podem quebrar.

Exemplo. Um município tem uma grande empresa industrial, que lhe dá enorme valor agregado e, com isso, um importante índice de ICMS. Por hipótese, essa empresa fecha. Naquele ano nada acontece, pois o índice foi calculado com o valor agregado do ano anterior. Mas quando o novo índice for calculado, a receita deste município sofrerá uma queda brutal.

Férias coletivas não afetam tanto o ICMS das vendas. Mas afetam as compras de fornecedores. Se estes forem fundamentais em municípios, a receita imediata desses não é afetada, mas o índice do ano subsequente sim.

Como se administrar uma inadimplência maior do IPTU? Como se administrar dívida ativa? Um afrouxamento produz mais ou menos receita? O que ocorre com o uso de anistias e remissões? Como gerir os recursos em caixa? Atrasar pagamentos gera caixa hoje e preços maiores amanhã. Uma menor Selic reduz a receita das aplicações de estados e municípios sem afetar o serviço da dívida deles.

Num quadro destes, o Ministério da Fazenda e os estados deveriam preparar apresentações sub-regionais para prefeitos e secretários de Fazenda, municipais e estaduais sobre o efeito fiscal da crise, dando exemplos concretos com os casos citados, relativos aos municípios presentes na reunião.

Sr. Presidente, o *ex-blog*, como é chamado o do ex-prefeito César Maia, traz um aviso, mostra aos prefeitos e aos governadores, principalmente aos dos Estados mais pobres, uma situação que começamos a viver, que é a "marolinha", a pequena gripe, tão cantada em prosa e verso pelo Presidente Lula, tornando-se uma doença mais grave.

Temos de nos juntar, independentemente de partido, de diferenças partidárias, ideológicas, seja lá o que for, para evitar que o Brasil, os Estados e os Municípios paguem esse alto preço, trazendo dissabores à população brasileira, que nada tem a ver ou nada contribuiu para a crise a que chegamos. Falo isso porque sou de um Estado pobre e me preocupo profundamente com os rumos que as coisas no meu Estado estão tomando. É um Governo sem planejamento, é um Governo sem projetos, é um Governo cheio de promessas irresponsáveis, de criar expectativas levianas para nosso povo.

Toda vez que alerto a população piauiense para o que está por vir, sou atacado de maneira pessoal e impiedosa, de maneira ofensiva, pelos porta-vozes do Governador Wellington Dias. Mas isso não me abala. Tenho convicção da responsabilidade que exerce como Senador da República; e não vou, de maneira nenhuma, recuar no meu comportamento parlamentar, até porque fui eleito pela Oposição. Não conseguiram me cooptar; e, como Oposição, manterei meu comportamento até o último dia do mandato, até porque o Governador não me deu nenhum motivo para abraçar suas fabulosas promessas de obras, que nada de concreto existe.

Mas o Senador Mão Santa, que aqui está, apenas para mostrar um pouco o retrato de como o Piauí anda, presenciou, ontem, na Comissão de Infraestrutura, uma cena que, para nós, piauienses – pelo menos para mim –, foi decepcionante, acachapante e vergonhosa. O

Sr. Tiago Pereira Lima estava sendo sabatinado para ocupar um cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a Antaq.

E eu lhe fiz perguntas sobre promessas que o Governador canta em prosa e verso, quando chega a Teresina, de que já estaria tudo resolvido e marca data, inclusive, para o Governo começar.

Senador Mão Santa, V. Ex^a se lembra quando perguntei ao Sr. Tiago sobre as cinco hidrelétricas prometidas por S. Ex^a o Governador do Estado. Pelas contas iniciais do Governador, já era para elas estarem inauguradas; e o diretor disse, simplesmente, que sabe que há estudo, há intenção de projeto, mas não há nada de concreto.

Para que se criar esse tipo de expectativa junto aos piauienses? Estamos vivendo graves problemas por falta de energia elétrica. Aí, o Governador vai lá e cria essa expectativa. Não existe nada de concreto. O fato de o projeto estar no PAC não significa que seja uma realidade.

Ontem, a Ministra Dilma Rousseff – que é a mãe do PAC, a avó do PAC, a filha do PAC, é o próprio PAC, a encarnação do PAC – mostrou que isso existe na realidade. Ela se disse emocionada, quando viu a primeira obra do PAC, Senador! Não há retrato mais claro para o Brasil não se deixar levar por essa enganação eleitoreira do que o que se viu ontem no Ceará.

Ela se disse emocionada porque foi ver, lá, um circuito de águas como a primeira obra que se podia, realmente, ver, e ainda ironiza: "A Oposição vai dizer que não existe nada." E como obra real. Vejam os senhores: ela própria reconhece que esse PAC é uma sequência de obras de ficção. Vão dizer que aquela era a primeira obra real, até porque, um mês atrás, ela foi a Pernambuco inaugurar canteiro de obras. Canteiro de obras de quê? Da Refinaria Abreu e Lima, que, inicialmente, estava orçada em nove bilhões e os jornais, hoje, mostram que, antes de começar esse projeto Chávez/Lula, já está orçada pelas empreiteiras em 28 bilhões, Senador Mão Santa.

Mas, aí, vamos voltar ao Dr. Tiago Pereira Lima. Perguntei pela obra, que o Governador me desafiou. Os seus porta-vozes, os ventriloquos me desafiam, diziam que eu era contra o Piauí. Ele anunciou que inauguraría o Porto de Luís Correia em dezembro de 2009 e que esse porto seria, inclusive, suporte para exportação de produtos vindos da Bahia.

Eu seria o homem mais feliz do mundo, Senador Mão Santa, se tudo isso fosse verdade. E V. Ex^a, Senador da República e piauiense como eu, assistiu, decepcionado e frustrado, à resposta dada pelo Dr. Tiago: estudo, projeto, mas nada de concreto.

Vejam os senhores que situação desmoralizante para um Governador. E, olhem bem, esse cidadão está sendo indicado pelo PT, correligionário do Governador, e vem à Comissão de Infraestrutura do Senado da República prestar esclarecimentos dessa natureza. Aliás, o Sr. Pedro Brito, responsável pelo Ministério dos Portos, vem fugindo de comparecer à Comissão de Infraestrutura, pela convocação que existe, porque mentiu também, foi leviano com o povo do Piauí. Esteve lá e afirmou que esse porto seria inaugurado, mas o Governador é tão atabalhoado com questão de números e com a realidade, que disse aqui no Senado da República – os Anais estão à disposição – que não só iria fazer o porto, como iria levar o calado para 14 a 18 metros. Coitado do Governador mal-assessorado.

No Brasil, nós temos três ou quatro portos com essa profundidade de calado, que serve para grandes graneleiros, para transatlânticos, para navios de transporte de petróleo, coisa que o Piauí, pelo menos até agora, não possui. E não me venha o Governador, agora, anunciar uma descoberta, sob o seu manto, de um poço de petróleo que justifique uma obra dessa magnitude.

O calado, Senador Mozarildo Cavalcanti, hoje, pelo assoreamento causado pelo tempo e pelo abandono da obra, está em dois metros e meio. Será que o Governador calculou quanto custa desassorear toda uma área para chegar ao calado dos sonhos de S. Ex^a? E por aí vai.

Promete – darei a palavra em seguida, Senador, pois vou falar de um assunto que o toca e o comove muito – e anuncia a internacionalização do Aeroporto de Parnaíba, e marca a inauguração. Senador Mão Santa, esqueceram-se de dizer ao Governador que a internacionalização depende da aprovação de um órgão internacional que administra, através de convênios, a matéria. Não há sequer requerimento pedindo que comissões especializadas visitem Parnaíba. A mesma coisa quanto ao Aeroporto de São Raimundo Nonato.

Não é que vá ser impedido um vôo internacional de descer em Teresina, mas entre isso e dizer que o aeroporto vai ter categoria de aeroporto internacional vai uma distância muito grande.

Enquanto isso, com o que S. Ex^a quer brindar os teresinenses? Reforma do Aeroporto Petrônio Portella.

O Aeroporto Petrônio Portella, pelas circunstâncias do desenvolvimento urbano, encontra-se numa área completamente saturada. Saturada completamente! Ele promete fazer uma extensão na pista para 2.800 metros. Para isso, precisa desapropriar centenas

e centenas de residências, e está deixando em pânico os moradores daquela pacata região.

O Aeroporto de Teresina, pela concentração urbana e pela localização, nas suas proximidades, de comerciantes que trabalham com aves e com abate, tem uma proliferação de urubus que vem comprometendo a segurança de aviões. Tivemos acidentes com aviões da Gol, com aviões da Vasp – quando ainda existia – com aviões da TAM e vários aviões particulares. Aí, o Governador sai com uma pérola: “O projeto está pronto, da casa de passageiros. Vamos trazer um projeto do Amapá, um projeto de Macapá.” Não serviu para Macapá e ele quer trazer para Teresina, cidade maior, com outras características e outro tipo de tráfego aéreo. O aeroporto não serviu para Macapá, atentem bem para esse fato, e o Governador quer trazer para Teresina. Precisa dizer qual empreiteira ele vai atender com esse gesto irresponsável e leviano para com o povo de Teresina.

Senador Mão Santa, ouço V. Ex^a com muita alegria.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a não tem culpa, porque V. Ex^a não votou no PT em instante nenhum. Então, eu tenho culpa e já paguei muito, mas eu peço ao povo do Piauí o perdão, e a Deus, todo dia. Eu votei, eu acreditei. Mas eu desencantei logo. Com o Luiz Inácio, um pouco adiante; com o Governador do Piauí, logo, logo. Heráclito Fortes. O Heráclito é um líder municipalista e conhece tudo ali. São José do Peixe.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Da nossa Prefeita Iracema?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Exato. Então, eu saí antes do tempo do Governo, fui eleito Senador e o Governador eleito me convidou para acompanhá-lo. E me homenagearam, porque o aeroporto eu quem tinha feito, e outras coisas. Valdemar Santos era líder lá, foi meu Secretário do Interior, adversário Iracema. A Iracema é uma grande mulher que dirige aquilo. Olha, me deram o título de cidadão. Heráclito Fortes, estava do meu lado – do meu lado! – o Deputado Marcelo Castro, que é aliado do Governador. Do meu lado! Eu invoco o testemunho de Marcelo de Castro, aliado do Governador. Aí, Geraldo Mesquita Júnior, o Governador foi falar. Heráclito Fortes, morreu para mim ali. Morreu! A ignorância é audaciosa, é atrevida, mentirosa e burra, eu cheguei a essa conclusão. Aí, Heráclito, ele disse: “Vou construir cinco hidroelétricas no Rio Parnaíba.” Atentai bem, Heráclito: cinco! Temos a banda de uma hidroelétrica. Ontem, V. Ex^a e eu pressionávamos o Tiago, diante do nosso voto, do nosso apoio, o Presidente Collor, o seu Vice Eliseu – porque eu fui com eles ter com Michel Temer, marquei audiência –, para ter uma

lei que cuida dessas novas hidrovias, ferrovias e eclusas, e que incluíssem a nossa. Então, lá votando, são 26. Olha, temos a banda de uma hidroelétrica. A que tem lá dá um pouco de energia para o Maranhão, um pouco para o Piauí, mas acabou a navegabilidade do rio Parnaíba, que nós conhecemos. O sul era navegável, hoje seria essencial e fundamental, porque levaria grãos à capital; no norte, onde moro, o rio é mais raso. Mas o sul sempre foi navegável, inclusive teve companhias de navegação. Olha, o homem prometeu cinco hidroelétricas! A ignorância é muito audaciosa: só temos a banda de uma. Se ele pedisse para terminar a eclusa... A partir daí... Eu pensei que ele tinha mentido por todo o Governo. Rapaz, mas aquilo é geométrico, porque havia dois aeroportos internacionais. A ignorância é audaciosa! O aeroporto de Parnaíba, aliás, o seu avô era de lá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Foi Deputado Estadual.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Rapaz, há uma homenagem lá. O Dr. Valdir Aragão sabe – eu disse que você gostava muito e que sempre citava –, vou me intuirar. Mas tem uma homenagem para o seu avô lá. Aí ele começou: “Dois aeroportos internacionais” – dois logo; o Demóstenes disse que Goiás não tem nenhum; lá, são dois. Agora, os aloprados, eles não entendem, mas o aeroporto de Parnaíba é velho – você se lembra –, é o mesmo modelo do de Teresina, construído no Governo revolucionário de Reis Velloso. Agora, ele é reserva do aeroporto de Fortaleza – V. Ex^a é entendido em aeronave –, sempre o foi. O aeroporto de Fortaleza é grande, foi base aérea militar importante – até o Presidente Castello Branco morreu num acidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Aeroporto alternativo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Alternativo! E, com esse negócio de aeroporto internacional de Teresina, é alternativo: havendo temporal, é o mais próximo. Isso é da segurança. É isso que ele é. Mas dois! Heráclito, não tem nem mais teco-teco. V. Ex^a que já viajou pelas Aerovias, pela Aeronorte, pela Pan Air, na Paraense Transporte Aéreo – PTA (“prepara tua alma”, assim a apelidávamos, porque caía), mas tinha avião. Não tem mais nem teco-teco. O Geraldo Mesquita é testemunha disso porque tivemos de ir de carro. Em São Raimundo Nonato, fui lá outro dia, e só tinha dois jumentos na pista. Não sei se tiraram esses jumentos do meio da pista. E o porto? O porto, V. Ex^a disse, era previsto para sete metros, mas houve aquele aterro, então, ficaram 3,5 metros. V. Ex^a está dizendo que já está mais assoreado, está aterrado. Mas há uma mentira maior. Nas eleições passada, eu vi – rapaz, mas esse pessoal, Heráclito! –, essa eu vi na campanha. Olha,

foram lá o Luiz Inácio, o Governador, o Prefeito: “Em 60 dias os trens vão chegar a Luís Correia” – é a praia, que fica a 15 quilômetros. “Sessenta dias!” Quatro meses, para Teresina. Aí levaram o Alberto Silva...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O ex-Governador Alberto Silva, Senador da República e ex-Deputado Federal, justificou aqui desta tribuna o apoio ao Governador do Piauí em retribuição a essa grande conquista que o Governador anunciou para Parnaíba. Está nos Anais da Casa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pois eu quero dizer o seguinte: V. Ex^a fala pelo Piauí, V. Ex^a é o maior líder municipalista que já houve e é um executivo extraordinário. Eu sei que vão pensar porque – mas eu gosto de trabalhar é com V. Ex^a do lado –, na minha mente V. Ex^a é ainda o melhor candidato a Governador. Mas, se não quiser, e quiser vir para cá, ótimo. Podemos vir juntos de novo. Mas são coisas... Candidaturas majoritárias nascem. Eu as vejo, e eles veem errado. Todo mundo quer estar com o Governo, todo mundo lá, embora caótico, mas para ter os benefícios da Bolsa Família, da corrupção e tudo; os aloprados estão aí. Mas eu vejo diferente as coisas: Governo e Oposição, alternância. Como vejo no Brasil: o candidato que está se consolidando – e se meu partido não tiver candidato, eu já estou com ele – quero até que você me leve –, eu vou votar é no candidato por São Paulo, José Serra, que tem um currículo de homem de grande visão e grande administrador e firme, principalmente para os momentos de crise que passamos. Mas torço para que o meu partido entre na luta pela alternância do poder. Nomes não faltam não. Está aí o próprio presidente do Partido, vários Governadores, e aqui temos muitos Senadores. Mas não estando, eu quero que V. Ex^a me leve, porque que eu vou numa dessas viagens, escolher o melhor rumo para o Brasil, que, sem dúvida nenhuma, é a experiência de José Serra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, tivemos, há cerca de dez dias, uma homenagem aos heróis da Batalha do Jenipapo, feito histórico no Estado do Piauí. Eu estava presidindo a sessão, quando chegou a Plenário, eivado de boas intenções, o Líder do PT, nosso Colega Senador Mercadante.

Senador Mão Santa, esse fato seria fantástico se não fosse triste. O Senador Mercadante pede ao Governador Wellington alguns dados para que pudesse falar, digamos, numa linguagem que todos entendessem, para encher a bola do Governador. Coitado! Foi para a tribuna e citou como obras do Governador Wellington Dias: um hospital de grande resolução em Parnaíba – sabe V. Ex^a como ele começou –; a estrada

Teresina–Parnaíba, que foi feita no Governo Alberto Silva; e... Qual foi a outra obra maluca que ele anunciou aqui como do atual Governo na região? Ah, o aeroporto de Paranaíba, que foi construído por João Paulo dos Reis Velloso. Isso foi anunciado aqui, pelo Líder do PT, meu amigo Mercadante, que não tem culpa – a quem quero isentar, porque, senão, ele vai me dar um telefonema passando-me um carão; é uma característica do Mercadante. Quero dizer que ele não tem culpa, não. Ele foi induzido ao erro. Agora, ele precisava ir conhecer o Piauí. Ele agora está na obrigação de ir ao Piauí para ver que o que ele falou aqui nos ofendeu, nós piauienses, porque essa estrada existe desde a década de 70.

Mão Santa, uma das coisas de que tenho saudade foi quando Alberto Silva cobriu com asfalto aquela estrada ligando Buriti dos Lopes a Parnaíba, que era de calçamento, era de paralelepípedo. Era uma estrada nostálgica. Era uma estrada fantástica! Você ia, aquele barulho do paralelepípedo no pneu do carro, até Luís Correia. E, depois, com o progresso... Se você abrir, se você cavar, verá que aquela base é feita de paralelepípedo. Aí, agora, vem o PT: gigolô de obra alheia! Não dá!

Enquanto isso, Senador Mão Santa, ainda bem que os Anais estão aí – e querem acabar com a Diretoria de Anais desta Casa, com o que não concordo, porque os Anais são a memória do Senado, representam sua história. Graças aos Anais, alguns fatos não podem ser tirados, surrupiados. O Senador Mão Santa acompanhou-me, e foi solidário comigo, na luta para dar garantias aos servidores do Banco do Estado no processo de incorporação. E agora está o impasse, Senador Mão Santa: os servidores do Banco do Estado do Piauí reclamando, porque estão sendo prejudicados com a incorporação, muito embora o Governador tenha assinado documento de garantia. Eu cumprí o meu papel. Quem tem de responder são os sindicalistas, que, cooptados pelo Governo, disseram que estava tudo às mil maravilhas. Transformaram-se de defensores dos funcionários do banco em pelegos dos banqueiros. Esse é o sindicalismo atual praticado por setores do PT no Brasil.

Mas, Senador Mão Santa, enquanto isso, as obras do Piauí estão paralisadas, as estradas estão em petição de miséria, as concorrências são ganhas de maneira muitas vezes duvidosa. E o pior: as empresas locais que não têm defesa, que não têm prestígio e que não têm grande *lobby* estão sendo vítimas de um grande calote. Segundo a imprensa noticiou, o Governo não paga desde outubro do ano passado as faturas vencidas. E o Governador a anunciar obras novas!

Senador Mão Santa, esse anúncio de casas populares que estão sendo feitas é outra irresponsabilidade, até porque as manchetes dos jornais mostram o desespero de famílias que estão tendo as suas casas tomadas por atraso nas prestações. O Governo do Estado pode atrasar – atentem bem, piauienses! – suas prestações, seus débitos, suas dívidas com os credores, mas o pobre cidadão que, nesta crise que nós vivemos, não pode pagar três, quatro ou cinco prestações de sua residência é despejado de maneira arbitrária e bárbara por este Governo.

Vejam bem a incoerência: o Governo do Estado não paga as prestações do que deve dos serviços prestados das obras que mandou fazer e nada acontece. Porém os cidadãos que devem R\$150,00, R\$200,00 pela prestação do seu lar são despejados e ameaçados por um governo insensível à dor alheia e à miséria de um Estado pobre como o Piauí.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, nós não podemos mais continuar nesse clube de falsa felicidade, em que as obras estão sendo feitas já, ou prometidas, todas elas voltadas para a sucessão que vai ocorrer daqui a um ano e meio.

No Piauí, os palanques estão montados, e os candidatos que têm caneta no Governo estão distribuindo ou prometendo distribuir benesses pelo Estado afora. É lamentável, é triste, mas é a cruel realidade.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer esses registros, até porque não concordo e não aceito, Senador Mão Santa, praticar o comportamento que o Partido dos Trabalhadores quer que nós assumamos, que é a teoria daquele macaquinho da filosofia: não ouve, não fala e não vê.

Nós não temos o direito de imitar o macaquinho. Nós temos que ouvir, nós temos que falar e nós temos que ver. Ver para alertar o povo piauiense das mazelas que ocorrem a solto no dia a dia da triste administração que o povo do Piauí, em momento de infelicidade, entregou ao PT naquele Estado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento desse grande Líder do Piauí Heráclito Fortes... No Piauí, Heráclito Fortes, instalou-se um modelo em que não se pode fazer o-

sição. Eles pensavam que amordaçando a imprensa... Mas aí estão os resultados negativos. Nós aprendemos que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. E a verdade é o caos administrativo do PT no Piauí.

Convidamos para usar da palavra o Senador Valdir Raupp, de Rondônia, do PMDB. Foi o último Líder do PMDB nesta Casa.

Com a sua liderança nos fortalecemos e continuamos na Presidência desta Casa. A sua liderança exemplar no Senado irradiou por todo o Brasil, e o PMDB foi o partido vitorioso nas últimas eleições. O PMDB deve muito a V. Ex^a.

Use a tribuna pelo tempo que achar conveniente, mas lembre-se de que sou o orador seguinte e ontem não falei.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente. É bondade de V. Ex^a. Estou aqui cumprindo a minha obrigação como Senador da República, como Líder que fui por dois anos e, agora, como Líder da Maioria no Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia tem realizado um trabalho extremamente útil e meritório em favor do aperfeiçoamento das administrações municipais no Estado de Rondônia. Refiro-me, Sr. Presidente, aos encontros que tem promovido, com o apoio da Associação Rondoniense de Municípios, objetivando orientar prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais e demais servidores dos Municípios e das Câmaras de Vereadores sobre as melhores práticas administrativas, especialmente em face da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, essa lei que ajudou muitos os Municípios brasileiros e os Estados a fazerem os investimentos necessários na educação, na saúde, enfim, em todas as áreas dos Municípios.

Dentro desse espírito, liderado por seu Conselheiro Presidente José Gomes de Melo, o Tribunal de Contas de Rondônia realizou, em Ji-Paraná, no último dia 2 de março, reunião técnica para a qual foram convidados os prefeitos e os presidentes das Câmaras dos 52 Municípios do meu Estado. Nesse encontro, foram apresentadas duas palestras: uma sobre o “Equilíbrio das Contas Públicas” e outra sobre “Equilíbrio das Contas Públicas Frente à Lei de Responsabilidade Fiscal”. A primeira palestra foi proferida pelo Conselheiro Valdivino Crispim de Souza, Corregedor do Tribunal, e a segundo ficou a cargo de Elena Tacita Lois Garrido, Coordenadora da Área Jurídica da Confederação Nacional dos Prefeitos.

Em dezembro do ano passado, logo após as eleições municipais, eu também tive a preocupação

de reunir todos os prefeitos, na cidade de Ariquemes, e chamar a Dr^a Elena Garrido. Pedi ao Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, e ele nos mandou essa conceituadíssima técnica da Confederação para dar uma palestra a todos os prefeitos de Rondônia, logo depois das eleições, porque eu já estava preocupado com a situação da crise que já se avizinhava – se bem que não está chegando ainda com muita força ao Brasil. Mas a crise já chegou, e eu me preocupei com ela lá atrás, antes do final do ano passado, logo depois das eleições. Agora, o Tribunal de Contas e a Associação dos Municípios de Rondônia estão tendo essa mesma preocupação e promoveram um ciclo de palestras orientando prefeitos, vereadores e técnicos das Prefeituras e Câmaras no Estado de Rondônia.

Além das palestras, foram realizadas sete oficinas sobre diversos temas de interesse da boa administração municipal, como Atos de Pessoal, Licitação, Fundeb – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Saúde e Educação), Subsídios e Controle Patrimonial, Sistemas do Tribunal de Contas, Tomada de Contas Especial e Controle Interno – Título Executivo, Planejamento e Atuação Ambiental.

No mesmo dia 2 de março, o Tribunal começou a realizar, paralelamente, também em Ji-Paraná, o VI Encontro Municipal de Atualização Administrativa: Equilíbrio das Contas Públicas, em versão dedicada aos técnicos das administrações municipais, com temática idêntica àquela apresentada a prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais.

O encontro, Sr. Presidente, foi realizado com a colaboração das respectivas Prefeituras, em datas subsequentes, também nos Municípios de Vilhena, Cacoal, Ariquemes e na capital, Porto Velho, de maneira a facilitar a participação dos servidores municipais. Esses encontros foram divididos em macrorregiões do Estado, em que se congregaram prefeitos, vereadores, técnicos de Câmaras, de prefeituras, enfim, toda a área técnica dos Municípios, para discutir essa temática.

Estive presente em Cacoal, em Ariquemes, em Porto Velho, mas, sobretudo em Ariquemes, pude, juntamente com os prefeitos e técnicos das prefeituras, assistir a palestras importantes, como a do Conselheiro Valdivino Crispim, que é Corregedor do Tribunal; a do Conselheiro Edílson Souza Silva. Foram palestras importantíssimas para os prefeitos e os técnicos das prefeituras.

Trata-se de um trabalho que não está começando agora. Essa é, na verdade, a 6^a edição do Encontro Municipal de Atualização Legislativa, que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia promove periodi-

camente para a capacitação dos políticos e servidores dos Municípios de sua jurisdição.

E, seguindo o mesmo exemplo, Sr. Presidente, a AROM, Associação Rondoniense de Municípios, presidida pelo Prefeito Laerte Gomes, realizou esta semana mais um encontro de dois dias com todos os prefeitos e secretários do Estado; levou também a Dra Elena Garrido, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado novamente, o Conselheiro Francisco de Carvalho, para dar palestras para os prefeitos e técnicos das prefeituras, tamanha a preocupação que as autoridades de Rondônia estão com essa situação da crise, que já começa a chegar, de leve, ao Estado, e também para orientar os novos prefeitos, essa nova safra de prefeitos e secretários que está assumindo as prefeituras.

Trago o assunto a V. Ex^{as}s porque considero importantíssima essa iniciativa, que visa a orientar, sobretudo, as novas gestões municipais sobre as boas práticas administrativas, o que evita equívocos de gestão e economiza esforços de fiscalização. Assim, considero que homenagear essa iniciativa e disseminá-la ao máximo atende aos melhores interesses da sociedade brasileira, porque é no Município, Sr. Presidente, que o cidadão mora; não é na União, nos Estados, mas no Município. O cidadão mora na comunidade, no bairro, na cidade; ele mora no Município. Já há um velho ditado de que o Município é a célula *mater* da Federação. Então, é com o Município que devemos nos preocupar, porque o primeiro impacto de uma crise não chega à União ou aos Estados, mas aos Municípios, lá onde o cidadão mora. É por isso que estamos preocupados com toda essa situação.

Trata-se, também, de alternativa que pode ajudar os Municípios a se adequarem às suas difíceis realidades orçamentárias. Como se sabe, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, senhoras e senhores, muitos Municípios brasileiros, notadamente do Norte e do Nordeste do País, estão em má situação financeira.

Vários dos novos prefeitos receberam os erários municipais em péssimas condições. Não foi por outra razão que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou, com sabedoria, a Medida Provisória nº 457, de 2009. A MP permite o parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas *a* e *c* do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 1991, destinadas a financiar a seguridade social.

Eu acho que ainda é pouco, Sr. Presidente. Essa medida provisória que o Presidente da República baixou para facilitar um pouco a vida das prefeituras que devem ao INSS é um paliativo, não vai resolver o problema. Hoje, têm vindo prefeitos a mim, procurando-me, para

que entremos com projeto de lei no Senado para flexibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal. E achou isso muito sério, pois há algumas prefeituras que já estão extrapolando os 54% que a Lei de Responsabilidade Fiscal fixa para pagamento de pessoal.

Vejam bem, não há como demitir! Se qualquer prefeitura vier a demitir servidores concursados, a Justiça mandará voltar imediatamente. E o que se vai fazer? Se existe uma despesa já prefixada e a receita cai, agora, em decorrência da crise, o que as prefeituras vão fazer? Os prefeitos vão para a cadeia. Se descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal é crime, os prefeitos vão para a cadeia. Isso vai acontecer num grande número, talvez em milhares. Estou ouvindo falar que 60% a 70% das prefeituras brasileiras vão ter problema no final deste ano. Não tiveram no passado, tivemos um período de bonança, de receita robusta, de boas receitas, da economia em crescimento, crescendo até 5%, 6% ao ano. E se, neste ano, não crescer acima de 2%? Todos os economistas estão dizendo que crescer 2% já vai ser positivo, importante para o País, devido à crise que assola o mundo inteiro. Então, vejo que temos de encontrar um caminho.

Ontem, eu estava discutindo no Palácio do Planalto com o Ministro José Múcio, da Coordenação Política, e dizia-lhe que essa situação tendia a agravar-se. Ele disse que as autoridades têm de conversar, o Presidente da República e os Ministros, para encontrarmos um caminho e resolver esse problema, Senador Cristovam Buarque.

Felizes os Senadores de Brasília, que não tem Municípios! Quer dizer, o Distrito Federal não tem Municípios; logo, não tem Câmara de Vereadores, Prefeituras Municipais e não vai viver esse problema. O Distrito Federal – onde fica Brasília, a Capital da República –, porque não é Estado, talvez seja o único que não vai enfrentar essa situação, até porque parte das Secretarias – de saúde, educação, segurança pública – é paga com recursos da União, do Orçamento da União. E ele tem a sua receita própria também. Então, feliz está sendo Brasília, neste período de crise, que não tem Municípios com que se preocupar.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, em primeiro lugar, reconheço que, de fato, comparado com outras regiões do Brasil, o Distrito Federal, do ponto de vista da sua estrutura financeira, é uma unidade privilegiada. É claro que temos as explicações para justificar isso. É que temos todos os custos de mantermos a Capital da República funcionando. Isso custa muito dinheiro ao Distrito Federal, para que esses jardins estejam arrumados, para que os funcionários

públicos recebam saúde, educação etc. Mas, de fato, somos privilegiados. Neste ano, vamos receber R\$7,5 bilhões do Fundo Constitucional, que vai permitir ao Governo, de acordo com acordo feito entre o Governo do Distrito Federal e o Sindicato dos Professores, dar um aumento igual para os professores: 19,98%. Talvez nenhum outro Estado, nenhum outro Município possa dar esse aumento. Então, reconheço isso, o que não quer dizer que estejamos numa situação em que não devamos estar. Agora, devemos levar isso para os outros. E é dentro dessa ideia que está a minha proposta de federalização da educação. Nós temos de liberar os Municípios dos custos da educação, porque essas crianças, não importa onde nasçam, são brasileiras em primeiro lugar. Eu primeiro fui brasileiro; depois, pernambucano; depois, nordestino. Mas, primeiro, brasileiro. Hoje, sou do Distrito Federal por opção; mas, primeiro, brasileiro. Agora, queria voltar ao tema da economia. Ainda vou falar isto hoje, mas é até possível que haja um crescimento do Produto Interno Bruto: os 2% – digamos – que o Ministro do Planejamento prevê. Mas, uma coisa é crescimento, outra coisa é emprego, outra coisa são finanças, outra coisa é balança comercial. É capaz de haver aumento no PIB sem um correspondente aumento de emprego, porque as empresas, pressionadas pela crise, estão-se modernizando tanto que estão reduzindo os trabalhadores. Além disso, é possível que os 2% não sejam suficientes para aumentar a receita na proporção do aumento dos gastos já comprometidos, porque comprometemos gastos para este ano e para o próximo, levando em conta, Senador Mesquita, que o PIB cresceria mais do que isso. E, finalmente, não há uma repercussão direta entre o Produto Interno Bruto e o quanto a gente exporta, o quanto a gente importa. Então, pode-se terminar com crescimento, enquanto os outros países talvez nem cresçam, mas, mesmo assim, haver um déficit da balança comercial, o que levaria a uma desvalorização do dólar ou a ter que vender as reservas, e, aí, uma taxa de inflação – o que é improvável num período de recessão, quando, ao contrário, a gente tem, em geral, deflação, o que termina virando um grande problema, porque o preço cai tanto que os empresários deixam de produzir e, consequentemente, de empregar. Então, precisamos dar a nossa contribuição, do Senado, para enfrentar essa crise. O Presidente Sarney criou a Comissão, mas acho que ela está sendo encaminhada sob uma visão puramente da economia. Não vamos dar respostas se não juntarmos as três coisas: economia e finanças, como uma; a crise ecológica, como outra; e a crise social. Este é o momento de uma inflexão sobre o tipo de economia que permita diminuir a crise social e parar a crise ecológica, porque de repente pode vir

o crescimento, destruindo mais ainda nossa realidade ecológica. Por exemplo, todo mundo culpa a Amazônia, mas o aumento na produção de automóveis cria mais problema ecológico do que a destruição da Amazônia. A destruição da Amazônia, eu sinto muito, até por uma questão emocional; quero mantê-la ao máximo. Obviamente, dando renda à sua população, não, às custas de uma vida, manter uma árvore. Não. De jeito nenhum. Mas essa reflexão o senhor faz bem em trazer aqui e cobrar do Senado. Nós não podemos ficar de fora de darmos sugestões e propostas ao Brasil, não só ao Presidente Lula, para que saímos da crise que a gente vive. Não apenas da crise financeira, que é um aspecto visível, mas não é nem mesmo, para mim, o mais grave.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, nobre Senador Cristovam Buarque. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, que foi sem dúvida muito importante.

Acho que a consciência ambiental na Amazônia, Senador Cristovam, já chegou. A cada ano, estamos diminuindo o desmatamento na Amazônia. Eu tenho até um projeto que trata do desmatamento zero: a moratória por dez anos, para que essa consciência seja realmente consolidada e a gente passe a preservar 100% do que ainda não foi derrubado na Amazônia, e a liberação dos 17% já desmatados, flexibilizando inclusive aqueles que teriam que reflorestar em pequenas propriedades, o que eu acho um erro, Senador Geraldo Mesquita, que preside a sessão nesse momento. Eu acho um erro do Governo Federal, do Ibama, querer obrigar um pequeno produtor, que no passado, há 20, 30, 40 anos, derrubou árvores em um pedaço de terra, derrubou um pouco a mais do que era permitido, a reflorestar, sob pena de não liberarem crédito, não liberarem licença ambiental para esse produtor. E, no entanto, a cada ano, mesmo com a diminuição, centenas e centenas ou milhares de alqueires de florestas estão sendo ainda desmatados. Então, essa lei trata do desmatamento zero, mas liberando principalmente as pequenas e médias propriedades da necessidade de ter que reflorestar, apenas reflorestando as margens de rios, as nascentes, as encostas, para que o meio ambiente seja melhorado.

Mas, Senador Cristovam Buarque, eu acredito também que a educação, se tirar esse peso dos Municípios, se a União absorvesse a questão da educação, é claro, já daria, sem dúvida, um refresco muito grande para os Municípios, e aí voltariam, então, eles a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós temos que encontrar um caminho. Eu acho que, se deixarmos do jeito que está, nós vamos ver amigos nossos, prefeitos amigos nossos, com seri-

íssimas dificuldades, Senador Mão Santa, Senadora Lúcia Vânia, que estão aqui nesta sessão, com sérias dificuldades no final do ano, final deste ano já. Prefeitos com problemas seriíssimos, por não conseguirem cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa e outras providências, Sr. Presidente, são e serão mais que necessárias, se considerarmos as condições em que se encontram muitos Municípios brasileiros. E os novos prefeitos, tendo recebido as finanças municipais em frangalhos, poderão estar, em breve, sujeitos aos rigores da Lei de Responsabilidade Fiscal, que já citamos aqui, embora não tenham eles próprios dado origem aos problemas financeiros do Município. Isso já vem de muito tempo.

E, repito, é muito pouco o que está sendo feito até agora para resolver o problema dos Municípios.

Como se vê, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, iniciativas como as do Governo Federal são mais que bem-vindas para ajudar a atingir os problemas das finanças públicas municipais.

Da mesma forma, o trabalho de orientação que faz o Tribunal de Contas do Estado, em Rondônia, tem um valor extraordinário para auxiliar prefeitos e Câmaras de Vereadores a administrar com racionalidade e austeridade os escassos recursos municipais. Dessa conjunção de esforços poderão sair respostas para os problemas que tanto afligem os novos prefeitos e para auxiliá-los em suas difíceis missões.

Por fim, mais uma vez, agradeço ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro José Gomes, e a todo o corpo de Conselheiros e técnicos. Não podia deixar também de agradecer ao Dr. Rochilmer Mello da Rocha, decano do Tribunal, já foi Presidente várias vezes; ao Conselheiro José Euler Potyguara, e a todos os Conselheiros – peço perdão se deixei de citar alguns – que fizeram essa maratona, esse ciclo de palestras por todo o Estado de Rondônia, orientando os nossos prefeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Eu que agradeço, Senador Valdir Raupp. Muito oportuno o seu pronunciamento sobre um tema que deve preocupar a todos. Parabenizo o Tribunal de Contas do seu Estado pela iniciativa louvável, educativa. O Tribunal de Contas tem, predominantemente, um papel corretivo e agora assume um papel preventivo, não é, Senador Mão Santa?

Nesse sentido, quero parabenizar também o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, que, numa iniciativa também muito parecida com a adotada pelo Tribunal de Contas de Rondônia, Senador Raupp, oferece, numa cooperação técnica com o nosso Interlegis, um curso à distância para técnicos e auxiliares das prefeituras dos nossos Municípios. E o primeiro curso é exatamente sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se de uma iniciativa louvável, muito oportuna e interessante para que os prefeitos se preparem para o momento que estamos vivendo e se aprofundem no conhecimento dessa lei tão importante. V. Ex^a sinalizou, inclusive, para a perspectiva de maus momentos. Os prefeitos poderão viver maus momentos.

Portanto, a correspondência enviada pelo Ministro Ubiratan Aguiar eu reenviei para todos os prefeitos do meu Estado. Estou enviando por fax, inclusive, porque o curso inicia-se dia 30, agora, Senador Raupp. Acho que seria interessante.

A inscrição pode ser feita pela Internet. Acho que seria de fundamental importância que os prefeitos de todo o Brasil sintonizassem com esse curso e colocassem seus técnicos, seus auxiliares para frequentá-lo. É à distância. É um curso que poderá fazer com que as administrações municipais transcorram com absoluta normalidade e dentro dos preceitos legais.

Portanto, ao mesmo tempo em que parabenizo a lembrança de V. Ex^a, louvo a lembrança de V. Ex^a, enalteço a iniciativa do Tribunal de Contas do seu Estado. Mas não podemos deixar de citar também a iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas da União Ubiratan Aguiar, que enseja a que prefeituras de todo o País possam aprofundar seus conhecimentos acerca de tão importante lei, como é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Bem lembrado por V. Ex^a o trabalho que o Tribunal de Contas da União, na pessoa do Sr. Presidente Ubiratan Aguiar, vem fazendo nessa interação com os Tribunais Estaduais, inclusive, diretamente com as Prefeituras e com os Estados.

Parabéns a V. Ex^a pela lembrança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Obrigado, Senador Raupp.

Concedo a palavra ao ilustre, grande companheiro e grande Senador Mão Santa, que representa apaixonadamente o Estado do Piauí, nesta Casa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de sexta-feira, 20 de março, 11 horas e 48 minutos.

Adentra Pedro Simon. Faria uma pergunta ao Pedro Simon: qual o Senado da República que sexta-feira está reunido e trabalhando? Este é o melhor Senado da República da nossa história. Não vamos confundir aí o tsunami que está. Adentrou Pedro Simon, Senhor virtudes. Atentai bem! Ele é franciscano. A minha mãe também era Terceira Franciscana, daí meu nome ser Francisco.

Senadora Lúcia Vânia, está ali o Francisco, que foi o que mais se aproximou a Cristo, São Francisco. Foi ele que levou a igreja para os pobres. A igreja só era dos ricos. Ele que andava no mundo com uma bandeira. Enquanto o Pedro franciscano anda com a bandeira do PMDB, de vergonha, ele andava com uma bandeira “paz e bem”.

É, mas, depois dele, essa Igreja... Olha que nós viemos de uma época que se chama até medieval. Tivemos uns cristãos, Santo Agostinho, outros, poucos, mas ela vivia maus momentos, a Igreja cristã. Os padres eram os ricos, os bispos eram os poderosos donos das terras. Nunca se teve tanto latifúndio. A Inquisição, que coisa vergonhosa! A ignorância que impedi os cientistas, os médicos, de pesquisarem; as famílias que eles constituíam, os bispos, os padres; os pedaços do céu que eles vendiam antecipadamente aos ricos. E eis que chegou um líder cristão, Lutero, botou assim, na porta da igreja maior, de sua matriz, na Alemanha, 96 itens – 96! E aí houve a reforma, e renasceu a Igreja, e ela melhorou.

Este é o Senado do Brasil. O que está havendo é porque este Senado é o melhor Senado: Pedro Simon, Professor Cristovam, Lúcia Vânia, Geraldo, os que passaram aqui desde cedo, 9 horas, defendendo suas teses. É, Pedro. Isso é um movimento, porque aqui foi a última resistência de este País ter seguido Fidel Castro, ter seguido Chávez, ter seguido Correa, ter seguido Morales, ter seguido Nicarágua, e o outro. Isso é uma tendência mundial. O que eles queriam era isso!

Brasileiros e brasileiras, eu vi Venezuela, Lúcia Vânia, eu vi. Quis Deus. Logo no início, o Presidente Sarney mandou que eu presidissem uma comissão que fosse lá acompanhar um simpósio sobre energia – só eram Senadores. Eu vi. A primeira coisa que ele fez lá, o Chávez, foi desmoralizar a Justiça: tirou todos e botou os que ele quis. Ele botou tanto povo contra a Justiça, ô Pedro Simon, que o motorista vaia o prédio da Justiça. Vaia, o povo vaia. Eu vi. Ô Cristovam, o motorista. Não é nada de mais. Aqui não é o Niemeyer? Vamos buscar um arquiteto do Piauí, o Almeida, grande arquiteto. Se ele for fazer um prédio, ele faz um prédio maravilhoso, talvez até melhor do que o do Niemeyer. Mas é diferente, não é diferente? Lá foi isso. Prédio da Justiça, é um arquiteto que diferenciou do

prédio modelo lá de Caracas. Mas o povo para e olha o prédio. Só falta jogar pedra. E eu fui, Pedro, adentrar no Parlamento. Ó Brasil, quanto você deve a nós! Somos nós! Nunca passou. Olha a cara de cada um, faça uma CPI cada um. Pode fazer uma CPI em cima de mim, municipal na Parnaíba, estadual, e aqui! Não é uma coisa, não.

Eduardo Gomes, o preço da liberdade democrática, combatendo a primeira ditadura de Vargas, um bom civil, mas ditadura nenhuma é boa. Está aí *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, para ensinar. Nem a de Vargas foi boa. Ditadura não é boa. A militar nós conhecemos, e quem não conhece vai estudar os livros de Elio Gaspari.

Então, eu fui lá, pedi para ir lá, me apresentei como Senador, ô Pedro – Pedro, Pedro!, eu sei que V. Ex^a foi Senador há muitos anos, mas nós somos os melhores colegas que V. Ex^a já teve. Eu os conheço todos. Pedro, aí eu disse: sou Senador do Brasil. Vou me informar. Um coronel, Cristovam Buarque, veio decidir se eu podia adentrar ou não no Congresso do país, da Venezuela. Um coronel. Eu me apresentei e fui. Aí, eu fiz um diagnóstico rápido – sou cirurgião, cirurgião é rápido –, adentrei, me fiz, fui às comissões. Ele as tinha acabado; era bicameral, como o do nosso Brasil. Está vendo, Pedro Simon? Ele acabou o sistema bicameral. Vamos dizer que lá tinha 400 membros nos dois, ele botou 300, e o povo aplaudiu – mas, dos 300, 280 eram dele, e unicameral. Ele é o dono do congresso, e ele já fez uma lei que ele pode ser presidente até o fim da vida.

Isso não é democracia. Isso não é democracia, ô Pedro! A democracia foi o fator principal, a divisão do poder, o absolutismo, o *L'État c'est moi*. O governante-rei era o deus não havia alternância do poder porque o rei era eterno. Lá, já fugiu. Ele já pode ficar eterno, como ficou Fidel.

Esta Casa não deixou, daí essa imprensa toda, Pedro! Daí a imprensa jogar pedra aqui. O que é que Pedro Simon, o que é que Cristovam, o que é que a gente tem a ver um erro administrativo? O que é nós, Senadores...? Nós somos como Lula, como Luiz Inácio, filhos do voto, filhos da democracia. Ele tem 60 milhões de votos, aqui há mais, porque aqui temos 80 milhões. Entendam o que é a democracia. Aqui tem mais votos. Nós somos filhos do voto e da democracia. E a intenção deles era clara, clara, clara: terceiro mandato. Plebiscito. Ia ser igualzinho na Venezuela porque, atentai bem, a mídia é do Governo, o dinheiro é do Governo, as bolsas-família que ele distribui. E tão forte ele está que, em lugar nenhum do mundo, o Presidente nomeia a corte suprema. O daqui já nomeou sete, está para nomear mais dois que vão sair, nove.

Então, é um presidencialismo muito forte, que ninguém contesta. Foi aqui nós que resistimos. É por isso. Ali eles passam. Aliás, o Luiz Inácio já passou ali e disse que era uma Casa de 300 picaretas. Aqui, Pedro II adentrava. Ele deixava a coroa e o cetro e vinha ouvir os Senadores, o Pedro II. Não era assim, Professor Cristovam?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF. Fora do microfone.) – Era, sim.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não era assim? Sonhava em ser Senador. E Eduardo Gomes que combateu a ditadura primeira disse: “O preço da democracia, da liberdade democrática, é a eterna vigilância”. Nós é que somos essa eterna vigilância. Se não fosse esta Casa... Foi corrompido tudo, foram compradas todas as instituições do Brasil, todas! Olha que fui da UNE. “Vem, vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora...” A gente cantava, a gente frenava, e fizemos renascer todas as instituições.

Essas ONGs, que estão por aí fazendo falcatacas, querem comprar as lideranças dessas instituições.

Aqui não, aqui o jogo foi diferente. Marcharam para tomar o PT. Nós não deixamos, e os principais foram esse que está aí na Mesa – quis Deus que fosse Geraldo Mesquita – e eu. Fomos nós dois os principais porque entendemos, e bem, que não podiam ser do PT o Executivo, o Judiciário – ele já nomeou quase todos – e aqui. Não podia, porque isso significaria voltarmos ao *L'état c'est moi*. Era melhor chamar o Mussolini reencarnado da Itália. Foi por essa razão, não foi conta pessoal contra Tião não. Não tenho nada contra ele pessoalmente, é um médico que eu respeito, assim como ele me respeita. Teve-se em mente essa divisão de poder. Nós é que vencemos mesmo, Geraldinho. Houve momentos em que ficamos só nós dois com essa tese de que não poderia ser entregue. E estamos aqui...

O que eu queria dizer é o seguinte, Cristovam. Tenho um agradecimento a fazer a V. Ex^a. Este Senado é grandioso. Sei que já houve professores, como Darcy Ribeiro, Pedro Calmon, João Calmon, mas, nesses 183 anos, não se viu um homem mais dedicado à educação e ao saber do que Cristovam. Podem vasculhar: nós somos os melhores da República.

Ontem V. Ex^a não estava aqui não – a ausência é que é boa. Eu ali, atentamente, ouvi sérios pronunciamentos. Um deles foi o do Crivella, enaltecendo figura de Pernambuco, o nosso Celso Furtado, enaltecendo o livro dele.

Eu perguntei se ele havia lido o melhor livro dele, que foi o que ele havia feito em parceria com V. Ex^a lá na França, em Paris, num apartamento. Disse o que V. Ex^a significava para o Senado.

Mas, Cristovam, eu agradeço. Já vale, já sou realizado, nada preciso deixar – minha mãe escreveu o livro *Meu Testamento*. Casas e palácios são coisas que se destroem pelo fogo.

Lembro o que Cristovam Buarque disse outro dia: “Eu vi o Mão Santa, que é médico-cirurgião, prever esse desastre da economia”. É porque a Casa trata disso. Nós somos os pais da Pátria, e eu previ mesmo e vou reafirmar. Esse negócio de dizer...

O Luiz Inácio veio e já chegou... Já chegou aí aquele negócio de marolinha que ele dizia. Eu o adverti... O Cristovam disse: “O Mão Santa, há mais de ano, diz que essa economia não vai dar certo e vai estourar aqui”. Luiz Inácio tem culpa, e muita. Eu não tenho. Votei nele e até gosto dele.

Mas é o seguinte: não se pode dizer que veio de fora, dos Estados Unidos. Isso não é verdade. Eles têm a culpa deles e estão pagando. Barack Obama – está ali um livro dele, é o segundo livro dele que estou lendo – é um homem estudioso, formado em Ciências Políticas, que está enfrentando uma situação difícil. Foram os bancos deles, lá, que fizeram altos empréstimos para aquisição de ricas casas. Foi lá. Mas o Luiz Inácio errou, errou muito aqui, errou muito, muito, muito! Não foi a grandeza dos empréstimos de cada uma daquelas casas valorosas.

Primeiro, eu disse aqui que a escravidão da vida moderna é a dívida, não é esse negócio de negro! Eu, por exemplo, não tenho preconceito, eu gosto é de moreno mesmo! Vou até homenagear nosso Paulo Paim e convido Geraldo Mesquita para, no domingo, participar da homenagem que ele receberá. Isso acabou, a Princesa Isabel acabou com isso, o Senado acabou com esse negócio. Nossa escravidão é a dívida. Abraham Lincoln já dizia: “Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”.

Olha, sobre aquela do carro, eu me pronuncio. Abrir para defendermos industriais, banqueiros, empréstimos, para pagar carro em dez anos? Com R\$300,00, sair com um carro? A ignorância é audaciosa, atrevida e burra! Lúcia Vânia, escravizar uma pessoa por dez anos para comprar um carro e se endividar? Dez anos é uma vida; em seis anos, eu era médico e dos bons, dos bons. Dez anos? Deu no que deu. Olhem os carros!

E os velhinhos? Quantas vezes eu disse? Cheguei até a dizer que vi uma porção na minha cidade, Geraldo Mesquita. Vi o que era escrito nessas casas que emprestam dinheiro. Fizeram uns contratos com letras pequenas. Sou médico, sou cirurgião, e sei que os velhinhos têm catarata, têm vista cansada – é o que se chama de hipermetropia. Os velhinhos não leem letras pequenas. Anunciaram na televisão que o empréstimo

era bom. Empréstimo é bom? Bom é o que resulta da economia, da poupança do seu trabalho. Os velhinhos não leram, e estão capando 40% dos vencimentos dos velhinhos. E aí está: estão à exaustão, o Estado está endividado. Não foram os americanos, não!

O que quero dizer é que a situação é muito grave. Ele está dando salto, salto, mas não adianta! Não se pode esconder a verdade.

Lúcia Vânia, diminuem o IPI para ajudar os industriais, mas 80% dos 5.564 Municípios dependem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é fruto de duas somatórias: do Imposto de Renda de cada cidadão e do IPI. Se se diminui o IPI, as prefeituras estão lascadas, meus prefeitinhos estão lascados! O cidadão mora na cidade, não no Palácio da Alvorada, não no planeta, não no Banco do Brasil, não na Caixa Econômica, não no Bradesco, não no Itaú. E o Prefeito está sem dinheiro.

Professor Cristovam, está dito aqui: "Situação é considerada de extrema gravidade". É o que é dito por Francisco Macedo, atual Presidente da Associação de Prefeitos. O jornal é *Meio Norte*, que é governista.

"Dificuldades também atingem municípios maiores" – diz Luís Coelho, ex-Prefeito. Diminui mesmo, pois tirou o IPI! Capou! Melhorou?

Agora, termino o estudo. Quero ser breve, para ouvirmos Lúcia Vânia – quero aprender – e o Professor Cristovam Buarque.

Luiz Inácio começou a cair nas pesquisas. Começou a queda! Geraldo Mesquita, olha para cá. Quero conhecer seu pai, aprender com ele, pois aprendo muito com a experiência. V. Ex^a está me devendo. Mas tenho uma experiência. Lúcia Vânia, olha para cá. Olha, já conheci vários tipos de freio: freio em avião, em carroça, em bicicleta, em jumento. Até em homem há freio. A Adalgisa me dá cada freio! Homem tem freio; a mulher bota freio no homem. Mas não conheço freio em queda política. Não conheço isso. Quando começa... E começou a queda. Podem pegar as pesquisas do Luiz Inácio: começou a cair. Olha, quando começa a cair, cai, cai, cai. Não conheço freio em queda política. Quando começa a cair... E começou a queda. Olhem as pesquisas do Ibope! A verdade está aí. Quero que ele termine sua Presidência com êxito. Votei nele na primeira vez, não votei nele na segunda vez. Levo aqui, porque sou inspirado no General que governou o México. Há uma frase dele que diz assim: "Prefiro um adversário que me traga a verdade a um aliado puxasaco, que me rodeia de bajulação e de mentira".

Então, digo, Geraldo Mesquita: vamos encerrar aqui. Ô Cristovam, atentai bem! Ouço Ulysses, encantado no fundo do mar, do meu PMDB, do Geraldo Mesquita. Esse Partido deveria criar vergonha e fazer

como nas primárias nos Estados Unidos – Barack nasceu do povo, das primárias –, sem ficar aí querendo se entregar. Como Pedro Simon disse, é uma noiva sem-vergonha: se José Serra estiver perto dos 50%, corre-se para ele; se o Luiz Inácio levantar essa mulher, corre-se para ela. Não! Nossa candidato deveria nascer da força do povo.

Mas, Professor Cristovam, "bancos brasileiros são 'exceção lucrativa' no setor". E, terminando isso, quero dizer que, quando eu estudava Matemática, havia os teoremas, que eram chatos. O Colégio Marista era duro. Havia o "Como Queria Demonstrar", o CQD. Então, vou para o meu CQD, para o "Como Queria Demonstrar".

Luiz Inácio, ouço nas ruas "o que é o Luiz Inácio?". Para os pobres, é o pai dos pobres. Todo mês, há o talão, entra dinheiro na conta, não precisa trabalhar. É o pai do pobre! Não vou contestar isso, pois quem diz isso é o povo, que é a voz de Deus. Ele tem feito essa religiosidade, essa caridade. Não vou contestá-lo, embora eu acredite em Deus, que disse "comerás o pão com o suor do teu rosto", e no Apóstolo Paulo, que disse "quem não trabalha não merece ganhar para comer". Então, não vou deixar Deus e o Apóstolo Paulo pelas conversas do Suplicy, que fez isso. Não vou fazer isso, não vou fazer isso. Não é o meu ídolo. Eu o respeito, é um colega bom, eu o admiro. Agradeço-lhe até o voto dele, porque ele disse que votou em mim para a Mesa. Mas é o povo, a voz do povo. Ouço a voz rouca das ruas. Mas ele é a mãe dos banqueiros. Luiz Inácio é o pai dos pobres e a mãe dos banqueiros. Reflitam!

Gosto do meu pai, mas gosto muito da minha mãe. É o colo da mãe. Mãe é mãe. Eu nem me lembro do seio da minha mãe quando fui amamentado, mas mãe é mãe. Eu ainda me lembro, Geraldo Mesquita, do meu professor de Fisiologia, de quem eu era monitor: Aluísio Pinheiro. Você viu minha casa na praia. Não sei se a Lúcia Vânia a viu. Convidou o Cristovam a ir lá. Ele é da praia de Pernambuco. O banho de mar é bom, é gostoso, é morninho. Ô Cristovam, ele disse: "Quando você mergulha, é como voltar ao útero da mãe, envolto por aquele líquido morno que o alimenta, que é o líquido amniótico". Então, a mãe é desde aí. É a bondade, a segurança. Mãe é mais do que pai, com todo respeito ao meu pai, que, com certeza, está no céu com minha mãe e de quem gosto. Mas mãe, na concepção da humanidade, é mais: é mais amor, é tudo. Então, ele é o pai dos pobres e a mãe dos banqueiros.

Está aqui, ô Cristovam. Eu sou do Piauí, e lá se diz: "Mata a cobra e mostra o pau e a cobra morta". Está dito aqui na BBC Brasil: "Bancos brasileiros são 'exceção lucrativa' no setor". São exceção os bancos

brasileiros! Também com uma mãe boa desta, a mãe Luiz Inácio! Nesse negócio de mãe, de pai, eu não acredito, mas a “mãe dos banqueiros” está aqui. Então, está aqui o documento.

Está aqui: “Os bancos brasileiros estão seguros e seriam uma ‘exceção’ no setor em meio à crise, segundo reportagem publicada pela revista britânica *The Economist* [os britânicos são estudosos] que chega às bancas nesta sexta-feira”. Rothschild é o homem do dinheiro, não é? Então, eles entendem. O primeiro banqueiro não foi Rothschild?

Está grifado aqui: “Mas a revista destaca que os cortes nas taxas [é essa demagogia] não estão sendo repassados para os clientes, alimentando a discussão sobre os altos lucros dos bancos com seus *spreads*”. É um nome inglês. Aí dizem: “Não. Baixamos os *spreads*”. Mas o povo não sabe disso. Não estão ensinando nas aulas nem português, avalie *spreads!* Como é que o povo vai saber o que é isso? Então, fica iludido. *Spread* significa “a diferença entre as taxas cobradas sobre o dinheiro que o banco toma emprestado e que ele empresta aos seus clientes”.

“Os bancos brasileiros podem ser caros, mas pelo menos eles estão seguros”, diz a *The Economist*. Até agora, nenhum deles teve problemas com a crise financeira mundial”. Ninguém! Está todo mundo aí, brasileiro ou brasileira.

Conheci um líder empresarial, Joaquim Costa, do Piauí, que me disse: “Senador, a vida está dura fora”. Eu perguntei: “Fora onde?”. Ele, que já foi do Governo, disse: “Fora do Governo”. Então, está bom para quem está no Governo – vocês estão vendo –, mas não para quem está fora, para os brasileiros e as brasileiras, para os trabalhadores que estão lutando. Mas para o banco está bom. Está aqui. Quem diz isso não sou eu.

“Os bancos brasileiros podem ser caros, mas pelo menos eles estão seguros”, diz a *The Economist*. Até agora, nenhum deles teve problemas com a crise financeira mundial. Isso pode se dar por que seus lucros com as atividades diárias são tão altos, que eles não precisaram assumir riscos tolos. A *The Economist* afirma que, segundo um cálculo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o Brasil tem os *spreads* bancários mais altos do mundo. É a revista *The Economist* que diz isso. O cálculo, no entanto, é disputado pela Federação de Bancos, que alega que os *spreads* são inflados pelos impostos sobre as transações bancárias. A *The Economist* comenta ainda que os bancos HSBC e Citibank, que enfrentam problemas no resto do mundo, vão bem no Brasil. Quer dizer, ô mãe boa, ô mãe boa! Até acoberta, amamenta os filhos estranhos que são adotados. “De uma maneira ou de outra, o sistema bancário do Brasil parece que

vai continuar a ser a lucrativa exceção aos desastres em outros lugares”, conclui a reportagem. Bendita mãe dos banqueiros!

Então, essas são nossas advertências e nossas preocupações, porque a realidade é essa. Entendo que Rui Barbosa está aí, porque ele disse que a primazia tem de ser dada ao trabalho e ao trabalhador; eles vieram antes e fizeram a riqueza.

Essas são minhas reflexões que ofereço a Sua Excelência o nosso Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Tomara que ele ouça, Senador Mão Santa. Espero sinceramente que o Presidente da República ouça o que V. Ex^a diz, que tem muita oportunidade e muita propriedade. De fato, ele é tido como o pai dos pobres, mas – V. Ex^a lembrou bem – é a mãe-zona dos bancos brasileiros, que não quebram graças a sua extrema generosidade.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu havia pedido um aparte ao Senador Mão Santa, que provavelmente não me viu. Eu queria, de fato, lembrar o seu discurso de – creio – há mais de um ano, em que alertava para o risco que passava a economia brasileira diante do endividamento dos compradores de automóveis, daqueles que tinham que pagar hipoteca. Creio que V. Ex^a foi o primeiro a levantar aqui esse risco. E eu lhe sugiro, Senador Mão Santa, trazer seu discurso e lê-lo aqui. Traga seu discurso e leia-o, senão na íntegra, uma parte.

Ainda em relação ao pronunciamento do Senador Mão Santa, quero dizer que, de fato, D. Pedro II, mais de uma vez, disse que gostaria de ser professor e Senador. Mas o Senado precisa fazer uma reflexão se hoje ele diria isso ou se ele iria querer esperar mais alguns anos.

Se cairmos na visão pessimista de alguns que põem esta Casa como uma tragédia, Senadora, estaremos errados. Isso aqui ainda é a Casa que ajuda a manter, como um verdadeiro pilar, a democracia no Brasil. Todos os pecados e erros que cometemos aqui, cada um de nós, é menor que a importância desta Casa. Esta Casa é muito maior do que cada um de nós, com todas as nossas falhas. Mas a gente tem que sempre refletir onde é que erramos, para que, de repente... Não vejo jovens, neste País, dizerem que querem ser Senadores, mas, de fato, Dom Pedro dizia isso.

Mas quero falar hoje, também, na linha do Senador Mão Santa, sobre a crise econômica e tentar trazer uma sugestão para o Governo e para nós. Hoje, pelos jornais, dá para perceber que a marolinha virou uma

crise. Aquilo que o Presidente Lula disse há uns seis meses, ou seja, que aqui a crise chegaria como uma marolinha, como uma pequena onda, e não como um tsunami, não se verificou, e, sim, o contrário: a marolinha é uma grave crise.

Pelas projeções que foram apresentadas hoje nos jornais, a crise ainda não é uma recessão de redução do produto. Ainda se apresenta o produto com a possibilidade de crescer 2%. Mas quero trazer aqui, Senador, os riscos desses 2%.

O primeiro risco é que, quando a gente fala 2%, a gente diz quanto vai crescer o produto, mas, na verdade, a gente esquece que a população também cresce. Você tem que diminuir do crescimento do produto o crescimento da população para saber se cada brasileiro ficou melhor ou pior. O produto crescendo menos do que o crescimento da população, ainda que crescendo, os brasileiros ficam mais pobres. É claro que a gente não cresce, necessariamente, a 2%, mas estão muito próximas a taxa de crescimento prevista para o produto e a taxa de crescimento da população, fazendo com que, de fato, já haja um estancamento do crescimento e até mesmo uma depressão *per capita*. Essa é a primeira preocupação.

Não acreditem apenas no número que indica o crescimento do produto; sempre comparem com o indicador do crescimento da população. O que vale, na economia, é se o produto *per capita*, o produto por pessoa cresce ou não. O produto geral não basta para a gente saber se o país está melhorando ou não.

Segundo, tudo isso é uma projeção, e as projeções carregam uma tendência. E a tendência que está aí é de que serão puxados para baixo esses 2%. Pelo que a gente está analisando, pelo que se vê, os 2%, como uma projeção para o futuro, carregam um peso, e não um balão levantado. O risco, muito sério, é de que esses 2% caiam e possam chegar abaixo de zero, como uma verdadeira, nítida e explícita recessão, depressão; não apenas por causa da taxa de crescimento da população, mas por uma redução, por uma taxa negativa do crescimento do produto. Há esse risco, e temos que nos preocupar com isso.

Mas há mais preocupações, Senador Mão Santa. É a preocupação, mais de uma, de que o crescimento do produto não é o mesmo que o crescimento da receita, na mesma proporção. O produto pode crescer 2% e a receita não crescer os 2%. Mas, mesmo supondo, não é aí que a gente vê a análise correta. A gente tem que comparar os 2% do PIB. Se os 2% do PIB corresponderem a 2% da receita, a gente tem que comparar com quanto crescem as despesas. E, no Brasil, as despesas estão crescendo a mais de 2%.

Se as despesas crescerem a mais de 2%, o produto crescer a 2% e trazer com ele a receita – quanto entra no Governo... Porque é preciso, às vezes, lembrar: o produto é tudo que é produzido no país, a receita é quanto disso vai para o governo; a despesa é quanto o governo gasta. Se a despesa é maior do que a receita do Governo, nós aí vamos ter um grande problema, até porque, no Brasil, a maior parte da receita é amarrada, até mesmo na Constituição.

O Governo ficará inconstitucional se não conseguir cumprir com os compromissos definidos na Constituição, e aí teremos uma crise econômica que se transformará numa crise constitucional. Aí, sim, vai começar a ficar grave.

Porque quando o Governo mandar medidas de ajustes, pode não passar, porque vai precisar de um número de votos maior do que as puras e simples leis. E mais ainda: os ajustes não poderão ser feitos por medidas provisórias, teriam que ser feitos, alguns deles, por reformas constitucionais.

Não teria dificuldade o Governo de conseguir as 27 assinaturas necessárias para dar entrada num projeto de reforma da constituição, mas terá muita dificuldade em conseguir o número de votos necessários para fazer essas reformas, sobretudo porque elas virão em prejuízo dos servidores públicos e dos serviços sociais, que não vão querer parar os investimentos do PAC; vão querer parar o salário dos trabalhadores.

Então, essa preocupação tem que ficar por trás.

Primeiro, os 2% são otimistas. Há uma tendência de ser menos. Segundo, mesmo esses 2%, quando comparados com o crescimento da nossa população, indicam que não haverá um enriquecimento de cada brasileiro. Terceiro, esse crescimento do PIB, mesmo levando a um aumento da receita em 2%, poderá não permitir que haja o cumprimento dos compromissos dos gastos públicos, a não ser que o Governo queira aumentar a carga fiscal, Senador Mão Santa, o que já é absolutamente impossível do ponto de vista técnico e do ponto de vista político, sobretudo em um momento de crise econômica, em que a tendência dos governos é reduzir a carga fiscal. Por aí, a gente já vê que o Brasil atravessa um momento muito mais grave do que a mídia, do que o Presidente e do que nós, Senadores, estamos passando.

Mas não para aí a minha preocupação. A minha preocupação – talvez a maior de todas – é com a forma como essa crise está sendo entendida, como se fosse algo apenas dos bancos, algo apenas do setor produtivo. Não é. Essa crise é mais complexa, porque ela engloba o lado financeiro, o lado produtivo, o lado social e o lado ecológico. E a gente tem que trabalhar

com a seriedade que essa complexidade exige. Acabou o tempo em que, se a gente tinha uma crise de venda de automóveis, aumentava o dinheiro na praça, as pessoas compravam automóveis, o emprego voltava e aí a crise acabava. Não é mais assim.

Primeiro porque, se a gente joga dinheiro na praça e as pessoas compram carros, hoje, cada vez mais, os carros são produzidos com menos trabalhadores, e a crise está obrigando o setor industrial a se adaptar, a reduzir o número de servidores. Parte das demissões não são por causa da crise, são por causa da modernização que leva a que as coisas sejam produzidas hoje, cada vez mais, com menos pessoas trabalhando; cada vez mais, com mais máquinas inteligentes. Isso tem tudo a ver com uma ideia de saída que vou propor.

Nós não temos uma correlação direta entre a solução da crise financeira e a retomada do crescimento, ainda menos a retomada do crescimento e a retomada do emprego. Já é um problema.

Tem outro: hoje, aumentar a produção significa aumentar a crise ecológica, significa gerar mais dióxido de carbono na atmosfera, significa aumentar mais o aquecimento global, elevar o nível dos mares, desarticular o clima; portanto, desarticular o sistema agrícola, que produz alimentos no Brasil e no mundo.

Não podemos imaginar a saída pelo aumento da produção ao mesmo tempo em que a gente provoca um aumento do aquecimento global. Temos que trabalhar essas duas coisas juntas. E isso é o que a gente não está vendo. Não estamos tendo a visão global dos problemas. Retomar o crescimento não é suficiente para reduzir a desigualdade e reduzir o impacto ambiental que o sistema produtivo hoje provoca sobre a natureza.

Não estamos trabalhando juntos. Estamos separando as coisas, estamos separando até mesmo o financeiro do produtivo, achando que as finanças resolverão o crescimento. Não resolvem necessariamente, e o crescimento pode trazer outros problemas; pode agravar a concentração de renda e pode agravar a crise ecológica.

Dante disso, alguns podem pensar: "estamos perdidos, não temos saída". Ao contrário, Senador Pedro Simon: a gente pode encontrar nesta crise a inspiração para resolver os outros problemas que a sociedade enfrenta. Por exemplo, há um grande desemprego neste País. O governo joga dinheiro e mais dinheiro para tentar criar emprego, vendendo mais automóveis, mais aparelhos de ar-condicionado, mais produtos sofisticados. Se quiséssemos erradicar o analfabetismo no Brasil em quatro anos, criariam 100 mil empregos. E pergunto: qual indústria, qual setor econômico

neste País é capaz de produzir 100 mil empregos? Aí, afirma-se: mas é o Governo que pagaria. Mas não é o Governo que está pagando para recuperar as indústrias? Não é o Governo que está jogando dinheiro no sistema financeiro para aumentar as vendas de automóveis e de outros produtos suntuosos?

Por que a gente não vai direto aonde está o problema? E casam-se dois problemas: o analfabetismo e o desemprego. E esses dois problemas se somam se anulando, como duas pessoas solitárias. Duas pessoas solitárias, quando se encontram, acaba a solidão de ambas. A gente pode colocar juntos os dois problemas, e eles se anularem.

Existe neste País uma crise educacional profunda. Os professores ganham pouco e são mal preparados, e não são dedicados. Por que não pode, em vez de aumentar a demanda por meio de mais dinheiro para vender mais automóveis, com a ilusão de que isso vai gerar mais emprego, aumentar os salários dos professores diretamente e, com isso, aumenta a demanda, ao mesmo tempo em que se resolve o problema educacional?

Queremos jogar mais dinheiro no centro financeiro para vender mais computadores. Por que não se compram diretamente esses computadores para as escolas, Senadora Lúcia Vânia? Queremos vender mais automóveis para as pessoas individualmente. Por que a gente não financia as indústrias de automóvel para que elas se reciclem e produzam ônibus de que este País precisa? E produzam ambulâncias de que este País precisa? E produzam carro para a polícia de que, lamentavelmente, este País precisa? E produzam transportes escolares de que este País precisa?

Você junta dois problemas, e eles se anulam. Claro que, da mesma forma que duas pessoas solitárias, para se encontrarem, alguém tem que pagar o lanche, tem que pagar o trago ou até coisas mais avançadas hoje em dia, o Governo vai ter que pagar. Mas ele está pagando, só que de forma equivocada, baseado no sistema que, nos anos 1930 se chamava de keynesianismo: o Governo põe dinheiro, contratando pessoas para cavar buraco de manhã, e outros para tapar o buraco de tarde, para que, no outro dia, os mesmos venham cavar o buraco, e os outros venham tapar; mas eles, contratados para isso, vão comprar sapato, vão comprar roupa e, com isso, dinamizam a indústria.

Em vez de tapar buraco e cavar buraco, construimos escolas. É a mesma lógica, só que sai da venda do produto privado para a criação do produto público: a escola; e, com esse produto público criado, gerar a demanda que permitirá aos empregados comprarem os produtos privados para suas famílias.

Essa é uma saída diferente.

Por que a gente resiste em praticar essa saída? Pelo vício de pensar sempre da mesma forma, pelo conservadorismo como os economistas enfrentam os problemas e como os governantes vão atrás deles; pela falta de uma liderança que tome a frente e diga: "Esta não é saída que quero. Tragam-me outra". Obviamente que seja tecnicamente correta, mas que seja outra.

O Presidente Roosevelt, nos Estados Unidos, fez isso há 80 anos. Ele não pegou as soluções tradicionais dos economistas, que eram chamadas de ortodoxia do valor do dólar comparado ao ouro, e disse: "Vamos manter assim que a crise sai sozinha". Não! Ele manipulou o valor do dólar como proporção do ouro; e, ao fazer isso, ele gerava demanda como queria.

Quantos livros escritos sobre isso! Ele liderou os economistas, mas isso faz 80 anos e foi em outro país. Foi num país onde os bens públicos sociais já existiam em quantidade. Bastava criar renda para vender os produtos privados, diferentemente do Brasil. A taxa de analfabetismo já era muito pequena. Não dava para ele contratar alfabetizadores como forma de gerar demanda. Escola já havia para quase todos; não havia como ele investir na educação.

Hoje, 80 anos depois, o Presidente Obama está dando um salto em relação àquela visão tradicional do keynesianismo de apenas aumentar a demanda. Dos US\$800 bilhões que o Presidente está jogando no mercado, quase US\$200 bilhões estão indo para o sistema educacional americano, mas não só para melhorar o sistema educacional, mas para poder, por meio disso, gerar demanda para os bens que as escolas compram; e, com isso, dinamizar a economia.

Serão novas escolas construídas nos Estados Unidos, novos equipamentos comprados, novas cadeiras compradas, e, com isso, melhorará a economia. Há uma política de melhorar o próprio salário do professor. E, diga-se de passagem – fazendo um parêntese Senador –, só isso justificava aqui um debate.

Fiz a comparação de quanto vale um professor no Brasil e nos Estados Unidos em relação a outras profissões. Comparando um ministro da Suprema Corte americana com professores, ele vale – o Ministro da Suprema Corte – quatro professores; no Brasil, vale 40. Comparando um parlamentar com um professor, nos Estados Unidos, ele vale três; e nós valemos 25.

Não tem futuro um País como este! Ele está tentando rever isso, aumentando a demanda que os professores exercem sobre a economia através de melhoria salarial, mas vinculada à qualidade, porque só jogar dinheiro no bolso do professor aumenta a compra desse professor no mercado, mas não melhora a educação. Só melhora a educação se esse dinheiro for revertido em qualidade educacional, exigindo mais

formação do professor, mais dedicação do professor e melhores notas dos alunos, vinculando, inclusive, os incentivos dados aos professores aos resultados que esses professores conseguirão nas salas de aula. Não será dinheiro grátis, Senador Pedro Simon; será um dinheiro a mais de salário ao professor, mas vinculado ao resultado que ele conseguir na sua escola; não ele, individualmente, mas à sua escola, seu conjunto.

Pois bem, Sr. Presidente, concluindo, quero insistir no fato de que o Presidente Lula precisa assumir duas lideranças: a primeira é uma liderança nacional, no sentido de dizer: "Não quero uma saída puramente econômica. Quero uma saída que seja capaz de ver toda a complexidade da nossa crise, a parte financeira, a parte econômica produtiva, a parte social da desigualdade e a parte ecológica." Obviamente, mantendo a democracia. Mas, além disso, acho que o Presidente poderia ter uma liderança adicional. É uma liderança além das fronteiras do Brasil: contando seus 6 anos de Governo; seu comportamento; a colaboração estreita com o Ministro Celso Amorim, que, a meu ver, é o único Ministro que conseguiu dar uma inflexão para a esquerda no Governo Lula. Todos os outros são iguais ao passado, apenas fazendo mais, apenas mais generoso no social, apenas mais competente um pouco na economia, apenas mais aglutinador na política mas sem inflexão. A política externa deu uma inflexão.

Pois bem. Essa dupla hoje – Celso Amorim e Luiz Inácio Lula da Silva – poderia trazer para o mundo a ideia de que está na hora de refazer o que foi feito em 1945. Em 1955, passada a Guerra, ainda sob o efeito da crise de 1929 – que diminuiu entre 1929 e 1945 por causa da Guerra porque o que eu proponho, aqui, de transformar e transformar nem digo mas de ajustar a indústria de automóveis para fazer ônibus, nos Estados Unidos fizeram para fazer tanques de guerra porque havia uma Guerra. Felizmente, não temos guerra. Façamos transportes escolares, ambulâncias, carros para a polícia.

Pois bem. Em 1955, terminada a Guerra, a crise voltaria. Houve uma grande reunião num lugar chamado Bretton Woods, de onde surgiu tudo o que a gente tem até hoje do sistema financeiro, do sistema econômico. Todos esses bancos internacionais e o FMI surgiram naquele momento, numa reunião em Bretton Woods.

Está na hora de um novo Bretton Woods, mas um Bretton Woods diferente em duas coisas: primeiro, na globalização do mundo inteiro, a globalização geográfica, comercial, econômica. Segundo, na globalização temática. Não um Bretton Woods para estudar finanças e economia, mas um Bretton Woods para pensar nas finanças, na economia, no social e no ecológico juntos.

É aí que a gente vai encontrar uma saída sustentável e não uma saída provisória, como se está procurando.

A segunda idéia é que essa mesma convocação faça, mais uma vez, o que se fez há quase 80 anos, mas diferente. Em 45, portanto não são 80 anos, se fez o chamado Plano Marshall. O governo americano colocou dinheiro para recuperar a Europa destruída. Essa recuperação se espalhou pelo mundo, gerando um impacto econômico positivo. Está na hora de o mundo inteiro – e a proposta poderia sair do Brasil, sim, da figura do Presidente, do Ministro das Relações Exteriores – fazer um novo Plano Marshall, só que, agora, não pode ser só para a recuperação das indústrias, como foi feito o anterior na Europa. Tem de ser um Plano Marshall que pense no social também, que faça com que a educação na África, de cada criança, receba recursos do mundo inteiro, para que essas crianças possam estudar lá como estudam as crianças na Europa. Tem de ser um Programa Marshall para ajudar que o atendimento médico no mundo inteiro possa ser equivalente, porque a vida de uma pessoa não pode continuar, como hoje, sendo tratada com valor diferente se nasce nos Estados Unidos ou se nasce na África. Se nasce numa família rica brasileira ou se nasce numa família pobre brasileira, hoje, a vida tem valores nitidamente diferentes. Seria um Plano Marshall para recuperar a ecologia em crise, seria um Plano Marshall global, para um mundo global.

Eu creio que o Presidente Lula poderia fazer uma convocação desse tipo. A palavra certa não é convocação, porque seria muito arrogante. Não tem condições um País como o Brasil de fazer uma convocação. Nem os Estados Unidos, hoje, têm, mas essa sugestão poderia ter sido feita agora, quando se encontrou com o Presidente Obama. Deixasse que ele, que é o Presidente de um país muito mais poderoso, tomasse a iniciativa até, dizendo que recebeu a sugestão do Presidente do Brasil.

Está na hora de partir de nós algo ousado para o mundo inteiro, mas isso não vai colar se a gente fizer uma proposta para o mundo sem executar aqui o que a gente propõe para o resto do mundo. E é aí que toda a qualificação do Presidente Lula, toda a história desses últimos anos morre, porque aqui não está tentando, e se não está tentando aqui, não proponha para o mundo inteiro.

Por isso, de tudo isso eu conlubo e creio que o primeiro passo era, aqui dentro, começarmos a procurar uma saída que não fique só nas finanças, que não vá apenas até a economia, que incorpore a dimensão social, que incorpore a dimensão ecológica. Insisto que está na hora de esta Casa fazer esse trabalho, se o Poder Executivo não tomar a iniciativa.

O Presidente Sarney fez uma Comissão, mas a sensação que eu tenho é que essa Comissão, com todo o respeito aos membros, não será nem um pouquinho imaginativa. Poderá até ser muito competente, mas restrita ao aspecto financeiro e econômico. Não dá para ter uma Comissão, no Brasil de hoje, prisioneira apenas das finanças e da economia. Se der certo, fracassará dentro de alguns meses ou dentro de alguns anos.

Quem sabe alguns de nós não se atrevem a criar uma Comissão paralela nesta Casa. Deixem que a do Presidente Sarney trabalhe. A gente elabora uma proposta desse tipo e até submete a essa Comissão oficial do Presidente Sarney, mas, por favor, que o Senado não caia na mesma falta de compromissos com os outros problemas brasileiros, na mesma falta de imaginação dos técnicos brasileiros que aprisionam os nossos Governos.

Vamos procurar uma saída que componha as finanças com a economia, com o social e com o ecológico. É aí que a gente não apenas vai sair da crise, mas é aí que a gente vai usar a crise como instrumento para sair do sistema em que a gente está, porque todos estão trabalhando como se fosse uma crise no sistema, mas é uma crise do sistema, e a saída para uma crise no sistema é diferente da saída de uma crise do sistema.

Está-se tentando baixar a febre em vez de querer curar o doente, Senador Mão Santa. Com essa metáfora médica, eu termino. O problema brasileiro não é a febre, é uma doença muito mais profunda no modelo, no sistema de desenvolvimento econômico que nós estamos implantando desde os anos 30.

Está na hora de o Brasil fazer a sua inflexão outra vez, como fez em 30. Getúlio não retirou o Brasil da crise apenas porque colocou mais dinheiro nos bancos, mas, sim, porque transformou este País agrícola e rural em um País urbano e industrial. Está na hora de darmos uma inflexão. Essa inflexão, para aqueles que estranharam porque eu não falei, ainda, de educação, será fazendo do Brasil um País produtor da indústria de conhecimento. Isso só vem pela educação.

Eu lamento, pois faço tudo para fugir da nota só da economia e da educação, mas não consigo, porque, na verdade, essa não é uma nota só, essa é a nota base dessa grande sinfonia que seria a Nação brasileira se ela fosse harmônica, se ela não fosse tão desigual, tão destruidora do meio ambiente e tão instável na sua economia.

Nós temos tempo, nós temos pessoas, nós temos capacidade, nós temos lideranças. Falta sair da mesmice e buscar o novo. Esse seria o grande desafio. Vamos sair da crise buscando o novo e não sair da

crise indo em direção à parte velha de uma economia, de um sistema, de um modelo que entrou em falência e não apenas em crise.

É isso, Senador Mão Santa, que eu tinha para colocar, tentando – como o senhor mesmo há pouco – refletir um pouco sobre o que a gente vive e tentando refletir sobre nossa responsabilidade neste momento. Ficarmos alheios, neste momento, é muito mais do que uma omissão, é um crime contra a história do Brasil e contra a imagem desta Casa, quando, daqui a alguns anos, historiadores forem ver o que a gente fez e descobrirem que passamos o tempo todo enrolados em escândalos, em vez de escandalizar o Brasil e o mundo com uma proposta nova, diferente, alternativa, revolucionária. O Brasil está precisando de uma revolução e não apenas de um PAC.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós ouvimos o Senador Cristovam Buarque, senhor educação, com quem aprendemos muito, e o Brasil.

Mas queremos dizer que o Presidente Sarney foi muito feliz com a comissão que ele indicou para acompanhar os problemas da economia do mundo: professor Dornelles, ex-Ministro da Fazenda, Tasso Jereissati, ex-Governador, e Mercadante, economista e professor – esses são dos números frios –, acompanhados da sensibilidade de Pedro Simon e Marco Maciel. Evidentemente, eu acho que, convidando V. Ex^a para ser ouvido, ela chegará às raias da perfeição.

Então, eu acredito que vai ser uma grande contribuição do Senado da República, assim como o pronunciamento de V. Ex^a foi uma grande contribuição ao Presidente Luiz Inácio. Pena que ele não aprendeu com Pedro II. Pedro II deixava a coroa e o cetro na antessala e ia aprender com os Senadores. Mas pode ser e lamentamos não ter ninguém do Partido dos Trabalhadores.

Nossos cumprimentos, professor Cristovam Buarque. Aprendemos muito.

Anunciamos a Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás.

Está inscrito, para encerrar a sessão, o senhor virtude, Pedro Simon, Líder maior da democracia brasileira.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diferentemente dos discursos que têm sido pronunciados aqui, hoje farei um discurso otimista, bem otimista.

Em várias oportunidades, ocupei esta tribuna no ano passado para repercutir notícias alvissareiras sobre o Estado de Goiás. Numa oportunidade, falei sobre a escolha da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás como uma das melhores do País. Noutras duas oportunidades, pude constatar a colocação honrosa de escolas públicas do Estado no ranking nacional de qualidade da educação. Hoje, venho comemorar o destaque do Estado de Goiás no cenário nacional como o maior gerador de empregos formais no mês de fevereiro. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho.

Em todo o País foram criadas 9.179 vagas celetistas em fevereiro. Se em todo o País foram criadas 9.179 vagas de trabalho, somente em Goiás – é preciso que as pessoas que nos ouvem prestem bem atenção neste número –, das 9.179 vagas, foram criados a mais 8.058 postos em Goiás, o que equivale à variação de 0,94% em relação a janeiro de 2009, superando Estados tradicionais contratadores de mão de obra como Santa Catarina, Rio de Janeiro e Mato Grosso.

O resultado é o segundo melhor, em termos absolutos, da série histórica do Caged. Para se ter uma idéia, de janeiro a fevereiro deste ano, Goiás acumulou um saldo de 9.893 postos formais, alta de 1,15%. O resultado é o terceiro melhor do País para o período. Nos últimos 12 meses, o número de novos empregos no Estado foi de 34.406 (4,39%).

O setor de serviços gerou o maior número de novos empregos celetistas em fevereiro: 3.394 vagas. Também contribuíram para o bom desempenho do Estado goiano no segundo mês do ano a indústria de transformação, com 2.117 vagas a mais, e a agropecuária, com 1.916 novos postos. Merecem destaque também a construção civil e o comércio.

As cidades goianas de maior destaque na empregabilidade foram, pela ordem: a capital, Goiânia, Goanésia, Jataí, Aparecida de Goiânia, Goiatuba, Rio Verde e Luziânia.

A Região Centro-Oeste, impulsionada principalmente por Goiás, também foi a Região que apresentou a maior elevação no nível de emprego formal no País, em fevereiro, criando 19.039 postos.

O Caged informou que o mês de janeiro registrou uma perda líquida de 101.748 vagas do trabalho formal. Essa perda de vagas formais em janeiro foi menor do que as previsões de analistas, que estimavam um saldo negativo entre 171 e 300 mil postos de trabalho. Mesmo assim, já salientavam esses especialistas, o

resultado de janeiro não poderia ser classificado como positivo, pois, tradicionalmente, esse é um mês de geração de postos de trabalho.

Para a Superintendente do Trabalho da Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho, Odessa Martins, a crise financeira gera preocupação em todos os setores, mas não tem provocado alterações drásticas no mercado de trabalho goiano. Entre os meses de novembro e dezembro, houve queda na geração de vagas, que provocou a perda de 26 mil postos no ano. Mas, no acumulado, entre janeiro e dezembro do ano passado, foram abertos 43.437 postos de trabalho, número 6,24% superior a 2007. Cenário esse confirmado pela pesquisa Indicadores industriais da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), ao constatar crescimento na geração de emprego, vendas e salários no ano passado ante 2007. No acumulado entre janeiro e dezembro de 2008, houve alta de 6,28% na geração de postos de trabalho.

Segundo o Caged, nos últimos 12 meses, até fevereiro, o estoque de emprego do Brasil encolheu 700 mil vagas com carteira assinada.

Goiás vem se preparando para ocupar espaço na economia nacional. Novos espaços industriais vêm surgindo ano após ano, com a concepção de que uma das abordagens mais férteis e promissoras para a formulação e implantação de políticas de desenvolvimento regional, como, por exemplo, a agroindústria.

Evidentemente não podemos continuar com o ufanismo de alguns meses, afirmando que a crise não atravessaria o Atlântico para chegar ao Brasil. Mas também podemos afirmar que a forma como a crise nos atingiu não pegou o Estado de Goiás despreparado.

O Governo Alcides fez a lição de casa: cortou despesas; ajustou contas; manteve a interlocução com o setor privado; deu prosseguimento às obras iniciadas; reduziu impostos de setores geradores de mão de obra, como o setor da confecção; acompanhou a implantação do Supersimples; construiu escolas em tempo integral, e outras ações que dinamizaram a nossa economia.

O setor privado, por sua vez, liderado pelo Presidentes da Federação da Indústria, Paulo Afonso, da Agricultura, Mário Schneider, da Associação Comercial, Pedro Bittar, da Federação do Comércio, intensifica a troca de experiências em contínuas reuniões, mobilizando os setores público e privado, bem como os Parlamentares, a fim de criar alternativas para enfrentarmos esse momento.

Não podemos deixar de lembrar aqui a posição estimulante do Ministério do Turismo, através do Ministro Luiz Barreto, que não tem pouparado esforços para ajudar os destinos turísticos de Goiás, assegurando

às cidades de Caldas Novas, Pirenópolis, Alto Paraíso, Vila Boa, Goiânia, um intenso fluxo de turistas, atraídos pelos eventos patrocinados pelo Ministério.

Para os próximos meses, estão programados para Goiânia, já consolidada como Capital do Turismo e de Negócios, uma feira de automóveis de grande vulto e uma feira de modas. Goiás mostra a moda organizada pelo Sindvest.

Analistas de todos os grandes organismos financeiros internacionais acabam de divulgar a seguinte projeção: se os chamados países desenvolvidos terão uma perda de 3,5% a 4% em seus PIBs (Produto Interno Bruto), os países emergentes terão um avanço médio entre 1,5% e 2% no mesmo período de 2009. Números esses confirmados pelo Governo a partir de ontem.

Podemos, portanto, ter um otimismo contido, apoiando políticas públicas e decisões que venham ao encontro da preservação do emprego e, consequentemente, do nível de consumo de nossa população, com reflexos na produção industrial.

Goiás está ciente do seu papel e vai continuar lutando para que o Estado continue na vanguarda de geração de empregos.

Quero aqui parabenizar o setor público, o setor privado e a classe política, que têm dado uma demonstração de unidade neste momento, facilitando que as ações sejam implementadas com agilidade.

Quero parabenizar o Governador Alcides Rodrigues pelo seu trabalho, pelo seu dinamismo e, principalmente, pelo ajuste das contas públicas, que nos possibilitou avançar e ser um Estado onde a crise não deixou de estar presente, mas não está gerando os transtornos e as dificuldades de outros Estados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento da Senadora Lúcia Vânia, que representa o PSDB de Goiás, mostrando ações de desenvolvimento do seu Estado, convidamos para usar da palavra, como último orador desta reunião de sexta-feira, 20 de março, o Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul. É o Sr. Virtude de nossa democracia.

Senador Pedro Simon, use a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna, nesta semana, para falar sobre essa questão referente ao momento em que vive o Senado. Ao longo dos quase trinta anos em que eu me encontro aqui, esta é uma tese que venho discutindo permanentemente:

eu defendo que nós temos a obrigação de nos atualizarmos.

Nós passamos momentos muito ingratos, Sr. Presidente, com o regime militar, quando se criou a figura do Senador biônico, desprestigiando esta Casa. A própria democracia e a Constituinte criaram uma figura cruel, que foi a medida provisória. Meu Deus, meu Deus, como é que foram criar a medida provisória! A medida provisória, tenho repetido, nasceu em função do parlamentarismo que se queria implantar na Constituinte de 88. Na Comissão de Sistematização foi aprovado o parlamentarismo, e foi para o plenário na certeza de que ia ser aprovado. Caiu. E, quando caiu o parlamentarismo, a medida provisória... Eu era Governador do Rio Grande e vim aqui várias vezes para dizer que a medida provisória tinha que ser extinta, até na Comissão de Redação Final, porque ela é da essência do parlamentarismo. Talvez muitos não saibam que a Inglaterra, a França, a Alemanha, países parlamentaristas, têm a medida provisória. Mas ela não é usada, a não ser rarissimamente, porque, se cai uma medida provisória, cai o gabinete. No Brasil, caiu o parlamentarismo e ficou a medida provisória.

E, agora, Sr. Presidente, que me perdoe a Mesa da Câmara e os líderes da Câmara... O Fogaca era Senador quando criamos que a medida provisória trancava a pauta da Câmara e do Senado. Por que fizemos isso? Para evitar o exagero de medidas provisórias. Trancando a pauta, a Nação e o Presidente da República vão ver que não pode ter tanta medida provisória, e vai diminuir. Não diminuiu. Trancou a pauta, aumentou ainda mais o número de medidas provisórias, e o Congresso passou a não funcionar.

Qual a solução que o Presidente da Câmara genialmente encontrou? Violentar a Constituição, rasgar a Constituição. Está lá escrito que medida provisória tranca a pauta, qualquer proposição da pauta. O que o Sr. Temer está querendo dizer? Só projeto de lei, Sr. Presidente. Emenda constitucional, decreto etc. e tal podem ser discutidos à vontade. Vai cair no Supremo. Ridícula essa posição!

Essas medidas provisórias ajudaram a desmoralizar esta Casa. E, Sr. Presidente, os fatos que estão aparecendo são fatos que nos levam à obrigação de uma análise mais profunda. As pessoas estranharam: "Mas e o Simon?". Eu não sou dessa hora, Sr. Presidente. Até porque tem tanta gente falando que não precisa do Pedro Simon. Eu venho aqui para noticiar que alguma coisa deve ser feita.

V. Ex^a sabia, Presidente, que a direção está estudando criar uma cadeia aqui no Senado, no porão do Senado? V. Ex^a sabia? Não sabia. Pois a imprensa publicou hoje que há uma decisão de construírem

uma cadeia aqui no Senado. Como acontece uma coisa dessa e o Senado não sabe? Como acontece uma coisa dessa e a gente não sabe? Essas coisas não podem acontecer.

Cento e setenta diretores! Cá entre nós, estamos sabendo o que aconteceu. Como um diretor ganha uma FC de R\$2 mil ou mais reais, então o mesmo cargo, a mesma função passou a ter o título de diretor. E agora estamos aí, com 80 Senadores e 180 ou 190 cargos de direção.

De repente, somos surpreendidos porque estavam querendo fazer um túnel entre o Senado e o Palácio do Planalto. Ninguém sabia, nem o Presidente Garibaldi. De repente, tem a verba no orçamento para fazer um anexo. Não é hora de fazer anexo. Ninguém sabia, até que foi suspenso. Há um clima em que a gente tem uma espécie de omissão total.

Quando lancei a minha "anticandidatura" à Presidência do Senado – digo anticandidatura porque não tinha nenhuma chance de ser candidato –, apresentei uma plataforma, Sr. Presidente.

Na minha plataforma, eu dizia o seguinte: não pode continuar assim, o Congresso se reúne terça de tarde, quarta e quinta de manhã. Um terço dos Senadores ficamos aqui, um terço nos aviões e nos ônibus e um terço na nossa cidade de origem. Não pode ser assim. Então, eu propus, Sr. Presidente: o Senado deve realizar mensalmente uma reunião ordinária dos seus 81 Parlamentares no Plenário. Agora. Nós estamos no dia 20. Nos dias 22 e 23 fazemos uma reunião, a Mesa e os líderes fazem uma pauta para o mês de abril, estabelecem o que vai ser votado no mês de abril, e no mês de abril nós temos que votar. Podemos trabalhar, Sr. Presidente, segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo. Aí alguém me deu um aparte: mas vai cair no ridículo; na televisão, vão ver o Senado trabalhando no domingo. Acho que não é ridículo, nós estamos trabalhando. Se nós fizermos a pauta marcada para abril até o dia 25, nós temos cinco dias para ir para o nosso Estado, quem quer ir. Se a nossa pauta terminar no dia 20, nós temos dez dias para ir a nosso Estado. Se não terminar a pauta, não se vai para o Estado. Daríamos continuidade ao nosso debate, Sr. Presidente.

Nós não temos condições de fazer um grande debate, uma grande discussão, porque termina na quinta-feira de manhã, e só na terça-feira que vem. Eu acho que seria a hora de tentar fazer isto, Sr. Presidente: mensalmente vamos nos reunir aqui, e aí vamos esclarecer.

Aquilo que o Senador Eduardo Suplicy falou ontem foi muito sério. A gente vota aqui, Sr. Presidente. Está em votação a decisão da Mesa número tal. A

decisão da Mesa número tal é a que criou o cargo de diretor, é a que fez não sei o quê, é a que fez não sei o quê. Não pode ser assim, Sr. Presidente. Não pode ser assim.

Eu fui contra. É que sou muito retrógrado, não sei nem mexer com esse negócio. Eu sou, talvez, o único Senador que recebe a pauta. A Secretaria da Mesa tem essa gentileza. Eu recebo a pauta diária. Mas agora, não. Agora é moderno, cada um tem o seu computador, olha e não sei o quê. Mas vejo votarmos aqui, e ninguém está olhando coisa nenhuma. Na maioria das vezes, estamos votando, sem sabermos o que estamos votando.

Não pode, Sr. Presidente. Nós não podemos botar em votação a decisão da ata da Mesa no dia tal: não se sabe do que se trata, nem do que não se trata. Não pode, Sr. Presidente. E aí vai coisinha aqui, mais outra coisinha ali, mais outra coisinha ali, e se chega a esse consenso.

Fiquei muito magoado, quando vi, na sessão de ontem, o 1º-Secretário vir para a tribuna, para apresentar uma série de respostas. Ficamos aqui, dois Senadores. É sinal de que... Ah, Sr. Presidente. Esta Casa é muito difícil: são 81 Senadores.

Havia um Deputado, Solano Borges, Presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul, que dizia – ele até era muito irreverente, e até fica muito delicado falar –: “Nesta Casa, não dá; não há chefe, ninguém manda, cada Deputado é ele. Não adianta dizer ‘Neste elevador, só pode entrar Deputado’: ‘Eu entro, é meu amigo, entra comigo’. Há cinquenta e tantos chefes.” Então, dizia ele: “Até uma organização como um prostíbulo tem a chefona que manda e dá ordem, e o resto tem de cumprir. Aqui ninguém cumpre.”

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A madame...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exato. A madame manda, e o resto tem de cumprir. Na Assembléia, não: todo mundo manda. E é o caso do Senado.

Alguma coisa tem de ser feita. O Senador Sarney disse para nós que não sabia que tinha sido criada a maioria desses cargos de diretoria. Há um jornal agora dizendo que não sei quantos foram criados no governo dele, ele, Presidente do Senado, e tenho certeza de que ele realmente não tem conhecimento, porque é aquilo que falei: deram um cargo de direção para beltrano, fulano, e ficou tudo igual. E não é o título de diretor, são R\$2mil a mais.

Acho, Sr. Presidente, que foi uma boa idéia fazer o convênio com a Fundação, mas, cá entre nós, a imprensa está dizendo uma verdade: quando não se quer resolver o problema, cria-se uma comissão ou então se

faz um convênio, e se passa. Acho, com toda a sinceridade, que não adianta fazermos um convênio com a Fundação, que vai lá e, daqui a seis meses, aparece. Podem ser os cientistas políticos mais geniais, mais espetaculares, com os maiores estudos, e nos trazem um assunto que não tem nada que ver conosco. Acho que temos de ter uma comissão da Casa – e, com toda a sinceridade, eu gostaria de participar –, para dialogar permanentemente com a comissão da Fundação, só para dar a nossa opinião; não para dizer o que tem de ser feito, mas para poderem ouvir o nosso pensamento. É claro que eles vão ter autonomia absoluta de apresentar a proposta deles. Mas não para, daqui a seis meses, virem com um negócio pronto, muito bonitinho, muito acabado, mas absolutamente inaceitável pela objetividade.

Olha, Sr. Presidente, conheço o ilustre 1º Vice-Presidente desta Casa, votei nele para Presidente. Agora, porque ele deu um telefone... O Vice-Presidente tem dois, e um deu para a filha dele passar 15 dias no México. E ele me disse que, chegou na última hora – era a primeira viagem dela – e que era para ela usar exclusivamente numa necessidade. É o medo de ver a filha viajar, de ir numa viagem que nunca tinha feito.

Eu não tenho nenhuma dúvida da seriedade e da dignidade desse senhor, mas lhe disse: “Cá entre nós, foi um momento de bobeira, que qualquer um de nós faz. Eu faço, qualquer um faz”. Mas é dentro desse sistema que vivemos. É um sistema que faz e vai. Quer coisa mais sem graça do que a verba de suplementação de gastos e não sei o quê? Acho que temos direito a um apartamento. Eu uso o apartamento do Senado. Se não tivesse direito de usar o apartamento do Senado, eu não tenho dinheiro, não tenho casa própria... Por exemplo, sou Senador e não pago a contribuição que poderia pagar para a minha aposentadoria e ganhar. Eu já não pago. Por quê? Porque estou tão mal, que, se eu pagar, lá se vão R\$3 mil, e duplicou-se a verba, e não tenho condições. Então, recebo o apartamento com a maior tranquilidade.

Recebo as minhas passagens; se dependesse de mim, seria uma só. Volto a repetir: era uma viagem por vez ao Estado, que podíamos fazer, mas recebo as minhas passagens. Eu publico os meus livros na gráfica do Senado e tenho a maior tranquilidade, não presto contas a ninguém. Não mando mensagem de Natal, nem de aniversário, sabem por quê? Porque, na primeira vez em que andei pelo interior, vi uns caras botando cartõezinhos que recebiam dos Deputados e dizendo: “Olha o dinheiro da gente onde eles aplicam”. Eu digo: “Filho da mãe, o coitado do Deputado manda uma mensagem de Natal e olha como é recebido”. Não mandei nunca. Eu não vou fazer isso. E não mando.

Agora, publico os livros com os discursos que faço aqui com a maior tranquilidade, acho que é normal. Há seguro-saúde, uso o seguro-saúde, fiz a minha cirurgia e tal. Acho que são coisas normais. Agora, verba de representação... Então, vou pegar o dinheiro... Saio com a minha nora e com o meu filho e vou almoçar ali: "Me dá o recibo, me dá a nota", e vou apresentar? Prefiro não fazer. Prefiro não fazer. Ou estou lá no interior, encho o tanque de gasolina: "Me dá a nota", não sei o quê. Prefiro não fazer. Aumenta o seu salário. Se é para ser, que se dê no salário; nós temos direito.

São essas coisas que diminuem a Casa, Sr. Presidente. São essas coisas que diminuem a Casa. Em primeiro lugar, quem manda é o Presidente; em segundo lugar, a Mesa; em terceiro lugar, a ditadura dos Líderes, que dizem o que se tem de fazer e o que não se tem de fazer.

Eu ouvi o nobre Líder do PFL, do Democratas, dizer: temos de reunir as lideranças, para dizer como é que vamos enfrentar a crise. Vamos reunir para dizer o quê? Para fazer o quê? Não é por aí.

Eu estava dizendo, Senador Cristovam, que defendendo a tese de que o Senado, com seus 81 Senadores, tinha de fazer uma reunião mensal. Todos os meses, os Senadores deveriam reunir-se aqui no plenário e decidir o que vão fazer no mês seguinte. Então, em vez de ler no jornal que vão querer fazer – o 1º Secretário já suspendeu – um presídio no porão do Senado... Eu nem estou discutindo, pode ser, mas ver no jornal que vão fazer uma cadeia no porão do Senado? Tu tinhas ouvido falar nisso?

Então, por essas coisas é que acho que poderíamos fazer uma reunião mensal do Senado e vir aqui para o plenário. Não há aquilo que o Suplicy disse ontem: "Então, a gente vota na ata: 'vamos votar as decisões da ata número tal'." E as decisões da ata número tal são o apartamento para não sei quem, o negócio para não sei quem. O que é isso?

Na reunião mensal nós dizemos o que vai ser feito no mês que vem e vamos fazer caso por caso, vamos tomar conhecimento. Acho que chegamos a uma posição grave, mas é hora de fazermos. Eu disse ao Sarney: "Sarney, você pode transformar um limão numa limonada". Disse ao Heráclito: "Olha, Heráclito, era para tu seres mais um 1º Secretário, mais um. Mas tu não vais ser mais um 1º Secretário.

Ou tu vais ser um grande secretário que vai mudar, ou tu vais ser um secretário que vai enterrar. Está na tua mão, está na tua mão. Tu não tens culpa de nada do que aconteceu, mas quis o destino que estivesses lá na 1ª Secretaria.

Então, eu acho que está difícil! Esse negócio ali eu não estou nem discutindo.

Na primeira vez, num programa da Lasier Martins, um belíssimo jornalista da rádio gaúcha, ele me entrevistando – até foi muito elegante comigo, muito elegante – senti-me mal para responder. "Mas, Senador, me diga uma coisa: quantos dias o senhor esteve em janeiro no Senado?" "Nenhum dia. Eu saí no dia 22 de dezembro e voltei em fevereiro". "Quantas sessões extraordinárias teve no Senado?" "Não teve nenhuma extraordinária e nenhuma ordinária". "Ah, é?" "É". "E como é que o senhor explica as horas-extras dadas aos funcionários?" O que eu tinha a dizer? Eu não explico; eu não tenho o que explicar.

São coisas dessa natureza.

O que aconteceu? Fui ver depois que foi feito um entendimento, pela questão de prometer um aumento e não sei o quê. Então, como maneira de acertar, concederam horas extras no mês de janeiro.

Não pode. Não pode. São coisas que não têm o que responder. O que se vai responder? Nós não tivemos nenhuma sessão ordinária no mês de janeiro, e os cidadãos receberam horas extras. Quer dizer, mesmo não tendo nenhuma, cada um fez o seu plantão. Não pode!

São essas coisas que acontecem, que o Presidente... A Mesa deixa para o Presidente, o Presidente deixa para o Diretor-Geral, o Diretor-Geral faz não sei o que, a gente não toma conhecimento, mas, vamos ser sinceros, a culpa é nossa. Eu, Pedro Simon sou culpado pela minha omissão, porque eu deixei... Vai levando, vai levando.

Não estou atirando pedra em ninguém; estou começando por mim, que sou o Senador mais antigo, logo, devo ser o mais culpado. Deixa-me ser claro. Eu assumo a minha responsabilidade. Mas eu não estou aqui querendo atirar pedra nem olhar para trás; eu estou querendo olhar para frente, até porque tem muita gente fazendo isso e não é o meu interesse.

Vamos, com essa oportunidade, tentar equacionar essa questão. Reparem, é coisa singela, 180 ou 190 cargos de direção. É piada. O que aconteceu? Deram uma comissão de R\$2 mil para cada diretor. Então, todo mundo virou diretor. No cargo, não houve nada, não mudou nada, ele está lá no gabinete dele, sentado no gabinete dele, fazendo a mesma coisa. Na verdade, não é diretor, é de mentirinha. Mas, para ganhar R\$2 mil a mais, então, que desse R\$2 mil a mais para todo mundo; não precisava criar um cargo de diretor. Então, fica a opinião pública... Quer dizer, a gente acha um escândalo que o Dr. Lula tenha com 40 ministros, mas nós estamos com 190 diretores no Senado. Não pode! Essas coisas não podem acontecer!

Então, acho que, a essa altura, é hora de a gente sentar à mesa. Olha, eu sou de uma época, Sr. Presi-

dente... Eu fui líder, eu fui Líder do Governo. Quando eu fui Líder do Governo, nós aprovamos aqui o Plano Real. Aqui nós aprovamos o Plano Real quando eu fui Líder do Governo Itamar Franco. E nós aprovamos o Plano Real. Os Ministros vieram dez vezes a esta Casa. Apresentamos as emendas que quiseram, mas não foi feito nada por medida provisória. Votamos aqui. Votamos o Real. Várias emendas foram feitas e discutidas. Não houve troca-troca algum, Sr. Presidente. Não houve nem cargo, nem favor, nem emenda, nem coisa alguma. Fizemos várias reuniões de líderes.

Agora, não sei. Deus me perdoe. A própria questão das Lideranças virou uma anarquia. Agora são vinte líderes: Líder da Maioria, Líder da Minoria, líder do bloco não sei o quê, líder do bloco não sei o quê. Em dois terços da sessão quem fala são os líderes. Eu sou do tempo em que, quando o líder pedia a palavra, era porque o assunto era muito grave, muito sério. A Casa parava para ouvir o líder. Se fosse o Líder da Oposição ou o Líder do Governo que falasse, o outro parava para assistir, para dar a resposta. Agora não tem mais nada disso.

Nós temos que fazer, Sr. Presidente. Eu estou com V. Ex^a. Este é um grande Senado, a começar por V. Ex^a, a começar pelo Cristovam. Nós temos grandes nomes. Não pense V. Ex^a que o meu discurso é diferente do seu. Eu estou no mesmo sentido. Eu estou no mesmo sentido. São coisas que nós temos que ter a coragem de fazer. Nós temos que ter a coragem de fazer. Nós temos que nos reunir e temos que debater.

Eu sou uma pessoa, eu sou um zero aqui no Senado. Meu Partido não quer nada comigo, e eu, modéstia à parte, não quero nada com o meu Partido, com o comando, com a cúpula, porque estou numa linha diversa.

Não aceito isso que está aí. O MDB é o maior Partido, com o maior número de Vereadores, maior número de Deputados, maior número de Prefeitos, maior número de Senadores, maior número de Governadores, maior eleitorado – são seis milhões a mais do que o que está em segundo lugar –, e o nosso comando está se vendendo para um lado, para outro, decidindo se vai ser vice do PT ou vice do PSDB. É uma vergonha!

Um partido político é um grupo de pessoas que tem uma ideia comum e um objetivo. O objetivo é buscar o poder. Isso é um partido político.

Então, quando eu discordo do Jarbas... O problema do Jarbas não é a corrupção no MDB. Há corrupção? É claro que há, mas há nos outros também: no PT, no PSDB. O problema sério do MDB é que os comandos do MDB não estão à altura do Partido. Estão se trocando por meia dúzia de carguinhas: secretário aqui, ministério ali, não sei o quê. Mas não querem

buscar o poder. Não querem debater, não querem ter um programa, não querem ter uma ideia. E isso é uma vergonha! Então, não tenho identificação com esse Partido.

Já aprendi. Acho que está na hora de criar um líder dos que não têm nada, e eu seria um bom líder. Líderes que não representam nada, não têm coisa alguma e falam sozinhos. Eu falaria sozinho. Mas a grande verdade é que eu represento muita gente. E gostaria, Sr. Presidente, de fazer esse debate.

Com o maior prazer, Senador. A sua presença aqui, ainda que estejamos solitários, se soma ao meu pronunciamento. Fico muito feliz em vê-lo aqui.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Simon, primeiro, creio que a sua sugestão de ficarmos aqui um dia inteiro, com uma vigília, como até o povo gosta que a gente faça, embora nossos taquígrafos e taquigrafias não mereçam esse sacrifício, seria muito bom para discutir esses assuntos. Para a gente tentar descobrir onde estamos errando, porque erros estamos cometendo. Mas quais são os erros? Eu vou tentar dizer que, para mim, são quatro. Mas não é exatamente o erro de ter um atendimento de saúde. Claro que eu acho que o mais certo era que o seguro de saúde nosso descontasse no nosso salário para, com isso, a gente ter o serviço, como todo trabalhador faz, em vez de a gente ter o atendimento sem o desconto. A mesma coisa que o senhor diz. Em vez de dar o aumento de salário, dá esses benefícios. Segundo: telefone. É impossível ser Senador ou Deputado pagando conta de telefone. Não só pelo gasto que você tem como também pelas chamadas a cobrar dos eleitores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Desculpe. Dentro do tema telefone. Qualquer terceiro funcionário de qualquer ministério tem muito mais do que isso. Como o Senador não vai ter?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Claro; tem que ter. É um instrumento, como o médico tem bisturi no hospital público. O bisturi é público. O telefone é um instrumento de trabalho. Casa para morar. Claro que os que são de fora têm que ter. O que está errado é os de Brasília termos direito a receber ajuda de aluguel. Isso é um erro. Se eu recebesse, estaria cometendo, a meu ver, um erro. Não sei se outros recebem ou não. Mas os de fora, claro que têm que ter um lugar. Em toda profissão que leva você a mudar de lugar, há que providenciar onde morar, até porque é provisório, não se vai comprar casa aqui. Transporte. Claro que tem que ter transporte. Ontem, eu saí daqui às seis da noite, fui do aeroporto de São Paulo para a TV Globo, onde dei uma entrevista, voltei para o hotel e, às seis horas, já voltei pra cá.

Faz parte do meu trabalho dar essa entrevista para que fui convidado. Isso faz parte do meu trabalho, é minha obrigação fazer isso. Transporte tem de haver. Mas qual é o problema? Verba indenizatória, eu, pessoalmente, uso. Por quê? Porque tenho uma bandeira, tenho uma campanha. Fiz um jornal chamado *O Educacionista*, um jornalzinho. Eu uso verba indenizatória, sim. Eu estou usando isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas era melhor que isso estivesse no salário.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Acho que não seria melhor, Senador, até porque, se isso estivesse no salário, era capaz de a gente não agir. Vamos falar com franqueza: a gente termina se viciando com o salário. Mas respeito quem não a usa. São essas coisas que há aí de direito. Então, está explicado. Mas quais são os problemas? Vejo quatro problemas, e o primeiro é que não está havendo transparência. Na verba indenizatória, deve-se colocar quanto se gasta e em que se gasta. Deixa quem a vir dizer que está errado! E aí até a gente corta. Se eu começar a ver gente criticando a produção dos discursos, por exemplo, se for verba indenizatória, aí a gente para! Deve haver transparência quanto à passagem aérea. Tem de saber para onde o Parlamentar foi, o que é que ele foi fazer, por que é que ele fez essa viagem. Transparência! E a tolerância? A gente tem sido muito tolerante com aqueles que erram; isso é que está dificultando. Para mim, Senador, o mais grave de tudo não é nada disso. O que nos está desmoralizando é a baixa produtividade do Senado, de acordo com o que pensa a opinião pública brasileira. Eles não estão vendo os resultados do nosso trabalho. Quando o senhor já estava aqui na luta pela democracia, duvido que alguém reclamasse que o senhor tinha direito a seguro-saúde ou a transporte, porque estava vendo sua luta pela democracia. Hoje, a opinião pública não está vendo para que é a nossa luta. Quantos meses faz em que a gente não vota nada? Quantas vezes a gente votou sem debater com profundidade? Quantas vezes o povo olhou para esta Casa e viu aqui 81 Senadores sentados? Quantas vezes? Quero dizer, como o senhor também, que não jogo a culpa em ninguém, porque também não fico aqui o tempo todo, não. Não fico aqui. Mas por que a gente não resolve isso, marcando pelo menos as horas em que todos ficem aqui? E, depois, marca-se o período em que a gente vai às bases. Político não pode ficar aqui trancado, não! Político que ficar aqui dentro o tempo todo, desconfie dele. Ele tem de ir às ruas para ver se é vaiado; ele tem de ir às ruas para ver se é aplaudido; ele tem de ir às ruas para ouvir o povo. Então, não pode ficar aqui o tempo todo. Mas por que não se consegue que, durante um mês, a gente

fique aqui todos os dias, como se batesse ponto, como qualquer servidor público? Aí, no outro mês, a gente ficaria com nossas bases. Por que a gente não consegue fazer isso? Por que temos de ficar aqui somente na terça-feira à tarde, nas quartas-feiras e nas quintas-feiras, e ir embora para a base? A gente poderia ficar aqui o mês inteiro, como qualquer funcionário público. Mas esse funcionário público, durante um mês, vai trabalhar na sua base, como os funcionários da Petrobras que estão naquelas plataformas: eles ficam lá por duas ou três semanas; depois, eles ficam em casa. A gente nem direito a ficar em casa deveria ter; deveria ficar no meio do povo. Então, para mim, Senador, mais grave do que o erro de um seguro-saúde em que não é descontado nada, do que o erro de verba indenizatória para pagar almoço – e isto existe –, mais grave do que tudo isso, aponto esses quatro pontos: a falta de transparência, a falta de apuração dos casos concretos e equivocados, a falta de produtividade e a tolerância. Nós não estamos apurando; nós estamos tolerando. Não estamos mostrando o produto e não estamos mostrando transparência. Ninguém peca do lado de lá de uma parede de vidro; para pecar, você fecha a cortina sempre. O problema é que há cortinas demais aqui, há coisas escondidas demais. Como o senhor mesmo disse, nenhum de nós sabia nem quantos diretores havia nesta Casa. E ouvi o senhor dizer, com certa tristeza, para mim, na sala das Comissões: “Há trinta anos, estou aqui e não sabia disso”. Talvez, a gente devesse saber disso. E não faz diferença entre tinta anos e seis anos, período em que estou aqui; isso não faz diferença. Mas, de fato, a gente está preocupado com o dia-a-dia da nossa atividade, e há uma Mesa que dirige. Eu nunca imaginava essas coisas. Mas o problema é se a gente, que agora sabe disso, tolerar; o problema é se a gente não apurar; o problema é o povo não saber disso com clareza. Se a gente soubesse disso, a gente já tinha gritado. E, finalmente, o problema é o povo não ver o resultado do trabalho da gente. Para mim, isso é o pior de tudo, Senador Mão Santa. Não que a gente não esteja trabalhando, mas o povo não está vendo. O povo vê a gente falar, mas falar é parte do nosso trabalho; a outra parte é mudar este País para melhor. Quando a gente vota aqui qualquer coisa que repercuta no bem-estar do povo, eles começam a aceitar a gente. Aqui se jogaram flores quando houve a abolição da escravatura, não neste lugar, mas no Rio de Janeiro. Hoje, eles não jogam flores por que não estão vendo resultados. A produtividade é baixa. É claro que há a explicação das medidas provisórias, há diversas explicações. Acho que uma delas é o pouco tempo que a gente fica aqui a cada semana, o que impede, inclusive, uma coisa fundamental, meu caro

Raupp: parlamentar, dialogar. A gente aqui não parlamenta, nem dialoga, pois não tem tempo para isso, não tem convivência. É preciso descobrir uma maneira de ficarmos aqui mais tempo e de nos liberarmos para ficarmos com nossa população, com nossa base, com nosso eleitorado, em determinados momentos. Era isso que eu queria dizer. Lamento que, por falta de estarmos juntos, não estejamos discutindo isso, cada um dando sua opinião, cada um dando sua explicação, cada um dando sua versão. É preciso transparência, apuração, intolerância com o errado e produtividade. Se a gente fizer isso, o resto a gente resolve, a meu ver, porque aqui não acredito que haja gente querendo se locupletar, ou, se houver pessoas assim aqui, estas são exceções. Quero insistir também que não jogo pedra em ninguém e que assumo a responsabilidade como parte desta Casa. Temos de encontrar uma saída em conjunto, sendo intolerantes quando descobrirmos o que houve e quem fez de forma errada. E a gente tem sido tolerante demais – isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Desculpe-me por interrompê-lo, Senador Pedro Simon. Quero mostrar nossa grandeza, nós que formamos o Senado. Esta sessão, regimentalmente, terminaria às 13h30. Então, só para mostrar nossa grandeza – vários Senadores debateram –, prorrogou-a por mais por meia hora, para V. Ex^a concluir seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o pronunciamento a V. Ex^a, Senador Cristovam. Uma das partes fundamentais do aparte de V. Ex^a é a transparência. Volto a repetir: para haver transparência, a primeira coisa é saber o que está fazendo. Temos de saber o que está acontecendo, mas nem o Presidente sabe, nem o Secretário sabe, nenhum Senador sabe. Então, temos de ter a responsabilidade de ver como as coisas vão acontecer. Isso é fundamental. Temos de entender que cargo na Mesa não é só para ter dois gabinetes e mais não sei quantos funcionários. É responsabilidade ter cargo na Mesa.

Alguma coisa deve ser feita, e nós, Senadores, temos a obrigação de participar dessa questão. Volto a repetir: se fizéssemos uma reunião mensal, onde se decidiria tudo – não se tem de votar decisão da Ata, não sei o que da Mesa que não se saiba o que é, pois tudo passa por ti –, seria o começo da transparência. V. Ex^a se refere ao problema da falta de transparência, mas não no sentido de que estamos fazendo e estamos escondendo. Está sendo feito, mas ninguém sabe, nem o Presidente da Casa. Então, tem de mudar a maneira de fazer.

Mas, com todo o respeito, com relação ao que V. Ex^a disse sobre o povo não ver o resultado do nosso

trabalho, não haverá resposta enquanto houver medida provisória dessa maneira. Hoje, para um ministro, para um empresário, para alguém importante, o Congresso atrapalha. A medida provisória é uma maravilha. Chega lá o cidadão e fala com o Presidente da República hoje, ele manda trancar a pauta, manda trancar a imprensa oficial às 18 horas, ela sai às 22 horas, e aquilo que ele falou comigo no outro dia já está publicado, já é lei. Então, somos um estorvo. Isso tem de ser analisado. Será que é assim? Porque, se é assim, tem de mudar o funcionamento do Congresso; a razão de ser do Congresso tem de ser completamente diferente. O que acontece? A medida provisória tem de vir nesse, nesse e nesse caso. Em 70% das medidas provisórias, o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado deveriam devolvê-las, porque elas não estão de acordo com a Constituição. Mas eles não têm coragem de devolvê-las. Eles não têm coragem de devolvê-las! Não as devolvem.

Então, estamos aqui, levando essa questão adiante. Vem esta decisão da Mesa da Câmara: a pauta não é mais trancada. Então, está resolvido o problema do trancamento de pauta: ela não é mais trancada, a não ser por projetos e tal. O Presidente da Câmara, um jurista famosíssimo, resolveu interpretar a Constituição. A Constituição diz que a medida provisória tranca qualquer projeto, qualquer proposição. E onde está escrito “qualquer projeto, qualquer proposição”, ele interpretou apenas como lei ordinária, ou seja, medida provisória só pode trancar projeto de lei ordinária. Então, eles estão querendo uma saída para facilitar.

Temos de tomar a decisão de fazer essas coisas, mas nem conseguimos fazer isso que V. Ex^a sugere, que é nos reunirmos na sexta-feira para fazer um grande debate. Não é fácil. É que este é um ponto de encontro. Fui falar para um Senador sobre meu projeto de trabalharmos na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira, na quinta-feira, na sexta-feira, no sábado e no domingo toda a semana, até esgotar a pauta, e ele me respondeu: “Não, tenho minha vida bem organizada. Na terça-feira, na quarta-feira e na quinta-feira, estou no Senado; na sexta-feira e no sábado, estou olhando minhas estações de televisão, minhas empresas, no meu Estado; na segunda-feira, estou olhando as plantações”. Ele é um dos grandes exportadores de frutas. Ele tem razão, a pauta dele está organizada! O bobalhão sou eu, que não tenho estação de televisão nem plantação de coisa alguma; então, fico aqui só na terça-feira, na quarta-feira e na quinta-feira e, no resto, não tenho o que fazer. É difícil, Sr. Presidente! É muito difícil!

Hoje é um dia importante para mim: há cinco anos, meu filho mais velho, Tiago, casava-se. Ele está aqui

me assistindo, ele e sua esposa, a Míriam. A Míriam foi um anjo que Deus colocou na minha família. Só tive filhos homens, mas agora tenho na minha nora a filha que não tive. E, para minha alegria, vieram passar o dia de aniversário de casamento comigo e aqui estão me assistindo. Ela é uma mulher muito bonita. Eu até que o achava alinhado, mas todo mundo diz que ele é parecido comigo. Coitado, deve estar muito chateado! Mas tenho muito carinho pela minha família. Vivemos bons momentos, tivemos horas difíceis, trágicas, mas, dentro dos princípios que norteiam nossa forma de ser, tenho muito orgulho dos meus filhos. Tenho muito orgulho do Tiago, do Tomás, do Pedrinho, da Ana Clara. Tenho muita saudade do meu filho Mateuzinho, que Deus levou.

Minha nora conheceu sua filha. Em Porto Alegre, tive a honra de levá-la para almoçar em casa no aniversário da minha sobrinha e ficamos encantados com ela. É uma moça muito bacana sua filha. Para tua sorte, ela não te puxou na fisionomia: ela é muito mais bonita. É uma moça formidável, e tu deves ter orgulho dela. Eu a vi com muito carinho. Contei para ela – e ela riu – que tu dizias: "Olha, ela é uma guria muito bacana, vai dar uma boa esposa; não é uma Adalgisa, mas quebra o galho". Aí eu disse para ela: "Olha, não concordo com teu pai, não, pois eu a prefiro à Adalgisa, com todo respeito a teu pai". Ela é uma bela garota e vai ser uma grande médica.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Eu tinha de falar sobre esse assunto. Não nego que esteja falando desmotivado, já que era um assunto de que eu preferia não falar. Mas tinha de falar sobre isso. Acho que o Presidente Sarney podia fazer isso. Comissão? É mais uma. Extinguir cinquenta cargos de diretoria? Ficam 110. A coisa é mais profunda, e nós, em vez de virmos para esta tribuna falar, temos de nos colocar à disposição para sentar à mesa e tomar medidas. Está na hora de fazermos uma mudança profunda e absolutamente necessária. O Presidente Sarney, o Senador Heráclito e todos nós temos essa oportunidade.

Obrigado por seu carinho e por sua presença. V. Ex^a, mais uma vez, honra esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este é Pedro Simon!

Cícero falava no Senado romano: "O Senado de Roma e o povo de Roma". Pedro Simon pode falar: "O Senado brasileiro e o povo do Brasil". Ele representa o melhor da nossa democracia. Iguala-se, até em tempo que passa aqui, a Rui Barbosa: mais de trinta anos.

Eu, para terminar a sessão, queria, em respeito ao meu Estado do Piauí, ler uma coluna de um jornalista muito experiente, Arimatéia Azevedo:

Teresina.

19/3/2009.

O tsunami no Piauí.

A marolinha de que o Presidente Lula falava no final do ano passado, referindo-se a crise mundial que se iniciou nos Estados Unidos, chegou ao Piauí feito um tsunami. Há dois dias, o governador Wellington Dias [do PT] reuniu toda a equipe de governo para explicar com muita transparência a gravidade da situação. Não mediou palavras para dizer que o Estado está numa situação financeira das mais graves. Várias providências foram determinadas no sentido de contenção de despesas. O governador proibiu a contratação de novos concursados e o início de novas obras que não sejam com convênios federais. Na reunião Wellington mostrou à equipe que os fornecedores já gritavam nas ruas que estão falidos pela inadimplência do governo do Estado, que não paga as obras e serviços realizados, principalmente as autorizadas ainda em decorrência da campanha de 2008. De fato, a choradeira é geral. Construtores, prestadores de serviços, enfim, os fornecedores dos diversos órgãos do governo, estão sem receber desde o último trimestre do ano passado. A prioridade discutida na reunião será trabalhar para cumprir agenda de pagamento da folha salarial do Estado.

Essa crise atinge em cheio também as prefeituras, da capital ao interior, notadamente as menores, que dependem de receitas como as do Fundo de Participação e de outros repasses federais que caíram drasticamente no início do ano. Os prefeitos ameaçam demitir em massa depois da Semana Santa.

Essa situação do Piauí reflete a de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a constatação é deprimente, mas inevitável, tendo em vista o extenso rol de fatos que a sustentam. No Brasil, vivemos na cultura da impunidade. Freud dizia que a natureza do homem é má. Para freá-la, criamos um sistema de valores que deve ser transmitido desde a infância, estabelecemos regras de convívio social, procuramos criar uma consciência de que é preciso respeitar o próximo, de que a violência é condenável.

De onde devem partir os ensinamentos que garantirão um país formado por cidadãos respeitadores da lei,

e não por um bando de selvagens? Em primeiro lugar, da família. É no núcleo familiar que os jovens aprendem que sofrerão as consequências de seus atos. É nele que devem saber que os transgressores das normas que regem a vida em sociedade são punidos. É nele que tomam conhecimento da existência de limites.

Mas, a julgar pelo noticiário dos jornais nos últimos dias, tanto as famílias como as escolas, a quem cabe também uma parcela de responsabilidade na formação da infância e da juventude, vêm falhando de forma miserável em suas obrigações. Junta-se a este fracasso o fato de vivermos num dos poucos países do mundo em que a maioria penal só é atingida aos 18 anos; em que condenados a penas de prisão, não importa a gravidade do crime, têm o direito de aguardar em liberdade enquanto recorrem das sentenças durante décadas; e no qual a maioria dos criminosos é solta logo que cumpre apenas um sexto de suas penas. Esta é a cultura da impunidade.

Que outra conclusão podemos tirar de casos como os violentos trotes universitários ocorridos em várias cidades nos últimos dias? Em Leme, não muito longe da capital paulista, o calouro Bruno Ferreira, de 21 anos, aprovado no vestibular de Veterinária do Centro Universitário Anhanguera, teve que beber cachaça à força, foi amarrado a um poste e recebeu socos.

A série de crueldades não parou por aí. Ele e seus colegas foram obrigados a rolar numa mistura de excrementos de animais e de animais em decomposição, cheios de vermes. Forçado a sentar numa cadeira, chutada por um veterano, Bruno sofreu uma queda e bateu com a cabeça na calçada. Em coma alcoólico, foi admitido como indigente num hospital local.

Cenas revoltantes como essa se repetem todos os anos, num ritual que demonstra a completa ausência de valores morais dos universitários que concebem os trotes praticados com requintes de selvageria e humilhação. Em Catanduva, também em São Paulo, calouros de uma faculdade tiveram que abaixar as calças no meio da rua, num viaduto que passa por uma das avenidas mais movimentadas da cidade. As moças tiveram suas roupas cortadas.

Em Santa Fé do Sul, Priscilla Rezende Muniz, de 18 anos, caloura de Análise de Sistemas numa faculdade particular, foi atacada por uma veterana, que jogou nela um líquido que provocou queimaduras de segundo grau. O ataque aconteceu apesar de Priscilla ter avisado que estava grávida de 3 meses. Outra aluna, de 17 anos, também sofreu queimaduras causadas pelo mesmo líquido.

O pior é que nada disso é novidade. No Brasil, os trotes universitários são marcados por um histórico de agressões graves e até de mortes. Alguns ca-

sos merecem ser citados: em março de 1980, Carlos Alberto de Souza, calouro da Universidade de Mogi das Cruzes, em São Paulo, foi morto com socos no crânio, por reagir aos veteranos que tentaram cortar seu cabelo à força.

Dez anos depois, no Interior de Goiás, o calouro de Direito George Mattos teve uma parada cardíaca e morreu quando fugia de um trote. Em 1992, um estudante de Economia da PUC de Campinas foi expulso depois de agredir o calouro José Ricardo Ribeiro, que sofreu fratura na mandíbula e amnésia.

O caso de maior repercussão aconteceu em fevereiro de 1999, envolvendo alunos da Faculdade de Medicina da USP, a Universidade de São Paulo. O calouro Edison Hsueh, junto com outros colegas, foi jogado na piscina de um clube. Sem saber nadar, tentou várias vezes voltar à borda e sair, mas, como outros calouros, teve as mãos pisadas pelos veteranos. Seu corpo só foi descoberto na manhã do dia seguinte. Quatro estudantes veteranos do curso de Medicina foram denunciados por homicídio qualificado, mas o processo acabou arquivado porque a Justiça considerou que não havia provas suficientes.

A rotina da violência prossegue, e não há notícia de punições para seus autores. Algumas instituições justificam sua omissão alegando que os trotes aconteceram fora de suas dependências. Outras prometem investigações que não chegam a conclusão alguma. Mas são raríssimos os casos em que a universidade castiga de alguma forma os responsáveis pelas atrocidades, ou pelo menos toma medidas capazes de desestimulá-las. Existem algumas faculdades que incentivam o chamado "trote solidário", com trabalho voluntário, mas seu bom exemplo encontra um número reduzido de seguidores. Não há nem mesmo legislação que responsabilize as instituições de ensino. Num círculo vicioso, a impunidade estimula mais violência.

O ingresso na universidade deveria ser marcado pela confraternização, por atividades que incentivasse o entrosamento entre os veteranos e seus novos colegas. O que vemos, entretanto, é um triste espetáculo, com alunos sendo forçados a ingerir bebida alcoólica e a praticar atos degradantes, além de correrem risco de vida, por causa de trotes que mais parecem ter sido concebidos por mentes de psicopatas sádicos. É algo que precisa acabar, e logo, pois a lista de vítimas será cada vez mais extensa, se práticas como essas não forem reprimidas e, quando ocorrerem, punidas com o máximo rigor.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta sessão

de 20 de março que foi iniciada às 9 horas. Por aqui passaram para debater os temas mais importantes do Brasil os Senadores Pedro Simon, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Tião Viana, Mozarildo Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Serys Slhessarenko, Adelmir Santana, Heráclito Fortes e Mão Santa.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta sessão de sexta-feira, 20 de março, do Senado da República.

Esta sessão foi coordenada pelos nossos assessores técnicos, os eficientes funcionários públicos Dr. José Roberto e Dr. João Pedro, e demais servidores.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 48 minutos.)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

SENADOR JOSÉ SARNEY

20-3-2009
sexta-feira

Aniversários: Kyola de Araújo Costa Vale, Anna Maria Maciel (Sra. Marco Maciel), Julio Soares de Moura Neto (Comandante da Marinha)

Compromissos em Macapá/AP

15:00 Partida para Brasília
Aeroporto de Macapá

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1.4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
 2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
 5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB, PP)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL
EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE**

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(2,3)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).

3. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (29)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (28)
Delcídio Amaral (PT) (37)	2. Renato Casagrande (PSB) (39)
Aloizio Mercadante (PT) (32)	3. João Pedro (PT) (11,35)
Tião Viana (PT) (31)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (38,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (34)	6. Expedito Júnior (PR) (4,33)
César Borges (PR) (40)	7. João Ribeiro (PR) (41)
Maoria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (57,66)	1. Romero Jucá (PMDB) (53,67)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (55,68)	2. Gilvam Borges (PMDB) (56,59)
Gerson Camata (PMDB) (54,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,69)
Valdir Raupp (PMDB) (61)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,69)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,63,65)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,58,70)
Pedro Simon (PMDB) (60,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (1,69)
VAGO (64)	7. VAGO (64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (50)	1. Gilberto Goellner (DEM) (46)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,46)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,47)
Efraim Moraes (DEM) (52)	3. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Raimundo Colombo (DEM) (49)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (46)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,42)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,43)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (26)	7. Alvaro Dias (PSDB) (25)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,23,73)
Arthur Virgílio (PSDB) (26,74)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (22)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	10. Papaléo Paes (PSDB) (24)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (51)	1. Sérgio Zambiasi (12,51)
Gim Argello (51)	2. Fernando Collor (51)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
23. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
29. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

32. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
34. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
38. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
40. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Ikhessarenko.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
53. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
66. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
67. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de o Senador não pertencer mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)
4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾		
Flávio Arns (PT) (3,19,35)		1. Fátima Cleide (PT) (27)
Augusto Botelho (PT) (32)		2. César Borges (PR) (33)
Paulo Paim (PT) (31)		3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (28)		4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Expedito Júnior (PR) (29)		5. Ideli Salvatti (PT) (26,36)
Roberto Cavalcanti (PRB) (30,61)		6. VAGO (30)
Renato Casagrande (PSB) (30,59,63)		7. José Nery (PSOL) (30,62,64)
 Maioria (PMDB, PP)		
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57)		1. Lobão Filho (PMDB) (53)
Gilvam Borges (PMDB) (9,48)		2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)		3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (52)		4. Leomar Quintanilha (PMDB) (55)
Mão Santa (PMDB) (49)		5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (50)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)		
Adelmir Santana (DEM) (40)		1. Heráclito Fortes (DEM) (45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (42)		2. Jayme Campos (DEM) (46)
Efraim Morais (DEM) (12,15,39)		3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,41)
Raimundo Colombo (DEM) (38)		4. José Agripino (DEM) (4,37)
Lúcia Vânia (PSDB) (25,44)		5. Eduardo Azeredo (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (20)		6. João Tenório (PSDB) (22)
Papaléo Paes (PSDB) (23)		7. Sérgio Guerra (PSDB) (21,43)
PTB ⁽⁷⁾		
Mozarildo Cavalcanti (8,11,58)		1. Gim Argello (14,16,60)
PDT		
João Durval (17,47)		1. VAGO (18)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 11/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008-GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
32. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
33. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
38. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
39. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.

43. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
44. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽³⁾
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Marina Silva (PT) (37,71)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,32)
Aloizio Mercadante (PT) (10,39)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (37)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (35)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,74)
Ideli Salvatti (PT) (37)	5. César Borges (PR) (30,52)
Expedito Júnior (PR) (31,52)	6. Serys Slhessarenko (PT) (19,38,77)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,63)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,64)
Almeida Lima (PMDB) (58,63)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (61,67)
Gilvam Borges (PMDB) (59,63)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (60,66,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,63)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,63)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,57,65)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,56,68)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (45)	1. Efraim Morais (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (42)	2. Adelmir Santana (DEM) (49)
Jayme Campos (DEM) (51)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,47)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (44)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,46)
Alvaro Dias (PSDB) (25,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Sérgio Guerra (PSDB) (29,75)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (25)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (25)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (28,73)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (48)	1. Gim Argello (41)
PDT	
Osmar Dias (12,13,23)	1. Patrícia Saboya (11,22,53)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
23. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
42. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
46. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT) (38)	1. João Pedro (PT) (1,37)
Augusto Botelho (PT) (38)	2. Ideli Salvatti (PT) (34)
Fátima Cleide (PT) (38)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,36)
Paulo Paim (PT) (38,51,65)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (31,66)
Marina Silva (PT) (32)	6. VAGO (31)
Expedito Júnior (PR) (30)	7. VAGO (31)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (59)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (8,16,54)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (63)	4. Neuto De Conto (PMDB) (57)
Gerson Camata (PMDB) (61)	5. Valdir Raupp (PMDB) (58)
Francisco Dornelles (PP) (5,9,56)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,60)
VAGO (62,64)	7. Lobão Filho (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,43)	1. Gilberto Goellner (DEM) (39)
Marco Maciel (DEM) (48)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,45)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,47)	3. Jayme Campos (DEM) (46)
Heráclito Fortes (DEM) (41)	4. Efraim Moraes (DEM) (42)
José Agripino (DEM) (13,49)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,50)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,44)
Alvaro Dias (PSDB) (24)	7. Eduardo Azeredo (PSDB) (26,67)
Cícero Lucena (PSDB) (23)	8. Marconi Perillo (PSDB) (27)
Lúcia Vânia (PSDB) (29,68)	9. Papaléo Paes (PSDB) (28)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (22)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,52)	1. João Vicente Claudino (52)
Romeu Tuma (52)	2. Mozarildo Cavalcanti (52)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
24. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
27. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
31. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
36. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
51. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
52. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
65. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
66. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
67. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO (7)	1. VAGO (7)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (3)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. VAGO (1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. VAGO (7)
PDT	
VAGO (7)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. N.º 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PT) (7,26)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maoria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (38)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (38)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,40)
Gilvam Borges (PMDB) (39)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (34)
Kátia Abreu (DEM) (31)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (33)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,27)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Jayme Campos (DEM) (9,30)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,14)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (17)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,36,41)	1. Cristovam Buarque (12,37,42)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1 SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (4)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. VAGO (4)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (3)	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
 Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maoria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) (22)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (22)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (22)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,24,25)
Magno Malta (PR) (2,23)	4. VAGO (24)
José Nery (PSOL) (21)	5. VAGO (24)
 Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (37)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (36)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
VAGO (33,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (40)
Gilvam Borges (PMDB) (42)	4. Mão Santa (PMDB) (41)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,35)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (34)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (3,31)	1. Heráclito Fortes (DEM) (28)
Rosalba Ciarlini (DEM) (26)	2. Jayme Campos (DEM) (27)
Eliseu Resende (DEM) (4,30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
Gilberto Goellner (DEM) (8)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. Lúcia Vânia (PSDB) (16)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
VAGO (1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).

9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009-GLDBAG).
25. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
26. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
31. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾
Maoria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
6. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (2,5)
 Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (3,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
3. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (42)	1. Flávio Arns (PT) (40,72)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (38,73)	2. Marina Silva (PT) (45)
João Ribeiro (PR) (43,66)	3. Renato Casagrande (PSB) (46,74)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (44)
Tião Viana (PT) (41,58,70)	5. Augusto Botelho (PT) (22,39,52,67)
Maoria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (6)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,69,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (50)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,55)
Demóstenes Torres (DEM) (49)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,57)
Marco Maciel (DEM) (18,29,48)	3. José Agripino (DEM) (23,27,53)
Heráclito Fortes (DEM) (8,56)	4. Kátia Abreu (DEM) (54)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (36)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,37,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (34)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (35)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,51)	1. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Patrícia Saboya (31,60)	1. Cristovam Buarque (20,32,59)
Notas:	
1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).	
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).	
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).	
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).	
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).	
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).	
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).	
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)	

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
14. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
35. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
39. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
41. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
42. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
43. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
44. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

45. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
46. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
53. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
54. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
55. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
56. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
57. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
58. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
 Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. n° 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
 Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.

5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (22)	1. Marina Silva (PT) (25)
Delcídio Amaral (PT) (22,28,60)	2. Paulo Paim (PT) (23,28,58)
Ideli Salvatti (PT) (22)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. Expedito Júnior (PR) (24)
Fátima Cleide (PT) (17)	5. Eduardo Suplicy (PT) (21)
João Ribeiro (PR) (18)	6. João Pedro (PT) (16)
 Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB) (46)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,53)
Gilvam Borges (PMDB) (47)	2. Lobão Filho (PMDB) (34,44)
Paulo Duque (PMDB) (52)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,51)
Mão Santa (PMDB) (5,9,48)	4. Valter Pereira (PMDB) (50)
Valdir Raupp (PMDB) (43,56)	5. Francisco Dornelles (PP) (49)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (54)	6. VAGO (45,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (30)	2. Efraim Morais (DEM) (35)
Heráclito Fortes (DEM) (36)	3. Adelmir Santana (DEM) (38)
Jayme Campos (DEM) (27)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (37)
Kátia Abreu (DEM) (7,32)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,26)
Alvaro Dias (PSDB) (41)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,59)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (14,57)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Mário Couto (PSDB) (15)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (13)
PTB (4)	
Fernando Collor (29)	1. Gim Argello (29)
PDT	
João Durval (12)	1. Osmar Dias (39)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
21. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
26. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
29. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
30. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
34. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
35. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
36. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
59. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (24)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,27)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (26)	3. VAGO (23)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (23)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (33,41)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (44)
Valter Pereira (PMDB) (1,48)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (43)	4. Gerson Camata (PMDB) (46,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (36)	2. Jayme Campos (DEM) (38)
Rosalba Ciarlini (DEM) (37)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,34)
Adelmir Santana (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,32)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
27. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Moarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
37. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
38. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Paulo Paim (PT) (22)
João Pedro (PT) (18)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,17)
Augusto Botelho (PT) (20,26,49)	3. Expedito Júnior (PR) (21)
Magno Malta (PR) (19)	4. VAGO (23)
 Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,34,37)	1. Romero Jucá (PMDB) (41,47)
Neuto De Conto (PMDB) (35,44)	2. Valdir Raupp (PMDB) (39,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,38)	3. Renan Calheiros (PMDB) (43,46)
Valter Pereira (PMDB) (42,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (40,45)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (24)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,31)
Raimundo Colombo (DEM) (32)	2. Heráclito Fortes (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (30)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,33)	4. José Agripino (DEM) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (15)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (12)
Mário Couto (PSDB) (13)	6. João Tenório (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (14)	7. Marconi Perillo (PSDB) (16)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,27)	1. Sérgio Zambiasi (27,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval
Notas:	
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).	
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.	
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.	
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.	
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.	
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)	
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.	
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).	
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.º 536/2008-GLPMDB).	

12. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
17. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 ; GLDBAG).
24. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
 Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (20)	1. Delcídio Amaral (PT) (18)
Renato Casagrande (PSB) (22)	2. Flávio Arns (PT) (20)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,46)
Maoria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (35)	1. Valter Pereira (PMDB) (34)
Lobão Filho (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (36)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,40,43,48)
Valdir Raupp (PMDB) (38,47)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (29)	1. Gilberto Goellner (DEM) (26)
Demóstenes Torres (DEM) (3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) (23)
José Agripino (DEM) (6,12,24)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Moraes (DEM) (27)	4. Kátia Abreu (DEM) (30)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (17,28)
Flexa Ribeiro (PSDB) (17,28)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (14,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,17,44)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (25)	1. Fernando Collor (25)
PDT	
Patrícia Saboya (13,33)	1. Cristovam Buarque (32)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.º 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of.º 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of.º 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of.º 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of.º 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of.º 032/09-GLPSDB).
18. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of.º 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of.º 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
23. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of.º 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of.º 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of.º 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of.º 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of.º 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of.º 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
29. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of.º 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of.º 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of.º 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of.º 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of.º 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of.º 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.º 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of.º 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of.º 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of.º 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of.º 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of.º 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maoria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁵⁾
Maoria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Mão Santa não mais pertencer à Comissão.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos e Conselhos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)

Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.

Maioria (PMDB, PP)

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)

PDT

VAGO ⁽¹³⁾	1.
----------------------	----

Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾

Atualização: 18/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão. Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

3. Eleito em 30.05.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.
14. Em virtude de renúncia ao mandato do Senador José Maranhão em 18.02.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB****DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTFátima Cleide (RO) ⁽¹⁾**PTB**VAGO ⁽²⁾**PDT**

Patrícia Saboya (CE)

PR

Expedito Júnior (RO)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 05/03/2009**Notas:**

1. Indicada para ocupar a vaga destinada ao PT, conforme Of. 013/2009-GLDPT, lido na sessão do dia 03.03.2009.

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, conforme Of. nº 088/2009/GLPTB.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Shhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PMDB-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Severiano Alves (PDT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 17.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Composição

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 12.03.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: epcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> SEVERIANO ALVES PDT-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 09.03.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS